

Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História

Fernando Marcus Nascimento Vianini

A TRAJETÓRIA ECONÔMICA DA ARGENTINA: 1989 - 2007

Juiz de Fora

2012

Universidade Federal de Juiz de Fora
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em História

Fernando Marcus Nascimento Vianini

A TRAJETÓRIA ECONÔMICA DA ARGENTINA: 1989 - 2007

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração Poder, Mercado e Trabalho, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Ignacio Godinho Delgado

JUIZ DE FORA
2012

Vianini, Fernando

A Trajetória Econômica da Argentina: 1989-2007
/ Fernando Vianini – 2012.
139 f.

Dissertação (Mestrado em História – Poder, Mercado
e Trabalho)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz
de Fora, 2012.

1. Economia Argentina. 2. Neoliberalismo. 3.
Menem. 4. Kirchner. II. Título.

Fernando Marcus Nascimento Vianini

A trajetória econômica da Argentina: 1989 - 2007

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração Poder, Mercado e Trabalho, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Defendida e aprovada em 30 de maio de 2012.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ignacio Godinho Delgado – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Flavio Alfredo Gaitán – Membro Titular
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Helena da Motta Salles – Membro Titular
Universidade Federal de Juiz de Fora

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pela força espiritual para a realização deste trabalho.

Aos meus pais, Marlene e Fernando, pela minha formação, pelos sacrifícios realizados e por todo o suporte dado ao longo deste período, em especial à minha mãe pelo incentivo nesta jornada.

Ao meu irmão, Leandro.

A todos meus professores da Universidade Federal de Juiz de Fora, pelo saber transmitido durante a graduação e a pós-graduação.

Ao professor Ignacio Godinho Delgado, pela valiosa contribuição em suas orientações, pelos comentários, sugestões e críticas. Sem sua participação ativa em todo este processo este trabalho jamais seria realizado.

Aos professores Flávio Alfredo Gaitán e Helena da Motta Salles, pela participação na banca desta dissertação.

A todos os funcionários da Universidade Federal de Juiz de Fora, em especial os relacionados ao programa de pós-graduação em História.

A Universidade Federal de Juiz de Fora pela bolsa concedida nos anos do curso.

Aos meus amigos e aos colegas de curso, pela cumplicidade, ajuda e amizade. Em especial Alessandra Belo, Bruna Lenzi, Daniela Barbosa, Heitor Loureiro, Helthon Andrade, Letícia Vianini, Lívia Pereira, Marcus Fróis, Nádia Barbosa, Rafael Carvalho, Raphaela Malta e Rodrigo Antunes.

RESUMO

Este trabalho visa analisar a trajetória política e econômica argentina entre 1989 e 2007. Neste sentido, abordaremos os governos argentinos deste período, as principais perspectivas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional em relação às medidas econômicas dos governos e a reação da indústria nacional argentina frente às políticas neoliberais e neodesenvolvimentistas. Carlos Menem, do Partido Justicialista, assumiu a presidência argentina entre 1989 e 1999. Suas principais medidas para a economia possuíam orientação neoliberal. Desta forma, o mercado e as finanças foram abertos e diversas empresas estatais foram privatizadas. O Banco Mundial e o FMI apoiaram estas reformas econômicas, enquanto a economia passava por um longo processo de desestruturação e desindustrialização. As medidas de Menem deixaram a economia argentina suscetível às oscilações internacionais e desequilibraram a estrutura social e econômica do país, que entrou em recessão. Neste cenário, assumiu Fernando De la Rúa, da aliança entre a União Cívica Radical com a Frente País Solidário, em 1999. De la Rúa manteve as principais medidas liberalizantes de Menem e a crise foi se agravando. A crise econômica e social do país causou uma crise política sem precedentes na história recente da Argentina. Fernando De la Rúa renuncia, e, por fim, a assembleia escolhe Eduardo Duhalde, do Partido Justicialista, como presidente, até a realização de novas eleições. Durante este processo, é decretada a moratória da dívida argentina e o fim da paridade entre o dólar e o peso. Em 2003, Kirchner, também do PJ, venceu as eleições e se torna o novo presidente. Com o fim das medidas neoliberais na Argentina, FMI e Banco Mundial se tornam recessos quanto ao futuro econômico do país. Contudo, a indústria volta a crescer, fortalecida com as exportações e com o aumento do consumo interno, reativando a economia argentina.

Palavras-chave: Economia Argentina, Neoliberalismo, Menem, Kirchner.

ABSTRACT

This work aims to analyze the political and economic trajectory of Argentina between 1989 and 2007. In this sense, we cover the Argentine governments of this period, the main perspectives of the World Bank and International Monetary Fund in relation to economic measures done by the governments and Argentine industry reaction against the neoliberal and neodesarrollamentistas policies. Carlos Menem, from the Justicialist Party, became president of Argentina between 1989 and 1999. Its main economic measures had neoliberal orientation. Thus, the market and finance were opened and several state enterprises were privatized. The World Bank and IMF supported these economic reforms while the economy went through a long process of disintegration and de-industrialization. Menem's measures left the Argentine economy susceptible to fluctuations in international markets and unbalanced the social structure and domestic economy, which went into recession. In this scenario, Fernando De la Rúa, from the alliance between the Unión Cívica Radical and Frente País Solidario, assumes the presidency of Argentina in 1999. De la Rúa kept the liberalizing measures from Menem's government, although the crisis was worsening. The economic, social and political crises were unprecedented in recent Argentina's history. Fernando De la Rúa resigns, and, finally, the assembly chooses Eduardo Duhalde, from Justicialist Party, as president until new elections. During this process, it is decreed Argentine debt default and the end of *currency board*. In 2003, Kirchner, also from Justicialist Party, won the elections and becomes the new president. With the end of neoliberal experience in Argentina, the IMF and World Bank become apprehensive about Argentina's economic future. However, the industry returns to growth, strengthened with exports and increased domestic consumption, reactivating the Argentine economy.

Key-words: Argentina's Economy, Neoliberalism, Menem, Kirchner

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabelas:

Tabela 1- Os anos finais do governo Alfonsín e os anos iniciais do governo Menem.....	p.29
Tabela 2- Dados Econômicos da Argentina entre 1989 e 1994.....	p.31
Tabela 3- Dados Econômicos da Argentina entre 1991 e 1999.....	p.44
Tabela 4- Indústria Argentina. Comparação dos censos de 1993 e 1984.....	p.55
Tabela 5- Dados Econômicos da Argentina entre 1999 e 2002.....	p.68
Tabela 6- Porcentagem da população que recebe até US\$2 por dia em %.....	p.69
Tabela 7- Indústria Argentina. Comparação entre os censos de 2003, 1993 e 1984....	p.84
Tabela 8- Dados Econômicos da Argentina entre 2000 e 2007.....	p.105

Gráficos:

Gráfico 1- Exportação e Importação de bens e Serviços em US\$ 1989-1999.....	p.45
Gráfico 2- Exportações e Importações Argentinas em milhões de dólares entre 1998-2007.....	p.106

SUMÁRIO

Apresentação.....	p.11
Introdução.....	p.12
Capítulo 1 – Os governos de Carlos Menem.....	p. 24
1. O primeiro governo.....	p. 24
2. O segundo governo.....	p. 35
3. A perspectiva do Banco Mundial.....	p. 46
4. A perspectiva do Fundo Monetário Internacional.....	p. 51
5. A trajetória da indústria argentina.....	p. 53
6. O neoliberalismo sob o governo Menem.....	p. 57
Capítulo 2 – O governo De la Rúa, a crise e os governos de transição.....	p. 61
1. O governo De la Rúa.....	p. 61
2. Os governos de transição: a volta do justicialismo ao poder.....	p. 71
3. A perspectiva do Banco Mundial.....	p. 75
4. A perspectiva do Fundo Monetário Internacional.....	p. 78
5. A trajetória da indústria argentina.....	p. 82
6. O governo De la Rúa e a crise do modelo neoliberal.....	p. 89
Capítulo 3 – O governo de Néstor Kirchner.....	p. 93
1. O governo de Néstor Kirchner.....	p. 93
2. A perspectiva do Banco Mundial.....	p. 109
3. A perspectiva do Fundo Monetário Internacional.....	p. 112
4. A trajetória da indústria argentina.....	p. 114
5. O legado de Néstor Kirchner.....	p. 119
Considerações finais.....	p. 122
Bibliografia.....	p. 131

APRESENTAÇÃO

Este trabalho visa analisar a trajetória econômica da Argentina entre os anos de 1989 e 2007. Desta forma, iremos abordar os governos que se sucederam neste período, bem como as principais reações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional frente às políticas econômicas engendradas pelos presidentes Carlos Menem (1989-1999), Fernando De la Rúa (1999-2001), Eduardo Duhalde (2002-2003) e Néstor Kirchner (2003-2007). E, por fim, analisaremos o comportamento da indústria nacional argentina durante este período em que medidas neoliberais e neodesenvolvimentistas foram experimentadas nas políticas econômicas dos governos.

INTRODUÇÃO

A trajetória econômica da Argentina entre 1989 e 2007 é, sobretudo, peculiar. A crise econômica e a hiperinflação, herdadas da gestão de Raúl Alfonsín (1983-1989) e, principalmente, do regime militar (1976-1983), levaram o recém eleito presidente, Carlos Menem, a fazer um rearranjo institucional em direção à proposta neoliberal. Contudo, apesar de resolver a hiperinflação e a crise da década de 1980, a adoção de certas medidas neoliberais durante a gestão de Carlos Menem e mantidas pelo governo de Fernando De la Rúa resultaram numa crise econômica, política e social sem precedentes na Argentina, que alçaram Néstor Kirchner ao poder. Novamente, a crise causou um novo rearranjo na coalizão que sustentava o governo e na condução das políticas econômicas, que, neste momento, foram reorientadas em direção ao neodesenvolvimentismo. Objetivamos então abordar a trajetória econômica da Argentina desde a posse de Carlos Menem em 1989 até o final do governo de Néstor Kirchner em 2007. Para a realização deste feito, é necessário, portanto, buscar as origens da política econômica adotada, especialmente no sentido de compreender o modelo neoliberal que foi imposto na Argentina, que apesar de inicialmente ter sido bem sucedido no combate aos problemas da década de 1980, tornou-se um dos fatores decisivos para o desencadeamento da recessão econômica e da crise em 1998, que se estendeu até 2002.

Deste modo, pretendemos abordar neste texto o contexto interno deste país de 1989 à 2007, período que compreende a instauração do arranjo neoliberal, sua desestruturação e a retomada de uma postura mais ativa do Estado na condução do processo econômico. Estes três momentos serão considerados em três capítulos, que compreendem os governos de Menem (1989-1999), os governos de transição que se sucedem no torvelinho da crise que atinge o país entre 1999 e 2002 e, finalmente, o governo de Néstor Kirchner (2003-2007). Focalizaremos a política econômica adotada nestes diferentes momentos e o acompanhamento da situação argentina contida nos relatórios do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Por fim, analisaremos as principais características da indústria nacional argentina durante este período.

Nossa abordagem é uma análise histórica, com base na literatura sobre a trajetória recente da política e economia argentinas, em documentos do governo, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e dos bancos de dados do Instituto

Nacional de Estadísticas e Censo¹ da Argentina (INDEC), assim como na legislação argentina. São identificados os principais atores políticos e sociais e suas percepções sobre a trajetória argentina desde 1989 até 2007, e indicados os elementos de destaque da trajetória econômica, em especial relativos à indústria, de modo a apurar as correlações entre a dinâmica econômica e a dinâmica política.

Ao inserir o Banco Mundial e o FMI nessa discussão, objetivamos apreender dois pontos. O primeiro refere-se à reação destas instituições frente às reformas econômicas encabeçadas pelos governos argentinos. E o segundo é buscar o ponto de inflexão na opinião do Banco Mundial e do FMI a respeito da condução da economia argentina. Inicialmente, percebemos que ambas as instituições apoiaram as medidas realizadas pelo governo Menem. A abertura econômica, a liberalização financeira e as privatizações, foram decisões amplamente comemoradas pelos economistas destas instituições. À medida que a economia argentina entra em colapso, durante o governo de Fernando De la Rúa, as instituições financeiras procuraram se eximir das responsabilidades pela adoção do modelo neoliberal, criticando a condução das políticas econômicas pelo governo, somente restaurando sua confiança na Argentina durante o governo de Néstor Kirchner. Contudo, as instituições nunca atribuem ao modelo neoliberal as razões da crise, mas sim à má condução das reformas pelos governos argentinos.

Para a realização deste trabalho, partimos do pressuposto de que as instituições cumprem papel decisivo nas trajetórias de desenvolvimento. Barrington Moore Jr, em sua obra “As origens sociais da ditadura e da democracia”, nos mostra que os diferentes caminhos percorridos pelas instituições nos países desenvolvidos, resultaram em diferentes configurações políticas, econômicas e sociais² Nestas, as instituições compõem um elemento central, “como motor de desenvolvimento, como nexo de criação de acordos e compromissos em que os diversos atores sociais [...] aportem sua experiência de modo incremental”.³ As crises, por outro lado, como assinala Gourevitch, operam como reagentes a dissolver acordos e compromissos, estimulando

¹ O INDEC, Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina, é um organismo público de caráter técnico, que unifica e exerce a direção de todas as estatísticas oficiais que são realizadas em território argentino. Ver: www.indec.gov.ar.

² MOORE, Jr. Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Edições 70, 2010.

³ BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flavio. Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 305-322, Maio/Ago. 2008. p. 320.

outros em arranjos diversos, no rastro do enfraquecimento, quando não a erosão, de certas configurações estruturais em que se assentavam os arranjos anteriores.

Guillermo O'Donnell, cientista social que buscou caracterizar os governos democráticos que surgiam nos países latino-americanos após o término das ditaduras, defende que nesses países o presidente eleito fica marcado por uma condução econômica totalmente descolada de constrangimentos eleitorais e partidários. O modelo de Democracia Delegativa, formulado por O'Donnell nos ajuda a entender o governo Menem. Inicialmente, o presidente eleito tem o “direito” de governar da forma que achar apropriado, limitado apenas pela dura realidade das relações de poder existentes e por um prazo constitucional. O presidente é considerado a encarnação da nação, seu guardião principal e definidor dos seus interesses, acima dos partidos políticos e dos interesses organizados.⁴ A Democracia Delegativa dá ao presidente a aparente vantagem de permitir a elaboração de políticas rápidas, mas à custa de uma maior probabilidade de erros grosseiros e de concentrar a responsabilidade pelos resultados sobre o presidente. Não surpreendentemente, esses presidentes tendem a sofrer fortes oscilações na popularidade: num dia eles são aclamados como salvadores providenciais, e no próximo eles são amaldiçoados.⁵ Para Quintar e Argumedo, o problema do tipo de democracia consolidado após o retorno do Estado de Direito, foi um conceito de democracia mais restringido devido à participação popular limitada, em grande parte, às eleições.⁶

Reforçando o conceito de O'Donnell, Vicente Palermo afirma que, devido à crise de finais da década de 1980, que culminou na hiperinflação de 1989, o governo teve seu espaço para ação bastante ampliado.

“A crise “define” o conteúdo do mandato eleitoral: um candidato que tenha vencido de forma convincente e que, justificado pela emergência, terá uma espécie de “cheque em branco”. [...] Na Argentina, em 1989, os políticos com essas convicções não tinham vencido nas urnas, como na Grã-Bretanha. Ainda assim, a prescrição neoliberal, como paradigma de política estava disponível. O mal-estar, originado pela prolongada deterioração da ordem econômica e estatal (precariedade constituída a partir do pós-guerra), exacerbou-se quando ela foi definitivamente desarticulada pelas comoções externas e pela crise fiscal dos anos 80, e condensou-se como tradução doméstica do Consenso de Washington. Em 1989, aquela prescrição configurava um campo no qual os consultores econômicos desempenhavam

⁴ O'DONNELL, Guillermo. **Democracia Delegativa**. Disponível em: <<http://www.journalofdemocracyen espanol.cl/pdf/odonnell.pdf>>. Acesso em: 20/07/2011.P. 98-99.

⁵ Ibidem. P. 101.

⁶ QUINTAR, Aída e ARGUMEDO, Alcira. **Argentina**: os dilemas da democracia restringida. In: Lua Nova n° 49 – 2000.

um papel importante e articulavam os agentes econômicos em sua condição de operadores financeiros. [...] Mas a conjunção crise/mandato de 1989 proporcionou ao novo presidente um espaço extraordinário de manobra que lhe permitiu apoiar-se da mesma.”⁷

Na Argentina, cabe ao poder executivo uma extensa gama de atribuições, que foram ampliadas durante o governo Menem, quando, além de possuir uma grande maioria parlamentar, somado à desarticulação da oposição, o poder executivo avançou sobre o poder legislativo, através dos mecanismos de decretos e vetos, e sobre o poder judiciário, através do aumento do número de juízes favoráveis às decisões de Menem.

Este trabalho também se insere numa perspectiva que tem alcançado crescente relevo nos estudos históricos, que é a História do Tempo Presente. O abandono dos estudos sobre o presente entre os historiadores desde o século XIX e a maior parte do século XX não trouxe nenhum benefício para a História e, com certeza, foi extremamente prejudicial às análises sobre o presente. Afinal, como assinala Le Goff, a ignorância do passado nasce do desconhecimento do presente.⁸ Por seu turno, as análises sobre o presente, desenvolvidas com as lentes dos sociólogos, cientistas políticos e jornalistas, tendem a tornar esquemática a relação entre os atores sociais, a avaliação do peso dos legados institucionais e, no limite, a interação entre o passado e o presente, os indivíduos e os atores sociais, que podem revelar-se de forma muito mais complexa e multifacetada na pesquisa histórica, na investigação exaustiva das fontes, a partir de critérios teóricos definidos. Ademais, como assinala Remond, se a emergência da História Política na segunda metade do século passado esteve associada a uma demanda social derivada de situações de crise, o momento que vivemos clama pela investigação histórica, em face das mudanças que parecem estar em curso.⁹

Uma formulação também decisiva para este trabalho é a de Peter Gourevitch. Num trabalho sobre três grandes crises da economia capitalista (1873, 1929, 1973), Gourevitch assinalou que as respostas nacionais às situações adversas decorreram de escolhas efetuadas entre os principais atores sociais, que ensejaram coalizões capazes de assegurar a adoção de políticas públicas diversas de combate à crise. Gourevitch distingue como atores relevantes os industriais, os trabalhadores e os proprietários rurais, mas leva em consideração suas clivagens internas. Assim, entre os industriais é possível identificar os que detêm o controle sobre os ramos de maior ou menor

⁷ PALERMO, Vicente. Melhorar para piorar? A dinâmica política das reformas estruturais e as raízes do colapso da convertibilidade. In: SALLUM JR. Brasília. (org.) **Brasil e Argentina hoje: política e economia**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004. p. 97.

⁸ LE GOFF, J. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAVEAU, A. & TÉTARD, Ph. (org.) **Questões para História do presente**. BAURU, SP: EDUSC, 1999.

⁹ REMOND, R. Por que a História Política. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 7, Nº 13, 1994.

densidade tecnológica, os que estão voltados para o mercado interno ou a exportação, além das diferenciações existentes entre os diferentes segmentos industriais. Entre os proprietários distingue os que são voltados para fora e para dentro, além das diferenciações decorrentes do tamanho da propriedade. Por fim, entre os trabalhadores considera seu envolvimento com atividades modernas ou tradicionais como uma distinção relevante na identificação de padrões de comportamento. Seu modelo analítico leva em consideração, ainda, as diferentes alternativas de política econômica que circulam no cenário político e acadêmico, o papel das associações de representação de interesses, a estrutura do Estado e natureza do sistema político, bem como o cenário internacional.¹⁰ Poderíamos ainda acrescentar, como atores de destaque as agências multilaterais que em meio à crise, operam como atores relevantes, seja na formulação de alternativas, seja na indução de escolhas dos atores internos.

No desenvolvimento de nossa pesquisa, partíamos de uma perspectiva que, originalmente, a crise do processo de substituição de importações na década de 1980 é acompanhada de rearranjos da proposição de políticas públicas que são objeto de adesão variada dos diferentes atores. Todavia, dados os limites de uma dissertação de mestrado, não pudemos acompanhar as posições assumidas por estes através de suas entidades representativas. Neste sentido, nos ativemos, além da literatura sobre a Argentina, a documentos de governo e de agências multilaterais. O destaque conferido a estas últimas associa-se à sua importância na formulação, disseminação e sustentação das políticas neoliberais amplamente postas em prática durante o governo de Carlos Menem.

Os governos argentinos deixaram diversos documentos no que tange a escolhas no âmbito da política econômica. Dessa forma destacamos os documentos da Casa Rosada e do Ministério da Economia. Além dessas instituições, temos os dados disponíveis do INDEC (Instituto Nacional de Estadística y Censo de La República Argentina) que traz inúmeros gráficos referentes à economia e sociedade argentinas e as leis disponíveis pelo site INFOLEG (Información Legislativa, subordinada ao Ministério de Economía e Finanzas Públicas da Argentina).

Das agências multilaterais, extraímos dos periódicos da CEPAL (Comisión Económica para la América Latina y el Caribe) informações sobre o saldo comercial e valor anual de importações e exportações argentinas. Destacamos, contudo, os

¹⁰ GOUREVITCH, P. **Politics in Hard Times: Comparative Responses to International Economic Crises.** Cornell University Press, 1986.

documentos produzidos pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), em especial o “World Economic Outlook”, que traz as principais perspectivas da instituição a respeito da economia dos países integrantes da ONU, e os documentos do Banco Mundial, dos quais destacamos o The World Bank Annual Report, um relatório anual sobre as principais medidas econômicas do banco em relação aos países reconhecidos pela ONU

A literatura sobre a economia argentina no período a ser analisado, faz uma abordagem histórica da política e econômica das décadas de 1980 e 1990, da crise e das soluções tomadas pelos governos posteriores na Argentina. Destes textos destacamos os autores: Daniel Azpiazu, Martín Schorr, Matias Kulfas, Ricardo Ortiz e Andres Wainer que se dedicam à economia e à indústria argentina; Aldo Ferrer, Ana Gabriela Castellani, Daniel Chudnovsky e Leandro Enge, mais ligados às políticas econômicas e à economia; Paulo Nogueira Batista Jr. e Jorge Beinstein, voltados para as crises econômicas vividas pelos países em desenvolvimento ao final da década de 1990 e Raul Bernal-Meza, Alejandro Bonvecchi, Saul Keifman, Luis Alberto Romero e Juan Carlos Torre, estudiosos da economia e política argentina.

Uma das primeiras questões do nosso trabalho se refere à problemática da intervenção do Estado na economia. Até a crise de 1973, pode-se identificar um movimento de convergência da economia capitalista no sentido da admissão de significativa ação regulatória do Estado.¹¹ Esta última associava-se às políticas macroeconômicas de perfil keynesiano, acompanhadas da presença de mercados de trabalho fortemente regulamentados, de sindicatos poderosos, de políticas de proteção social, de um ativismo estatal que envolvia a proteção aos mercados internos nacionais, a programação econômica geral e, até mesmo, a efetivação de investimentos em áreas diversificadas. O reforço ao livre comércio projetado pelos acordos do pós guerra, conquanto circunscrito pela presença de agências multilaterais reguladoras, foi contido pela ameaça representada pela presença das alternativas de esquerda nos cenários políticos nacionais e do campo socialista no contexto internacional. Em tais circunstâncias, os EUA, potência hegemônica, fizeram vista grossa às políticas de proteção efetivadas em diferentes países capitalistas. Neste cenário emerge o desenvolvimentismo, que teve início nos anos 1950 e 1960, com a proposição de que os aparelhos do Estado deveriam ser utilizados para a promoção da mudança estrutural.¹²

¹¹ KITSCHOLT, H., LANGE, P. MARKS, G. & STEPHENS, J. **Continuity and Change in Contemporary Capitalism**. Cambridge University Press, 1999.

¹² EVANS, Peter. **O estado como problema e solução**. In: Lua Nova n° 28-29. São Paulo, 1993.

Após a crise do petróleo evidencia-se o esgotamento do crescimento econômico inaugurado no pós-guerra.¹³ As pressões salariais e fiscais, associadas aos sindicatos e à expansão dos gastos públicos pressionavam a lucratividade dos empreendimentos capitalistas. Além disto, a desvinculação da emissão de dólares pelos EUA de suas reservas metálicas, arranjo definido em Bretton Woods para definição de taxas de câmbio fixas, favorece a oscilação da moeda dos EUA e, como conseqüência, de todas as moedas nacionais. Na década de 1980, a crise da dívida e o colapso das economias do Leste europeu fragilizaram as alternativas mais visíveis às alternativas liberais, conquanto estas não alcançassem plenamente os países asiáticos politicamente afinados com o Ocidente.

Reforçam-se, pois, as perspectivas intelectuais que afirmavam a centralidade do mercado para regulação da vida social, ao mesmo tempo em que se afirmava um novo equilíbrio de forças no plano internacional e nos principais países do mundo capitalista, diverso daquele encontrado no pós-guerra, estimulando a proposição do redesenho das relações entre Estado e economia, no sentido da desregulamentação dos mercados, especialmente o de capitais e de trabalho, e de reformas que fizessem retrair o Estado às funções que lhes prescrevia o pensamento liberal clássico. Da primeira Rodada Uruguai do GATT até a criação da OMC, passando pelas prescrições contidas no que foi chamado Consenso de Washington, foram definidas as normas que deveriam estabelecer um novo padrão de regulação das economias capitalistas e das relações econômicas internacionais. As medidas sugeridas dirigiam-se, principalmente, aos países periféricos, aos quais se atribuía o fraco desempenho econômico da década de 1980 à presença de mecanismos que, pouco tempo antes, pareciam ser responsáveis pelo êxito no alcance de um patamar industrial significativo.¹⁴

“Era necessário, agora, liberalizar o fluxo de capitais, flexibilizar o câmbio, desregular o mercado de trabalho, mitigar a proteção aos mercados internos nacionais, efetuar reformas na administração pública para elevar a eficiência do Estado e transferir ao mercado várias de suas atividades, diminuindo taxas e estabelecendo novos marcos regulatórios que dessem segurança aos direitos de propriedade. Com efeito, as prescrições indicadas acima tendiam a estabelecer a Economia de Mercado Liberal como o único modelo capaz de proporcionar eficiência econômica”.¹⁵

¹³ FREEMAN, C. e PEREZ, C. Structural crises of adjustment: business cycles and investment behavior. In: DOSI, G., FREEMAN, C., NELSON, R., SILVERBERG, G., e SOETE, L. (edit) **Technical Change and Economic Theory**, London and New York, Pinter Publishers, 1988.

¹⁴ CHANG, H. **Chutando a Escada**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

¹⁵ DELGADO, Ignacio. **Estratégias e Trajetórias: anotações sobre política industrial em perspectiva comparada**. Caxambu: 31º Encontro Anual da ANPOCS, 2007. P. 13.

No contexto da Guerra Fria, entre 1954 e 1976, a América Latina foi varrida por uma onda de regimes ditatoriais. Praticamente todos os países do continente estavam sob comando das ditaduras militares. Devido a Revolução Cubana e a ameaça do modelo comunista soviético, os Estados Unidos e os setores mais reacionários dos países latino-americanos, conseguiram minar os regimes democráticos, e, em seu lugar, ditaduras militares tomam o poder. Destacam-se os regimes da Argentina e do Brasil, que desenvolvem ações diversas de política econômica. O primeiro abre a economia para os investimentos privados estrangeiros, mas não associa tal medida a projeto integrado de desenvolvimento, tornando descontínua a política de substituição de importações. O Brasil, por seu turno, embora se valesse largamente do concurso de investimentos privados estrangeiros na estratégia de desenvolvimento, dá continuidade a um modelo de industrialização estatal baseado na tomada de empréstimos em agências financiadoras multilaterais, que consolida um amplo e diversificado parque industrial.¹⁶ As conseqüências desses modelos econômicos foram, não obstante o crescimento econômico, a concentração de renda e o fechamento externo da economia. Apesar disso, durante quase trinta anos, a renda per capita aumentou e a pobreza absoluta diminuiu. Esta fase de relativa prosperidade econômica sofreu, no entanto, uma brusca interrupção a partir do início da década de 1980.

Até o final da década de 1980 a América Latina em geral convivia com problemas resultantes da crise da dívida externa, do esgotamento dos modelos econômicos anteriores e das dificuldades de inserção na economia internacional. Na década de 1990, exauridas as poucas soluções encontradas, os países latino americanos procuravam soluções para estes problemas. Neste sentido, os postulados do Consenso de Washington, com sua característica neoliberal se tornaram a principal alternativa para esses países.¹⁷

O Consenso de Washington foi um conjunto de medidas, postuladas por instituições financeiras multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, e pelo Departamento de Tesouro dos Estados Unidos em novembro de 1989, na cidade de Washington. O Consenso recomendava aos países subdesenvolvidos:

¹⁶ TOPIK, Steven, MARICHAL, Carlos e FRANK, Zephyr. Commodity Chain in Theory and in Latin American History. In: TOPIK, Steven, MARICHAL, Carlos e FRANK, Zephyr. **From Silver to Cocaine**. Durham and London: Duke University Press, 2006.

¹⁷ SARAIVA, Miriam Gomes e TEDESCO, Laura. Argentina y Brasil. Políticas Exteriores Comparadas tras la Guerra Fría. In: Vicente Palermo. (Org.). **Política Brasileña Contemporánea**. De Collor a Lula en años de transformación. 1 ed. Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina Editores, 2003, v. , p. 475-512. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n2/a07v44n2.pdf>>. Acesso em: 15/06/2010.

disciplina fiscal, reordenamento nas prioridades dos gastos públicos, reforma tributária, manutenção de taxas de câmbio competitivas, liberalização do setor financeiro e comercial, atração de investimentos diretos estrangeiros, privatização das estatais, desregulamentação econômica e proteção dos direitos de propriedade intelectual. Através destas dez regras básicas, segundo o Consenso, qualquer país subdesenvolvido poderia rapidamente se tornar competitivo na economia capitalista globalizada e se desenvolver. Essas reformas deveriam aumentar a eficiência do emprego dos recursos disponíveis, promovendo uma maior competitividade e o aumento da produção e da oferta de postos de trabalho.¹⁸ No contexto latino-americano, o Consenso de Washington destacou as raízes de seus problemas na estratégia de desenvolvimento adotada no período pós-guerra, baseada no modelo de industrialização via substituição de importações. O Estado era visto como sufocante, e as estatais, fortemente protegidas pelo Estado, assumiram setores que poderiam ter sido ocupadas pelo setor privado, o que reduzia a competitividade externa e desestimulava as exportações.

A Argentina, ao longo da década de 1970, já havia experimentado políticas de abertura econômica durante o regime militar. Entretanto, ainda prevalecia um ambiente nacionalista, “o que tornava os militares cautelosos com a dimensão desta abertura, não obstante não dispusessem de um projeto de desenvolvimento com o alcance de seus congêneres brasileiros”.¹⁹ Ademais, todos os setores que viviam sob a proteção estatal resistiram fortemente ao liberalismo. Inclusive os grandes grupos econômicos resistiram a algumas medidas a partir do momento em que estas os afetavam diretamente.²⁰ Tais resistências serão progressivamente minadas ao longo do processo político que se sucede à queda da ditadura militar, enredada em dificuldades para a condução da política econômica, sitiada pela crítica e ação de atores diversos e abatida pela derrota militar nas Malvinas.

Com o retorno da democracia, o sistema político argentino ficou sob domínio de dois grandes partidos: a Unión Cívica Radical (UCR) e o Partido Justicialista (PJ), herdeiro direto do partido peronista. Ambos os partidos têm uma longa tradição política no país.²¹ A UCR foi fundada em 1891 e tem como bases o radicalismo e a

¹⁸ WILLIAMSON, John. **The progress of policy reform in Latin America**. Washington: Institute for International Economics, 1990.

¹⁹ ROMERO, Luis Alberto. op. Cit. p.255.

²⁰ Idem.

²¹ TORRE, Juan Carlos. A crise da representação partidária na Argentina. In: SALLUM JR. Brasília. **Brasil e Argentina hoje: política e economia**. São Paulo, Bauru: Edusc, 2004. P. 183.

socialdemocracia.²² Por sua vez, o PJ é o sucessor do Partido Peronista, fundado por Juan Domingo Perón em 1947 e suas orientações estão pautadas na soberania política, na independência econômica e na justiça social.²³ Estes dois partidos, após a ditadura militar dominaram o cenário presidencial argentino. A UCR, sob a presidência de Raúl Alfonsín, foi representada na presidência entre 1983 e 1989. Apesar de ter fornecido uma considerável contribuição institucional, ao ter restabelecido a plena vigência das instituições republicanas e democráticas, o final de seu governo foi marcado pela hiperinflação que minou o crescimento econômico do país. Entre 1989 e 1999, o Partido Justicialista voltou a exercer a presidência sob o comando de Menem. Entre 1999 e 2002, a UCR, juntamente com a Frente País Solidário, retorna ao comando da presidência argentina com o presidente Fernando De la Rúa. Devido a extensa crise que assolou seu governo, o Partido Justicialista reassume o poder sob o comando de Eduardo Duhalde e, posteriormente, Néstor Kirchner.

No primeiro capítulo abordaremos o Governo Menem, as perspectivas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional a respeito de suas principais políticas econômicas e a trajetória da indústria argentina neste período. Menem implementou reformas baseadas no neoliberalismo e obteve suporte técnico e financeiro das instituições financeiras internacionais e dos Estados Unidos.²⁴ O Banco Mundial e o FMI incentivaram essas iniciativas contestando a intervenção estatal na economia e os subsídios dados a setores específicos. A indústria nacional se comportou de maneira heterogênea. Enquanto as grandes indústrias dos setores automobilísticos, farmacêuticos e agroindustrial se beneficiaram com a ampla absorção de seus produtos no mercado externo, as indústrias dos setores têxtil, de bens de capital e metal-mecânicas foram prejudicadas devido ao preço mais baixo dos produtos importados. As pequenas e médias empresas faliram ao não receber incentivos e financiamentos do governo, causando a desestruturação da malha industrial argentina. Este cenário causou o desemprego de parte da população, apesar do controle da inflação, o *currency board* e a abertura financeira tornaram a economia argentina vulnerável às turbulências do mercado internacional, como ficou visível durante a crise do México.

²² ARGENTINA. **Unión Cívica Radical**. Disponível em: <<http://ucr.org.ar/notas/historia-del-radicalismo/1-introduccion>>. Acesso em: 01/02/2012.

²³ ARGENTINA. **Partido Justicialista**. Disponível em: <<http://www.pj.org.ar/>>. Acesso em: 01/02/2012.

²⁴ ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

No segundo capítulo, que abrange o governo De la Rúa e os governos provisórios que se sucederam após a crise política, veremos que o desgaste do governo Menem se tornou irreversível a partir da Crise Asiática. O recuo do crédito no mercado financeiro internacional e o contexto argentino de fragilização da capacidade de ação do Estado, perduraram durante todo o governo De la Rúa. Este manteve boa parte das medidas adotadas por Menem, tais como a abertura econômica, o *currency board* e as privatizações. O otimismo do Banco Mundial em relação à economia argentina não foi abalado com a crise, pois, para a instituição a crise ocorreu devido ao mercado externo desfavorável e seria rapidamente contornada. O FMI, por sua vez, aconselhou que para a saída da crise era necessário aprofundar as reformas neoliberais, principalmente a reforma trabalhista. O governo De la Rúa, fragilizado com a recessão econômica e com a calamitosa situação da sociedade atravessou uma crise política e não se sustentou até o final do mandato. Após sua renúncia, assumiram quatro presidentes provisórios que acabaram com o *currency board* e declararam a suspensão do pagamento da dívida externa, atraindo a ira do FMI.

No terceiro e último capítulo apresentaremos as principais medidas de Néstor Kirchner e as reações do Banco Mundial, do FMI e da indústria nacional. Kirchner, aproveitando-se da debilidade da oposição tomou medidas de afastamento de antigos aliados de Menem do poder e reverteu algumas diretrizes do presidente Menem, tais como as relações exteriores e condução das políticas econômicas. As medidas de Néstor Kirchner são classificadas como neodesenvolvimentistas, baseados na construção de um espaço de coordenação entre as esferas pública e privada, objetivando o aumento da renda nacional e estabilização macroeconômica, sem, contudo, negligenciar o bem estar social.²⁵ O Banco Mundial e o FMI inicialmente se mostraram pessimistas com os desdobramentos da crise e seu impacto sobre a economia e a população argentina. À medida em que o fim do *currency board* e da abertura econômica trazem resultados positivos para a economia, as instituições tornam-se mais otimistas com o futuro da Argentina. A economia volta a crescer devido ao setor exportador, que se beneficiou da desvalorização do peso com o fim do *currency board* e do contexto externo. O encarecimento das exportações causou uma nova rodada de industrialização via substituição de importações. Os índices sociais aos poucos vão melhorando, o

²⁵ BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flavio. Op. Cit. P. 320.

desemprego cai e a demanda interna aumenta, realimentando o crescimento econômico e industrial do país.

Desta forma, objetivamos compreender a trajetória econômica da Argentina em três momentos distintos. O primeiro momento, entre 1989 e 1999, é condicionado pela crise da década de 1980, marcada principalmente pelo aumento da dívida e pela hiperinflação. Neste contexto, assumiu o presidente Menem que inseriu políticas econômicas de teor neoliberal. O segundo momento, entre 1999 e 2002, marcado pelo governo De la Rúa, foi condicionado pela crise do modelo neoliberal, em especial a desindustrialização e a deterioração dos índices sociais. E, por fim, o terceiro momento, entre 2003 e 2007, em que o governo Kirchner se pautou pelo combate a essa crise através de políticas neodesenvolvimentistas.

CAPÍTULO 1: OS GOVERNOS DE CARLOS MENEM

Neste capítulo abordaremos o governo de Carlos Saúl Menem, que se estendeu de 1989 a 1999. Na primeira parte faremos um apanhado das principais decisões tomadas pelo governo nos campos da política, política econômica e política externa argentina, fazendo uma divisão clara entre o primeiro e o segundo governo de Menem. Na segunda parte buscaremos demonstrar qual foi o papel desempenhado pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional em relação a este país, isto é, até que ponto estas instituições interferiram com ações e considerações a respeito das medidas econômicas do governo Menem. E, por fim, observaremos qual foi a reação da indústria argentina nestes anos, como as pequenas, médias e grandes empresas foram afetadas pelo novo sistema econômico, mais aberto e com menor intervenção estatal.

1- O Primeiro Governo

1.1 - A Eleição Presidencial de 1989

Carlos Menem fez carreira no interior do Partido Justicialista, foi um político da província de La Rioja, onde chegou ao governo do estado em 1973.²⁶ Pretendendo a presidência da república, Menem foi capaz de fazer diversas articulações com grupos muitas vezes contraditórios. Com um apoio heterogêneo dentro do partido, explorando sua figura de caudilho tradicional, conseguiu sair-se vitorioso na eleição interna do partido em 1988. A seguir, teceu alianças com os grandes interesses corporativos, tais como empresários (do grupo Bunge y Born) e com a Igreja Católica. Em sua base de sustentação estavam ainda os sindicatos, os militares de direita e de esquerda e os dirigentes locais.²⁷ Na campanha eleitoral, Menem prometeu o “salariazó” e a “revolução produtiva”, o que significava a volta de todos os valores do velho peronismo ao comando do país, atraindo diversos outros segmentos da sociedade argentina.²⁸ O “salariazó” prometia recuperar o poder aquisitivo dos trabalhadores, enquanto a “revolução produtiva” ensejava o crescimento e a transformação econômica do país.²⁹

“Com a intenção de ganhar essa confiança e ampliar sua escassa margem de manobra, Menem apelou para gestos quase desmedidos. Juntou-se ao

²⁶ ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p. 252.

²⁷ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina**: Um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004. p. 476.

²⁸ ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p.256.

²⁹ FERRER, Aldo. **A economia argentina**: De suas origens ao início do século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. p.257.

almirante Rojas, cercou-se dos Alsogaray – pai e filha – e entregou o Ministério da Economia sucessivamente a dois administradores do mais tradicional dos grupos econômicos – Bunge y Born -, que, segundo se dizia, tinham um plano econômico mágico e salvador.”³⁰

Em nove de julho de 1989, Raúl Alfonsín entregou o cargo ao candidato eleito Carlos Menem. Esta foi a primeira sucessão constitucional desde 1928, porém Menem teria que organizar um Estado economicamente falido, “assolado por uma forte inflação, com a moeda enfraquecida, trabalhadores com salários defasados e uma grande tensão social”.³¹

1.2 - A Política

Assim que assumiu o cargo, Menem buscou eliminar qualquer tipo de entrave que poderia ocorrer na condução de suas reformas estruturais, sendo capaz de fazer com que o justicialismo aceitasse reformas contrárias às raízes do partido.

Desde que chegou à presidência, Menem tratou logo de concentrar e aumentar seu poder. Aproveitando-se da queda da popularidade do radicalismo, Menem conseguiu a aprovação de duas leis consideradas fundamentais para as reformas subseqüentes. A Lei de Emergência Econômica suspendia todo tipo de subsídios, privilégios e regimes de incentivo, autorizando inclusive a demissão de empregados das estatais. A segunda lei, a Lei de Reforma do Estado declarou a necessidade de privatizar uma longa lista de empresas estatais, cabendo ao presidente a execução.³² A aprovação desta última lei criou mecanismos e dispositivos para que as privatizações de empresas e negócios estatais fossem efetuadas totalmente ou parcialmente. Contanto que a empresa estivesse classificada como “sujeita a privatização” pelo poder executivo

³⁰ ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p.256.

³¹ Ibidem. p. 254.

³² A lei 23.696 de agosto de 1989 diz respeito à reforma do Estado. Nela declara-se em estado de emergência a prestação de serviços públicos, a execução de contratos a cargo do setor público e a situação econômica financeira da administração pública, entidades autárquicas, empresas estatais, sociedades anônimas com participação estatal, obras sociais, entidades financeiras oficiais, bancos públicos e todo ente que tenha a participação majoritária de capital estatal. Esta lei garante ao poder executivo nacional a intervenção em qualquer uma dessas entidades acima citadas, englobando todas as instituições públicas, exceto as universidades. Além disso, garante ao poder executivo a criação, fusão, extinção ou transformação de quaisquer empresas públicas, novas ou já existentes. Esta lei possui um anexo com a prévia do destino de muitas empresas públicas estatais: concessão, privatização parcial ou total e associação. A lei 23.697 é a Lei de Emergência Econômica, que, por sua vez, declara a suspensão de subsídios e subvenções, suspensão dos regimes de promoção industrial, mineira, além de mudanças tarifárias e na organização do Banco Central. Ambas as leis estão disponíveis no site INFOLEG, disponível em: <http://infoleg.mecon.gov.ar>. Acesso em: 20/05/2011.

nacional, deixavam de existir meios legais que impedissem sua negociação.³³ Menem conseguiu também a aprovação pelo Congresso da criação de mais quatro vagas para juízes na Suprema Corte. Com a maioria dos votos ao seu lado, ele impediria qualquer decisão contrária à sua vontade reformista.³⁴

As leis indicadas acima, aprovadas como medidas orientadas para a solução do caos econômico, já haviam alargado expressivamente o poder da presidência. A ampliação dos membros da Suprema Corte garantia uma maioria favorável ao governo no poder judiciário. Desta forma, Menem adotou diversas medidas em que a Suprema Corte decidia a seu favor, chegando a passar por cima de juízes e câmaras, por meio do recurso do *per saltum*.³⁵ Menem reduziu a importância da “Sindicatura General de Empresas Públicas”, substituiu ou transferiu todos os juízes e fiscais que tivessem iniciativas contrárias a sua vontade e removeu praticamente todos os membros do Tribunal de Contas. Posteriormente, quando o congresso passou a questionar mais duramente as suas medidas, Menem mesclou sua capacidade de negociação com seu poder de veto.³⁶

Luis A. Romero destaca ainda duas características agravantes no governo: o patrimonialismo e a corrupção:

“O “palácio” era tanto sua residência particular, quanto a sede do poder público, e uma confusão similar se instalava a respeito do tesouro público, às vezes confundido com uma bonificação de guerra. [...] A corrupção, amplamente usada para aparar resistências e cooptar adversários, selou um pacto entre os membros do grupo governante, tão sólido quanto o pacto de sangue que unira os militares durante a ditadura. [...] Em suma, tecnicamente falando, o país era governado por uma quadrilha”.³⁷

A União Cívica Radical não foi capaz de formar uma oposição sólida contra o governo Menem. Os militares, após uma revolta reprimida pelo Estado, mantiveram uma postura de subordinação ao Estado até o final de seu governo. A Igreja, na figura

³³ ARGENTINA. Lei n° 23.696, 17 de agosto de 1989. Infoleg. Disponível em: <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/98/norma.htm>>. Acesso em: 20/06/2011. No anexo 1 poderão observar a relação de todas as empresas estatais ou com participação estatal que ficaram a disposição do poder executivo nacional para a sua privatização. Para a YPF, Yacimientos Petrolíferos Fiscales, ver lei 24.145 disponível em: <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/543/norma.htm>.

³⁴ ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p. 257.

³⁵ Per saltum foi um mecanismo jurídico utilizado pelo poder executivo durante o governo Menem. Dessa forma, Menem conseguia a aprovação de leis e decretos, passando por cima de juízes e das câmaras. Ver ROMERO, Luis Alberto. Op. cit, pg 263.

³⁶ ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p. 263.

³⁷ Ibidem. p. 264-265.

do cardeal Antonio Quarracino, arcebispo de Buenos Aires, revelou um forte apoio ao governo, somente clamando por políticas de cunho social.³⁸

A política externa argentina também foi utilizada como um instrumento para estabelecer ou consolidar alianças internacionais. O governo realizou um novo conjunto de alianças externas com a OTAN e, especialmente, com os Estados Unidos. A aproximação com os EUA implicou a modificação dos votos da Argentina nas Nações Unidas com vistas a aproximar-se dos votos norte-americanos sobre temas como a integração ao Regime de Controle de Tecnologias Missilísticas em 1991, a assinatura do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, a participação na Guerra do Golfo e em algumas operações de paz da ONU.³⁹

Ao se tornar aliada incondicional dos EUA, a Argentina passou a ser favorável à resolução que propunha o envio de uma comissão para investigar a situação dos direitos humanos em Cuba. Outro episódio que ilustra esta aproximação foi logo após o golpe militar no Haiti, em 1991, o governo decretou um embargo naval, objetivando pressionar o governo militar para o retorno da democracia, enviando navios de guerra para o país, acompanhando os EUA e o Conselho de Segurança da ONU. Isto reflete um comportamento de aproximação da posição norte-americana e oposição aos demais países latino americanos, contrários a qualquer ameaça de guerra.⁴⁰ Menem manteve vínculos pessoais com os presidentes americanos, George Bush e Bill Clinton, sempre recorrendo a eles em busca de apoio e ajuda. Também tratou logo de iniciar as negociações com a Inglaterra devido a Guerras das Malvinas e finalizar acordos fronteiriços com o Chile.⁴¹

1.3 - Os Planos Econômicos

A nova política econômica de Menem se desenvolvia no mesmo cenário deixado pelo governo Alfonsín: inflação alta e desorganização econômica. Seguindo os postulados do Contexto de Washington, Menem precisava restabelecer a estabilidade econômica e obter um equilíbrio na balança de pagamentos. Então o presidente

³⁸ Ibidem. p. 267-8.

³⁹ BERNAL-MEZA, Raúl. **Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul**. Rev. bras. polít. int. vol.42, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000200003&script=sci_arttext>. Último acesso em: 04 de Setembro de 2009.

⁴⁰ SARAIVA, Miriam Gomes e TEDESCO, Laura. Argentina y Brasil. Políticas Exteriores Comparadas tras la Guerra Fría. In: Vicente Palermo. (Org.). **Política Brasileña Contemporánea**. De Collor a Lula en años de transformación. 1 ed. Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina Editores, 2003, v. , p. 475-512. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n2/a07v44n2.pdf>>. Acesso em: 15/06/2010.

⁴¹ ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p. 268-269.

selecionou alguns pontos do Consenso de Washington e iniciou a sua implantação. O governo desvalorizou o austral em quase 100%, ajustou as tarifas dos serviços públicos e dos combustíveis e aumentou os salários abaixo da taxa de inflação.⁴²

Outro ponto do Consenso de Washington posto em prática por Menem foi a privatização das empresas estatais. A primeira a sofrer com este processo foi a Entel, responsável pelo sistema de telecomunicações, uma das atividades de ponta na revolução tecnológica contemporânea. Na mesma época ainda foram vendidas as Aerolíneas Argentinas, várias empresas petroquímicas, além de diversos canais de televisão.

“Era preciso demonstrar vontade e capacidade para fazer as reformas, obter rapidamente fundos frescos e começar a solucionar o problema do endividamento externo. Tudo foi feito com muita rapidez, de maneira descuidada, e mesmo contrariando outras intenções declaradas, como estimular a concorrência. [...] Em pouco mais de um ano, sob condições parecidas, a rede viária, os canais de televisão, boa parte das ferrovias e as áreas petrolíferas tinham sido privatizados.”⁴³

Para Castellani, o Consenso de Washington, inspirado na doutrina econômica e filosofia política neoliberal, pressupõe a existência de uma sociedade integrada por indivíduos livres e com poder político igual. Estes indivíduos se agrupam para defender seus interesses, formando organizações com acesso igualitário ao aparato estatal.⁴⁴ “Resulta “paradójico” que todas las corrientes neoliberales asignen un rol crucial al Estado a la hora de desregular la economía y formentar la existencia de mercados competitivos.”⁴⁵

Para firmar sua aliança com a elite empresarial, Carlos Menem nomeia Maria Julia Alsogaray como a responsável por conduzir as privatizações. Filha de Álvaro Alsogaray, um importante banqueiro argentino, Maria Julia Alsogaray foi nomeada para ser representante dos empresários no governo. Empresários locais, operadores internacionais e banqueiros que possuíam títulos da dívida externa participaram da compra das estatais, obtendo tarifas menores, menor regulamentação e monopólio

⁴² FERRER, Aldo. Op. cit. p. 258.

⁴³ ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p. 257.

⁴⁴ CASTELLANI, Ana Gabriela. **Implementación del modelo neoliberal y restricciones al desarrollo en la Argentina contemporánea.** Disponível em: <http://www.iheal.univ-paris3.fr/IMG/pdf/castellani.pdf>. Acesso em: 20/11/2011. p. 125.

⁴⁵ Ibidem. p. 126.

durante alguns anos. Entretanto a larga corrupção que cercava grande parte dos processos de privatização no país ficava evidente.⁴⁶

Menem empossou como Ministro da Economia, Miguel Roig, do grupo Bunge y Born, a quem coube a tarefa de por em prática o Plano BB. Entretanto, Roig logo falece e foi substituído por Néstor Rapanelli, que “ocupou o ministério por um limitado espaço de tempo e que transferiu a responsabilidade para um terceiro nome, o de Herman Gonzáles”.⁴⁷ O “Plano BB” consistia no aumento das tarifas, redução de gastos públicos, suspensão por seis meses de todos os subsídios e incentivos fiscais, aumento de impostos sobre exportações, desvalorizações cambiais, compressão dos salários, além do corte na oferta monetária.⁴⁸ Entretanto, o plano não consegue contornar os problemas econômicos enfrentados pela Argentina. Nos seis meses de duração do plano BB a recessão econômica argentina se agravou e a hiperinflação não pôde ser controlada, como podemos ver mais adiante na Tabela 1.

Com o fracasso do “Plano BB”, em dezembro de 1989 foi adotado o “Plano Bonex”, baseado nos seguintes pontos: elevação das taxas de juros a níveis acima da inflação, reestruturação compulsória da dívida pública - trocando os depósitos a prazo nos bancos por títulos dolarizados com prazo de dez anos - uma valorização cambial de 41% de 1989 para 1990.⁴⁹ Inicialmente, o plano se revelou efetivo, já que os preços ficaram mais acessíveis para o consumidor final. Entretanto, ao ser retomado o pagamento da dívida externa com o FMI, a hiperinflação de finais da década de 1980, voltou com força total. O crescimento do PIB se viu comprometido com a inflação, e o PIB per capita no primeiro ano de governo Menem sofreu uma grave retração.

⁴⁶ Ibidem. p.258.

⁴⁷ FRAQUELLI, Antonio Carlos. A Argentina nos anos 90. In: **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 27, n. 3, 2000. p. 17.

⁴⁸ ENGE, Leonardo de Almeida Carneiro. **A convergência Macroeconômica Brasil-Argentina**. Brasília: Funag, 2004. p. 85.

⁴⁹ Idem.

Tabela 1 – Os anos finais do governo Alfonsín e os anos iniciais do governo Menem

Governo	Alfonsín		Menem	
Ano	<i>1987</i>	<i>1988</i>	<i>1989</i>	<i>1990</i>
Inflação medida pelo PIB (%)	127	388	3058	2077
Crescimento do PIB (%)	3	-3	-7	-2
PIB per capita (US\$)	3571	3997	2392	4350

Fonte: World Databank – World Bank. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do>>. Acesso em: 20 de julho de 2010.

Os dois primeiros anos de governo Menem não trouxeram resultados significativos para a economia argentina. As privatizações foram realizadas com o único objetivo de fazer caixa. O “Plano Bonex” foi articulado pelo ministro da economia, Hernan Gonzalez, juntamente com os conselheiros dos bancos credores e de Álvaro Alsogaray. A utilização de uma velha receita, baseada na contenção de gastos para o controle inflacionário, provocou uma recessão fortíssima no país e reestruturou a dívida externa do país. Além disso, o governo se fragiliza com o caso do “Swiftgate”. Os ministros Eduardo Bauzá e Reberto Dromi, juntamente com Maria Julia Alsogaray, foram acusados de se beneficiarem das privatizações. O desgaste político foi tamanho, a ponto de diversos ministros serem retirados do cargo, levando Domingo Cavallo ao posto de ministro da economia em 1º de Abril de 1991.⁵⁰

Leandro Enge ressalta que, apesar do “Plano Bonex” não ter garantido a estabilidade macroeconômica da Argentina, ele forneceu as condições para a implantação do “Plano de Conversibilidade”, lançado por Domingo Cavallo.

“[...] A reestruturação da dívida melhorou o quadro fiscal de curto e médio prazos, as privatizações avançaram, e – o mais importante – o enxugamento de liquidez levou o Banco Central a intervir no mercado de câmbio, visando a evitar a apreciação excessiva do Austral, o que incrementou o nível de reservas internacionais da Argentina.”⁵¹

Domingo Cavallo é um economista de formação ortodoxa e iniciou sua atuação como funcionário do governo em 1982.⁵² Como Ministro da Economia do governo

⁵⁰ ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p. 258.

⁵¹ ENGE, Leonardo de Almeida Carneiro. Op. cit. p. 86.

⁵² ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p. 260.

Menem, propôs e conseguiu a aprovação da Lei de Conversibilidade, que estabelecia a paridade cambial fixa, em abril de 1991. De acordo com o artigo 1º desta lei, a taxa de cambio estaria fixada em 10.000 austrais por 1 dólar norte-americano. O artigo 2º permitia a livre conversibilidade da moeda nacional com relação ao dólar, enquanto o artigo 13º autorizava o poder executivo a substituir 10.000 austrais para uma unidade da nova moeda, que em 1º de janeiro de 1992, ganhou o nome de Peso. O artigo 4º dessa lei estabelecia que o Estado não podia mais emitir moedas além de suas reservas, de modo a preservar a paridade descrita no artigo 1º. O Estado argentino, que tantas vezes emitiu moedas além de suas reservas para contornar problemas de déficits, ficava impedido de repetir essa prática, na tentativa de demonstrar ao mercado as intenções do governo para com os investidores.⁵³

O *currency board*, modelo de paridade entre o dólar e o peso argentino, era particularmente recomendado a países que experimentaram crises monetárias agudas e prolongadas, sendo sua característica a eliminação de todas as restrições que se mantinham entre a transformação de moeda nacional em estrangeira e vice-versa.

“A inflexibilidade desse modelo faz parte da sua essência mesma: o que se busca é justamente uma “camisa-de-força” que impeça o Estado nacional desacreditado de se valer da flexibilidade monetária e cambial para voltar a cometer abusos inflacionários”⁵⁴

Além dessa lei, foi estabelecida uma redução geral das tarifas, concretizando, por fim, a abertura econômica do país ao mercado externo. As tarifas caíram 1/3 do valor anterior, e os resultados imediatos dessa medida foram o fim da fuga de capital nacional para o dólar, o reingresso de capitais emigrados, a redução da taxa de juros, a queda da inflação e o reaquecimento da economia.⁵⁵

Para tranquilizar os investidores, foi adotado também o Plano Braddy, em abril de 1992. Os juros não pagos da dívida com a banca privada foram reescalados por 15 anos e os de capital por 30 anos⁵⁶. Graças a todas estas modificações e planos econômicos, a Argentina consegue recuperar a confiança dos investidores.

⁵³ ARGENTINA. Lei nº 23.928, 27 de março de 1991. Infoleg. Disponível em:

<<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/328/norma.htm>>. Acesso em: 20/06/2011.

⁵⁴ BATISTA JR, Paulo Nogueira. **Argentina: uma crise paradigmática**. In: Estudos Avançados 16. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/v16n44a06.pdf>>. Último acesso em: 04 de Setembro de 2009, p.84.

⁵⁵ ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p. 259.

⁵⁶ FERRER, Aldo. Op. cit. p. 259.

O Estado melhorou a arrecadação de impostos, recebeu uma quantidade expressiva de empréstimos e investimentos do exterior e o consumo aumentou.⁵⁷ Entre 1991 e 1994, entrou no país um volume considerável de dólares, a ponto de o governo saldar seus déficits e das grandes empresas se reequiparem.⁵⁸ A venda das empresas estatais continuou, sendo que nas privatizações das empresas de eletricidade, água e gás, foram garantidos mecanismos de controle, concorrência e venda de ações a particulares. Responsável pelo petróleo argentino, a YPF, foi privatizada, mas com o Estado controlando parte das ações.

Após Domingo Cavallo assumir o ministério da economia, os indicadores econômicos do país se tornam excelentes. Como podemos ver na Tabela 2, o PIB da Argentina em 1989 era de quase 77 bilhões de dólares. A tendência que se observa nos anos seguintes é de um grande crescimento da economia argentina no início da década de 1990. Em 1994 o PIB já representa quase três vezes mais o seu valor de 1989, início do governo Menem. Também observamos como o crescimento econômico se refletiu no PIB per capita. Em 1989 seu valor era de 2.392 dólares. No ano seguinte passa a ser de 4.350 dólares. O crescimento deste índice se manteve, atingindo o valor de 7.501 dólares em 1994.

Tabela 2 – Dados Econômicos da Argentina entre 1989 e 1994

	1989	1990	1991	1992	1993	1994
PIB (em US\$ bilhões)	76,636	141,352	189,719	228,779	236,753	257,439
PIB per capita (US\$)	2.392	4.350	5.757	6.847	6.991	7.501
Inflação, em % ao ano	3.058	2.077	133	12	-1	3
Desemprego em % da população economicamente ativa	7	7	6	7	10	12

Fonte: World Databank – World Bank. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do>>. Acesso em: 20 de julho de 2010.

⁵⁷ ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p. 259.

⁵⁸ Idem.

Graças aos planos econômicos orquestrados pelo ministro Cavallo, observamos que a hiperinflação de 1989 e de 1990, que atingia, respectivamente, índices de 3058% e 2077% do PIB anual, foi totalmente superada com a abertura econômica, diminuição das taxas de importação e aquecimento da economia. Em 1991, ano do início do *currency board*, a inflação atinge os 133% anuais, e no ano seguinte 12%. Em 1993 o problema inflacionário, tão recorrente na economia argentina foi totalmente superado.

A Argentina mostrava que era capaz de resolver todos os problemas econômicos abraçando o neoliberalismo. As agências multilaterais, em especial o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, se valiam da condição argentina, afirmando que o país era um exemplo a ser seguido pelos demais países emergentes.⁵⁹

Contudo, em pouco tempo o modelo argentino começou a revelar alguns desequilíbrios. O primeiro deles foi o grave desemprego que assolou os trabalhadores. Em parte, o desemprego foi causado pelas privatizações, mas também, por força da abertura econômica, que acarretou o fechamento de pequenas empresas. Como vimos na tabela 2, enquanto o PIB e o PIB per capita cresciam e a inflação se mantinha sob controle, o mesmo não ocorria com a oferta de empregos. Em 1989, cerca de 7% da população ativa estava desempregada. Em 1994 este índice já atingia a casa dos 12%. Além disto, a abertura do mercado e a supervalorização cambial provocaram um déficit na balança comercial. Entre 1990 e 1991, foi registrado um superávit de 12 bilhões de dólares. Contudo, no período posterior, entre 1992-1994, o déficit foi de quase 10 bilhões. Em fins de 1994, a dívida externa do país chegava a 86 bilhões, praticamente o dobro do que foi registrado em 1991.⁶⁰ Também se deterioravam as contas fiscais, principalmente devido às reformas do sistema previdenciário e do serviço da dívida externa. “Ao se transferir às entidades privadas a responsabilidade pela arrecadação, enquanto os benefícios ficavam ao cargo do poder público, o Estado argentino entrou num período deficitário alarmante.”⁶¹ Adiciona-se a isto a dívida externa, que sugava ainda mais divisas do Estado.⁶²

O governo Menem ensaiou certas medidas paliativas devido ao clientelismo. Alguns programas sociais foram mantidos, entretanto seu alcance foi drasticamente reduzido. A abertura econômica não foi homogênea, para atender às reivindicações dos setores automobilísticos, teve que ser limitada para este setor, o que resultou na volta de

⁵⁹ BEINSTEIN, Jorge. Op. cit.

⁶⁰ FERRER, Aldo. Op. cit. p. 261.

⁶¹ Idem.

⁶² Idem.

seus benefícios tradicionais. Os setores exportadores, altamente afetados pela valorização do peso, foram agraciados com subsídios, reembolsos e compensações fiscais.⁶³

Em meados de 1994, a Argentina convivia com um processo de estabilidade econômica e com certa euforia com os resultados obtidos no país até aquele momento.

“Para um presidente que recebera o país com uma hiperinflação e que eliminara o aumento de preços através do Plano de Conversibilidade, a manutenção no cargo tornou-se uma tarefa complementar. Dessa forma, a oposição – União Cívica Radical e Frente País Solidário (Frepasso) – não criou as condições para superar o justicialismo, e, assim, em 5 de maio de 1995, Carlos Menem iniciou o seu segundo mandato, sendo acompanhado por Carlos Ruckauf, na condição de vice-presidente.”⁶⁴

1.4 - A Crise do México

Em 1994, as taxas de juros no mundo aumentavam. O ministro Cavallo rapidamente lançou a Segunda Reforma do Estado, através da qual, novas privatizações foram realizadas, atingindo desta vez as centrais nucleares e os Correios, e um severo corte ao repasse para as províncias foi feito. Os governadores, inclusive justicialistas começaram a defender que o rigor do ajuste deveria ser revisto, pois as eleições estavam próximas e começaram a criticar Cavallo.

O México convivia com problemas acumulados na área econômica, os quais se refletiam em desequilíbrios sistemáticos das suas contas externas. Carlos Salinas, então presidente do México, manteve sua popularidade em alta com os diversos acordos que fizera com os Estados Unidos e com o Canadá, que resultaram na criação do NAFTA. Em 1994, assume seu sucessor Ernesto Zedillo, que tentou resolver o problema dos déficits nas contas externas, alterando a política econômica do país.⁶⁵

Tão logo o governo mexicano alterou a política econômica do país, houve fuga de capitais, que exigiu a implementação de um pacote de ajuda financeira, garantido por ação do presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton. A desvalorização da moeda mexicana produziu um clima muito delicado no contexto econômico mundial, gerando uma crise no país. A crise mexicana desencadeou então um efeito de contágio, mais tarde chamado de *efeito tequila*, nos demais países da América Latina que haviam optado por políticas econômicas neoliberais.

⁶³ Idem.

⁶⁴ FRAQUELLI, Antonio Carlos. Op. cit. Pag. 26.

⁶⁵ Ibidem. pg. 28.

“Rapidamente, foram atingidos a Argentina e o Brasil, que mantinham desequilíbrios nas contas externas: a Argentina vivia há algum tempo com o Plano de Conversibilidade e a sua âncora cambial, enquanto o Brasil, que havia introduzido o Plano Real em julho de 1994, estava operando com déficits comerciais a escassos pares de meses.”⁶⁶

O governo Menem rapidamente agiu: cortou orçamentos, reduziu salários dos funcionários públicos, aumentou os impostos e contou com o apoio veemente do FMI e do Banco Mundial.⁶⁷ A crise do México, ao invés de abalar a confiança do povo argentino em Menem, fortaleceu sua campanha de reeleição devido à propaganda de sua figura, que encarnava a ordem e a estabilidade.⁶⁸

Porém, após a crise mexicana, começa a se evidenciar que o “milagre argentino” dispunha de rachaduras. Por força de ações rápidas do governo, do FMI e do Banco Mundial, a economia argentina não desmoronou juntamente com a mexicana.⁶⁹ As grandes empresas conseguiram contornar a sobrevalorização do peso, graças aos salários baixos dos funcionários e à melhoria na produtividade.⁷⁰

2 - O Segundo Governo

2.1 - A Reeleição

Desde que foi eleito, Menem procurou alicerces para uma reforma constitucional que permitisse sua reeleição. “Menem 95” foi um slogan trabalhado por ele e por seus partidários, apesar de certa resistência por parte dos que queriam sucedê-lo. No congresso, o projeto de reeleição teria que ser aprovado em duas câmaras. No Senado, o Partido Justicialista e seus aliados possuíam os dois terços necessários para a aprovação. O mesmo, porém, não ocorria na câmara dos deputados. Para pressionar os deputados da União Cívica Radical, Menem convocou uma consulta popular, ao mesmo tempo em que ameaçava aprovar, por meio de uma lei ordinária, uma interpretação da Constituição que lhe permitia a reeleição.

Em meio à inação da UCR, dividida entre aprovar ou não a possibilidade da reeleição, Menem se encontrou com o ex-presidente Alfonsín.

⁶⁶ Ibidem. Pag. 27.

⁶⁷ ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p. 271.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ CHUDNOVSKY, Daniel. La larga gestación de La reciente crisis argentina. In: In: BOYER, Robert e NEFFA, Julio C. (org.) **La economía argentina y su crisis (1976-2001):** visiones institucionalistas y regulacionistas. Miño y Dávila editores, 2004.

⁷⁰ ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p. 271.

“O caminho para a reeleição de Menem teve o seu percurso bem definido a partir do que se convencionou chamar de o Pacto de Olivos. A partir do momento em que o Presidente visualizou a possibilidade de reeleição, Menem contactou com Alfonsín para comunicar-lhe o desejo de implementar um plebiscito junto à sociedade argentina para avaliar, através de uma consulta, a possibilidade de concorrer a um novo mandato. Consciente de que a vitória no plebiscito reconduziria o Presidente ao Governo, Alfonsín negociou um pacto com Menem em que o conteúdo do acordo fixava uma agenda – 10 itens – para a reforma constitucional.”⁷¹

Houve então, eleições em 10 de abril de 1994 para a escolha dos 305 constituintes, que alteraram a constituição a partir de 10 de maio. A Reforma Constitucional foi fruto do Pacto de Olivos, um acordo feito entre os peronistas e os radicais, encabeçados por Menem e por Alfonsín.⁷² O Pacto de Olivos nada mais foi que o reconhecimento por parte de Alfonsín da impossibilidade de frustrar as ambições do presidente Menem.⁷³ Alfonsín garantiu a inclusão de alguns pontos pretendidos pela UCR na reforma constitucional, tais como o direito ao segundo turno, a redução do mandato para quatro anos, a possibilidade de reeleição, a criação da chefia de gabinete dos ministérios, as eleições e alterações no mandato de senadores, a eleição direta da Prefeitura de Buenos Aires, a mudança no processo de designação de juízes, a revogação de decretos de urgência e a formalização de consultas populares.⁷⁴

Nas eleições presidenciais de 1995, Menem enfrentou uma oposição fragmentada e, por conseqüência, fraca. A UCR e a Frepaso não conseguiram derrotar Carlos Menem, acompanhado por Carlos Ruckauf, como vice-presidente. Com mais de 50% dos votos dos eleitores argentinos, Menem inicia seu segundo governo em 1995.⁷⁵

2.2 – O Novo Contexto Político e Econômico

Durante o segundo governo de Menem o desemprego e a dívida externa eram problemas para os quais já não se conseguia encontrar soluções. Apesar da crise mexicana, as empresas nacionais conseguiram se recuperar, devido aos créditos no mercado internacional, e o PIB, que recuou em 1995, se recuperou e manteve o crescimento nos anos seguintes. Todavia,

⁷¹ FRAQUELLI, Antonio Carlos. Op. cit. Pag. 26.

⁷² ARGENTINA. Presidência Argentina. Disponível em:
<http://www.casarosada.gov.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=1248&Itemid=37>.
Acesso em: 30/05/2010.

⁷³ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. Op. cit. p.474.

⁷⁴ ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p. 271.

⁷⁵ Ibidem. p. 271-272.

“a tendência dominante foi a restrição, com seus efeitos conhecidos: aumento das taxas de juros, recessão, penúria fiscal e doses maiores de ajuste e reforma. Por esse caminho, restou pouca margem para o que, até então, Menem e seu grupo, com a tolerância dos técnicos, tinham feito com eficiência – distribuir um pouco, compensar, silenciar queixas e ganhar cumplicidades. Na nova conjuntura, os zelosos auditores externos já não admitiam isso, e seu aval era indispensável para obter a renovação dos créditos. O governo ficou preso entre as exigências de um ajustes mais forte, para “fechar as contas”, e as crescentes demandas de uma sociedade que ia recuperando sua voz.”⁷⁶

Quando se tornou Ministro da Economia, Domingo Cavallo obteve o apoio incondicional do presidente Menem para levar adiante o plano de conversibilidade. Desta forma, ambos eliminaram as resistências de velhos peronistas no que diz respeito à abertura econômica e às privatizações.⁷⁷ Muito embora as privatizações de empresas e bancos estatais e governamentais causassem desemprego e ferissem as bases de sustentação dos dirigentes peronistas.

“Menem e Cavallo – tão diferentes entre si – se harmonizaram e se reforçaram mutuamente. Foi a soma da arbitrariedade com a valorização da eficiência, que cresceu e se desenvolveu à custa das instituições republicanas. Não faltaram conflitos. Os que vinham do peronismo histórico, e olhavam para o mundo depois de Menem, começaram a reivindicar uma preocupação maior com os aspectos sociais de transformação, ou a exigir uma fatia dos recursos que eram controlados arbitrariamente, e que o Ministério da Economia, sempre preocupado em “fechar as contas”, queria reduzir.”⁷⁸

Desde 1994, durante a reforma da constituição, os dirigentes do peronismo tradicional já começaram a criticar as intenções de Cavallo de privatizar as centrais nucleares e os correios.⁷⁹ Durante a reeleição, Menem enfatizou que Cavallo continuaria em seu cargo, representando a continuidade de um modelo considerado efetivo para enfrentar os problemas argentinos. Em 1996, Cavallo iniciou uma nova série de privatizações e conseguiu que fosse declarada emergência provisória, o que afetava diretamente as remessas de dinheiro da união para as províncias. Na impossibilidade de pagar os salários dos funcionários públicos, muitos governadores tiveram que vender bancos provinciais e empresas públicas, além de reduzir o quadro de funcionários. A

⁷⁶ Ibidem. p. 272-273.

⁷⁷ Ibidem. p. 260.

⁷⁸ Ibidem. p. 265.

⁷⁹ Ibidem. p. 271.

insatisfação da sociedade e dos políticos aumentava e a relação entre Menem e Cavallo se estremeceu.⁸⁰

Os dirigentes do peronismo tradicional não escondiam sua insatisfação com o ministro Cavallo, pois agora, consideravam as reformas orquestradas pelo ministro da economia como pouco peronistas e estritamente ligadas às orientações do FMI. Dessa forma, a Lei de Orçamento de 1996 foi barrada no congresso, e Cavallo, contrariado com a falta de apoio de Menem, passou a criticá-lo abertamente e também a toda a base de apoio a ele dentro do governo.

Inicialmente, Cavallo criticou a postura dos senadores da base aliada que defenderam a Lei de Patentes Medicinais, essencial para a proteção da indústria farmacêutica do país. Em seguida, durante a privatização do correio, Cavallo entrou em confronto com alguns ministros que foram contra este processo. Por fim, diversas acusações de corrupção foram feitas por Cavallo. Ministros, empresários e parentes de Menem não escaparam das denúncias e a relação entre Cavallo e Menem, já estremecida desde o episódio sobre a lei de patentes medicinais, chegou ao fim.⁸¹ Cavallo nunca obteve total apoio dos peronistas, pelo contrário, se mantinha como ministro pela sua relação com Menem e pelo sucesso ao implementar as reformas econômicas, em grande parte com respaldo internacional. Quando o pacto entre Menem e Cavallo é rompido, Cavallo cai do Ministério. Em julho de 1996, o ministro Cavallo renunciou e em seu lugar assume Roque Fernández. Cavallo, por sua vez, se lança na política, disputando as eleições presidenciais de 1999 pela “Ação para a República”, de orientação centro direita.⁸²

Roque Fernández não alterou as políticas econômicas engendradas por Cavallo e foi capaz de resistir a muitos tipos de pressões. Ao deixar o Banco Central para assumir o ministério, passou a administrar a estabilização da economia em articulação com o FMI. Fernández também elevou o preço dos combustíveis e os impostos sobre valor agregado, reduziu o número de funcionários públicos e realizou cortes importantes no orçamento. Em sua gestão, os correios, os aeroportos e o Banco Hipotecário Nacional foram privatizados. As ações do Estado sobre a YPF foram por fim vendidas para a empresa Repsol, da Espanha.⁸³

⁸⁰ Ibidem. p, 273.

⁸¹ Idem.

⁸² Ibidem. p, 280.

⁸³ Ibidem. p. 274.

O ministro teve que lidar com negociações intermináveis com o congresso, agora resistente às medidas econômicas liberais. Ao final de 1996, Menem tentou passar por cima do congresso, com um de seus decretos de necessidade e urgência, porém, até mesmo a justiça o vetou.⁸⁴ Desta forma, em 1997, Menem voltou-se para as eleições, colocando em segundo plano as reformas econômicas. Estimulou a candidatura de Palito Ortega e, sorrateiramente, iniciou sua própria candidatura, lançando adesivos e camisetas com os dizeres: “Menem 99”.⁸⁵ O objetivo de Menem era lançar uma campanha para que lhe fosse permitido se eleger pela terceira vez como presidente da república. Eduardo Duhalde, vice-presidente durante o primeiro mandato de Menem, também almejava a presidência. Desta forma, ele teve que acentuar seu perfil de opositor ao governo Menem, apresentando propostas e alternativas que obtiveram pouco apoio. Duhalde, que seria um candidato natural após as duas presidências de Menem, ficou com sua imagem desgastada devido a este confronto. Ao mesmo tempo, as lideranças peronistas foram aos poucos abandonando Menem que se encontrou sem o apoio do próprio partido, desistindo, por fim, de uma nova candidatura.

De acordo com Aldo Ferrer “a opinião pública estava convencida da falta de transparência e da corrupção na administração dos assuntos políticos e no processo de privatização das empresas públicas.”⁸⁶ Nas eleições parlamentares de 1997, o Partido Justicialista sofreu uma grande derrota. A UCR, juntamente com a Frepaso, avançou nestas eleições. As duas agremiações formaram a “Aliança pela Justiça, o Trabalho e a Educação”, disputando as eleições e saindo vitoriosas. O PJ, por seu turno, mergulhara em disputas internas, abrindo caminho para que Fernando De la Rúa se elegeisse em 1999. De acordo com Luis Alberto Romero, nesta eleição presidencial, De la Rúa obteve uma vitória nítida sobre Duhalde, muito embora, recebesse um poder político limitado e condicionado pela crise econômica. “A Aliança tinha maioria na câmara dos deputados e o governo de seis distritos, enquanto o justicialismo controlava o senado e quatorze distritos, entre eles os mais importantes: Buenos Aires, Santa Fé e Córdoba.”⁸⁷

Na economia conseguimos observar dois momentos bem distintos: o primeiro é anterior à crise do México, quando o problema da hiperinflação foi solucionado e o crescimento econômico foi garantido através da abertura econômica e da paridade entre a moeda nacional e o dólar. O segundo momento ocorre após a crise do México, quando

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ FERRER, Aldo. Op. cit. p. 262.

⁸⁷ ROMERO, Luis Alberto. Op. Cit. p. 280.

as diversas rachaduras econômicas argentinas se evidenciam, o crédito exterior cessa e o governo passa a sofrer cada vez mais com a oposição.

Após a superação da crise mexicana, como vimos acima, as grandes empresas conseguiram superar os problemas derivados da sobrevalorização do peso e da abertura econômica, em parte devido aos baixos salários dos empregados e também pela melhora na produtividade, principalmente das grandes empresas, que recebiam incentivos do governo e créditos do exterior. Apesar disso, os produtos argentinos sofriam com a forte concorrência dos produtos importados. No mercado interno, os produtos argentinos lutavam contra os produtos estrangeiros, geralmente mais baratos e de melhor qualidade devido à paridade entre o dólar e o peso, afetando assim as pequenas e médias empresas voltadas ao mercado doméstico.

Com a ajuda externa, as medidas do governo e a superação da crise mexicana são retomadas as atividades econômicas no país, mas acentuaram-se as dificuldades devido à abertura econômica. Podemos perceber que, das reformas propostas pelo neoliberalismo, tais como os cortes de gastos, privatização das estatais, disciplina fiscal e liberalização comercial e financeira, durante a primeira gestão de Menem, o governo conseguiu ter êxito em quase todas elas.⁸⁸ No segundo mandato, a partir da queda de Cavallo, Roque Fernandez, o novo ministro da economia, passa a enfrentar resistência no congresso, tendo que negociar cada nova lei. Ademais, Fernandez fracassa na tentativa de flexibilização das leis trabalhistas, “questão emblemática para os empresários e para o FMI, que suscitava forte oposição dentro e fora do peronismo, e, principalmente, entre os sindicalistas.”⁸⁹

2.3 - A Crise Asiática

A conjuntura econômica mundial na primeira metade da década de 1990 era bastante favorável, apesar da Crise do México. Os *tigres asiáticos* e seu modelo econômico se tornam paradigmas e exemplos para os demais países subdesenvolvidos.

⁹⁰ Aos primeiros tigres asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong)

⁸⁸ WILLIAMSON, John. **The progress of policy reform in Latin America**. Washington: Institute for International Economics, 1990.

⁸⁹ ROMERO, Luis Alberto. Op. Cit. p. 274.

⁹⁰ Há controvérsias sobre os tigres. A literatura desenvolvimentista assinala que seu sucesso dependeu da ação do Estado, ao passo que FMI e Banco Mundial creditaram às medidas de flexibilização dos anos 90. Contudo, à medida em que a crise asiática do final da década de 1990 atingiu casos de sucesso como a Coreia do Sul e Taiwan, o FMI, o Banco Mundial e o mainstream econômico passaram a creditar tal fato à intervenção estatal e à existência de um crony capitalism, marcado pela ausência de regras claras para operação do mercado e pelo conluio entre as grandes empresas e o governo.

juntaram-se outras nações: Malásia, Indonésia, Filipinas e Tailândia. Nestes países se combinava autoritarismo, industrialismo, expansão comercial, desigualdade social, baixos salários e rígido controle dos trabalhadores.⁹¹

Porém, a desvalorização da moeda tailandesa foi necessária em decorrência da crise bancária que atingiu o país em 1996 e 1997. Em 2 de julho de 1997, a partir do momento em que o governo tailandês deixa sua moeda flutuar livremente, sua desvalorização provoca uma turbulência na economia regional, causando uma crise financeira em todo o mundo.⁹² “Até o último momento, o FMI e o Banco Mundial, cultivavam a imagem do milagre da economia de mercado no leste asiático, e assim continuaram fazendo mesmo após a eclosão da crise.”⁹³ Porém, em alguns dias o que antes era destacado por estas instituições como centros dinamizadores da globalização e da economia de mercado, o leste asiático passou a ser considerado perigoso para os investimentos, infestado de especuladores e de governantes irresponsáveis e corruptos:

“a onipotência do poder permitiu aos altos funcionários internacionais e aos manipuladores da informação de massa “esquecer” em 24 horas seus recentes elogios à disposição modernizadora dos governos e das empresas asiáticas e adotar discursos radicalmente opostos. Os heróis de ontem passaram a ser os imbecis de hoje.”⁹⁴

Nos anos 80 a crise da América Latina foi oriunda de empréstimos feitos pelos governos, passíveis de corrupção e de maus gastos. Na crise asiática de 1997, ao contrário, grande parte da dívida era de empresas privadas.⁹⁵

“And prior to the crisis, the macroeconomic “Fundamentals” looked fine. The countries in question have had low inflation, budget surpluses or only small deficits, and until recently stable or rising foreign exchange reserves.”⁹⁶

Esta crise era muito mais de liquidez que de solvência e ocorreu pelo excesso de desregulamentação, que incluía, sobretudo, a permissão para que as firmas pegassem

Apropósito, ver • WADE, Robert. (2004) “Introduction o the 2003 Paperback Edition”. *Governing The Market : Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization*. Princeton University Press. Pp. xiii-lii. First Paperback Edition, 1992 e WOO-CUMINGS, Meredith (1999) Cornell University Press.. "Introduction",. In:OO-CUMINGS, Meredith. *The Developmental State*.

⁹¹ BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo Senil: a grande crise da economia global**. Rio de Janeiro: Record, 2001. P. 9.

⁹² WADE, Robert e VENEROSO, Frank. **The Asian Crisis: The High Debt Model Versus the Wall Street-Treasury-IMF Complex**. Disponível em: < <http://www.econ.utah.edu/~mli/Economies%205430-6430/Wade-The%20Asian%20Crisis.pdf> >. Acesso em: 15/07/2011. p.3.

⁹³ BEINSTEIN, Jorge. op. cit. p. 14.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ WADE, Robert e VENEROSO, Frank. Op. cit. p.4.

⁹⁶ Idem.

empréstimos sem o controle ou coordenação do governo. A crise se deu no momento em que os credores cobravam seus empréstimos. As firmas tiveram que cortar seus gastos, causando desempregos e a queda no consumo, e acabavam por fortalecer a crise econômica.⁹⁷ Os principais credores, Japão e os países ricos ocidentais, ignoravam os limites de empréstimos para firmas com grandes dívidas pelo simples fato de todos os credores estarem interessados nos futuros ganhos.⁹⁸ Ademais, os governos asiáticos, encorajados pelo FMI, OCDE e pelos governos, bancos e firmas ocidentais implantaram uma reforma financeira radical, que buscava a desregulamentação.⁹⁹

Outros países foram seguindo a quebradeira geral. Após a crise da Tailândia, Coréia e Japão não suportaram e sofreram um significativo baque econômico. A crise destas economias asiáticas desencadeou uma queda na procura de matérias-primas e conseqüentemente causou uma baixa nos seus preços.¹⁰⁰ Isto resultou num agravamento da situação da Argentina, pois houve uma diminuição da receita devido à queda das exportações, já que a matéria-prima argentina era mais cara que a de outras economias que já haviam desatrelado a moeda nacional do dólar norte-americano. A Rússia logo entrou em crise.¹⁰¹ E por fim, o Brasil na tentativa de minimizar os danos, desvaloriza sua moeda, golpe considerado por Carlos Menem fatal à economia argentina.¹⁰² A partir da desvalorização do real, o governo toma medidas de proteção às importações procedentes do Brasil, em especial têxteis, calçados, papel e celulose. O Brasil, por sua vez, retalia as importações argentinas e o MERCOSUL se encontrava ainda mais fragilizado.¹⁰³ No passado, Menem e Cavallo incentivavam a criação do MERCOSUL, sem chegar a um acordo em questões como a política monetária. Em 1995, durante a crise do México, a abertura do mercado brasileiro foi providencial, pois foi capaz de absorver alimentos, petróleo e automóveis.¹⁰⁴ Mas neste novo contexto, em que tanto

⁹⁷ Ibidem. p.5.

⁹⁸ Ibidem. p.9.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ A queda dos preços das *commodities*, à exceção do petróleo, foi de cerca de 20% entre 1997 e 2000. SILVA, Joaquim Ramos. *A Argentina Bloqueada, 1998-2001: Que vias para a superação do impasse?* In: **Informação Internacional**: Lisboa, Ministério do planeamento, Departamento de prospectiva e planeamento, 2001. Disponível em: <http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2001_I_II.pdf>. Último acesso em: 04 de Setembro de 2009.

¹⁰¹ VALLE-FLOR, Maria Amélia. **A Crise Argentina**: cooperação e conflito nas reformas econômicas: o governo perante o FMI. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa: Lisboa, 2004.

¹⁰² CARON, Antoninho. **Rumos do MERCOSUL e a crise da Argentina**: Maior articulação entre os países membros é o caminho para o fortalecimento do Bloco. In: Revista FAE BUSINESS, n. 2, 2002.

¹⁰³ BERNAL-MEZA, Raúl. Op. cit.

¹⁰⁴ ROMERO, Luis Alberto. Op. Cit. p 275.

Brasil quando Argentina precisavam se defender da crise mundial, ambos fecharam suas economias e o MERCOSUL foi ignorado.

2.4 – A Economia ao Final da “Era Menem”

A crise de 1998 foi mais profunda que a de 1995. O aumento dos juros da dívida, o encolhimento das fontes de crédito, a baixa nos preços das *commodities* e a recessão compunham o cenário enfrentado pelo governo Menem, que passou a receber uma oposição cada vez mais organizada. Após o Plano Cavallo, o crescimento da economia argentina passou a depender da entrada de capitais externos. Para garantir essa entrada de capitais, o país adotou um câmbio fixo, o que aumentava a confiança dos investidores, embora aos poucos erodisse todo o sistema produtivo internacional.

A partir da segunda metade da década de 1990, a combinação de abertura comercial e câmbio fixo levou a Argentina a uma situação calamitosa. Quanto mais visível era a fragilização econômica do país, mais a economia se deteriorava. Ao final da década, todos os ganhos obtidos pelo Plano Cavallo foram perdidos, além da deterioração dos índices sociais.

“No conjunto da década de 1990 verificaram-se importantes melhorias na situação econômica da Argentina. Em particular, o crescimento econômico ao contrário da década anterior, tornou-se francamente positivo, e a hiperinflação que grassara nos anos 1970 e 1980, foi controlada. [...] Todavia, tendo em conta os objetivos que nortearam as reformas lançadas no início da década de 1990, os resultados não podem deixar de ser considerados desapontadores: a economia argentina ainda não encontrou um ritmo de crescimento minimamente regular nem uma integração sustentada na economia mundial. Mas, a tendência profunda à estagnação econômica foi estancada durante algum tempo, não claramente invertida e os anos 1998 - 2001 evidenciaram de novo as dificuldades em progredir e recuperar atrasos.”¹⁰⁵

Aldo Ferrer acredita que a estratégia econômica de Menem foi voltada para responder aos desafios da globalização. Neste sentido, ele elege três campos centrais da ordem mundial, destacando as decisões tomadas pelo governo argentino na década de 1990. Os três campos seriam: as finanças, a divisão internacional do trabalho e a internacionalização da produção por meio das corporações transnacionais. As políticas adotadas pelo país nestes três campos dividiram o setor produtivo argentino, subordinando o país à capacidade decisória de atores transnacionais e de grupo internos diretamente beneficiários de tais políticas.

¹⁰⁵ SILVA, Joaquim Ramos. Op. cit.

Em 1997, após o começo da crise, os círculos liberais difundiam a “teoria do contágio”. Diversos especialistas descreveram cada desastre sem levar em conta fatores estruturais, focando em elementos como a “volatilidade dos fluxos de capitais”, a “turbulência dos mercados” e na figura dos especuladores. De fato, tais fatores contribuíram para determinar a intensidade da crise. Contudo, não podemos esquecer que, quando consideramos isoladamente os países atingidos, percebemos que em cada uma dessas áreas existiam numerosos fatores econômicos e institucionais, a saber, dívidas públicas e privadas gigantescas, déficits fiscais, debilidades tecnológicas, corrupção, que permitiram a eclosão da crise.¹⁰⁶ Todas essas economias envolvidas na crise, não foram “contaminadas”, haja vista o fato que elas eram bem “doentes” desde meados da década de 1990, quando o México e sua crise anunciaram ao mundo toda a vulnerabilidade de uma economia de mercado altamente aberta e dependente dos fluxos de capital exterior.¹⁰⁷

Como podemos ver na tabela 3, o PIB, mesmo com a crise do México em 1995, a Argentina conseguiu manter um bom crescimento. O mesmo ocorreu com o PIB per capita, como resultado inicial das políticas econômicas liberalizantes, da abertura econômica, do crescimento da produtividade e do comércio.

Entretanto, a taxa de desemprego da população economicamente ativa (PEA) só vai crescendo. Em 1991, ela recua para 6% da população ativa, mas, durante a crise mexicana em 1995 atinge quase 20% da PEA, sendo um dos grandes problemas durante todo o restante da década. A reestruturação pela qual passou a indústria argentina ao longo dos anos 90 consolidou certos setores, tais como o automotivo e o agroindustrial. Mas também foi caracterizada pelo retrocesso em diversos outros setores, tais como o têxtil, bens de capital e metal mecânico. Isto se refletiu na demanda de empregos, que caiu brutalmente no período analisado. Ao desemprego, soma-se a terceirização de serviços e a precarização do trabalho surge como consequência.¹⁰⁸ Ademais, a porcentagem da população que vivia com menos de dois dólares por dia cresce no período analisado, atingindo os 9% em 1998.

Graças à abertura econômica, a perda de competitividade da indústria nacional e a entrada de grandes somas de investimentos externos, a Argentina passou a acumular

¹⁰⁶ BEINSTEIN, Jorge. op. cit. p. 14.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martín. **Hecho em Argentina: industria y economia, 1976-2007.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2010. p. 184.

uma dívida externa recorde. A dívida externa, em relação ao PIB, não parou de crescer, tendo apenas se retraído nos anos de 1992 e 1994.

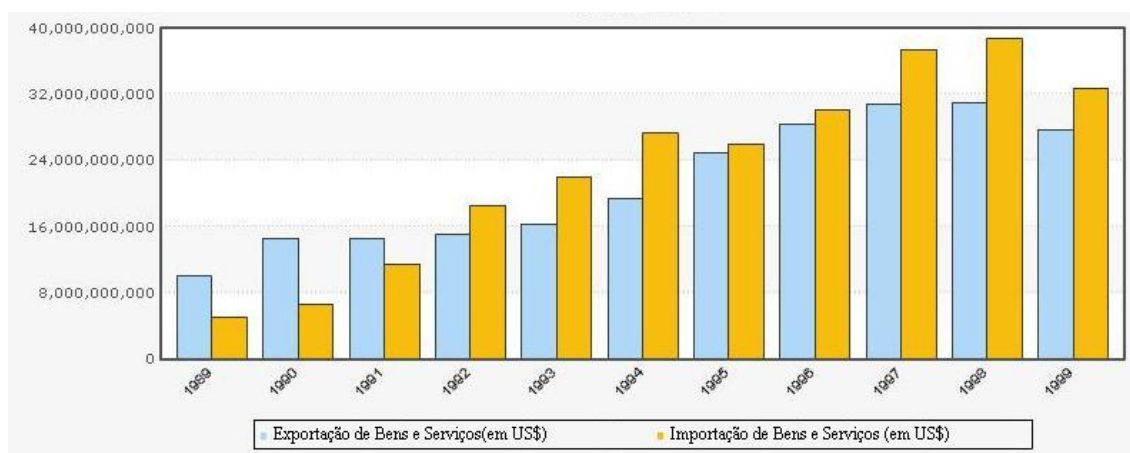
Tabela 3 – Dados Econômicos da Argentina entre 1991 e 1999

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
PIB em bilhões de US\$*	189,719	228,779	236,753	257,439	258,031	272,149	293,858	298,948	283,523
PIB per capita em US\$*	5,757	6,847	6,991	7,501	7,421	7,727	8,210	8,279	7,760
Desemprego em % da população ativa*	6	7	10	12	19	17	15	13	14
População que vive com até US\$2 por dia (em %)*	-	3	-	-	-	7	-	9	-
Dívida Externa em (% do PIB)**	32,7	31,8	34,3	33,3	38,3	40,3	42,6	47,3	51,1

* Fonte: World Databank – World Bank. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do>>. Acesso em: 20 de julho de 2010. **Fonte: VALLE-FLOR, Maria Amélia. **A Crise Argentina:** cooperação e conflito nas reformas econômicas: o governo perante o FMI. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa: Lisboa, 2004

Como podemos observar abaixo, no Gráfico 1, o aumento das importações e a supervalorização da taxa de câmbio debilitaram diversos setores da economia. A partir do Plano Cavallo, o valor das importações na Argentina disparou e a balança comercial torna-se sempre deficitária.

Gráfico 1 – Exportação e Importação de Bens e Serviços em US\$ 1989-1999



Fonte: World Databank – World Bank. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do>>. Acesso em: 20 de julho de 2010.

3- A perspectiva do Banco Mundial sobre a economia argentina entre 1989 e 1999

Vimos como a economia Argentina se comportou durante a década de 1990 e seus principais desafios. Nesta parte do capítulo utilizaremos alguns documentos disponíveis do Banco Mundial. Em geral, são textos e relatórios que foram realizados em total acordo com as medidas econômicas implantadas ao longo da década de 1990, em especial o “World Bank Annual Report”, que trás a opinião oficial do Banco Mundial sobre a economia mundial ano a ano.

O Banco Mundial analisa que desde 1987 a América Latina teve seu crescimento bastante reduzido. Argentina, Brasil e Venezuela que representavam dois terços do PIB da região, tiveram um baixo crescimento do PIB em 1988 e apresentaram índices de crescimento negativo no ano seguinte. A forte inflação que afetava a região foi atribuída à dificuldade que os governos tinham para implementar políticas de correção macroeconômica.¹⁰⁹ Uma outra preocupação do Banco Mundial era a dívida externa da Argentina, sendo necessárias reformas nos impostos e a criação de novas taxas para sua resolução, além de reajustes nos gastos públicos.¹¹⁰ Todavia, o Banco

¹⁰⁹ WORLD BANK. **The World Bank annual report 1989**. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1989/01/700587/world-bank-annual-report-1989>>. Acesso em: 20/12/2011 p. 130.

¹¹⁰ Ibidem. P. 136.

ainda recomendava a redução dos desequilíbrios macroeconômicos, o controle da inflação e fiscal para a recuperação do crescimento e dos investimentos externos.¹¹¹

Em 1990, o Banco ressaltou seu papel analítico e de apoio aos países em desenvolvimento, ajudando-os a restaurar seu crescimento sustentável.¹¹² Para a instituição os gastos públicos, a dívida externa e os subsídios são a verdadeira origem para os problemas econômicos da Argentina. O aumento dos gastos públicos em relação ao PIB durante a década de 1970 sem a reforma nas taxas e nos impostos, foi considerado um ato impensado do governo argentino, que só trouxe graves consequências econômicas a longo prazo.¹¹³ O crescente custo dos subsídios dados para a indústria e para os serviços públicos, e as distorções econômicas por eles geradas, culminaram no caos econômico enfrentado pelo país. Ademais, medidas protecionistas do governo protegiam diversos setores da competição externa.¹¹⁴ Então, na perspectiva do Banco, para contornar a hiperinflação e os desequilíbrios financeiros do país era necessária a redução dos gastos públicos e a diminuição dos subsídios para que a competitividade industrial aumentasse.¹¹⁵

Logo no dia seguinte da sua posse, Carlos Menem anunciou um novo programa de reformas estruturais abrangendo praticamente todas as áreas de políticas públicas, que haviam sido o cerne da inflação e recessão argentinas.¹¹⁶

“But controlling inflation may not be sufficient to unleash the enormous productive potential of the country - and thereby provide the basis for increasing real wages over the long term. To reverse declining trends in labor productivity and the productivity of investment, the Government as part of its comprehensive reform must remove price distortions and other policy interventions that have discouraged investment and job creation throughout the country. While achieving price stability is the first order of business, the Government must do so on the basis of a comprehensive public sector reform that makes financial stability permanent and permits sustained increases in productivity and income.”¹¹⁷

O Banco Mundial elogiou os esforços do governo Menem e de seu projeto de estabilização que buscava formas de reduzir os gastos do governo, visando a “eficiência

¹¹¹ WORLD BANK. **The World Bank annual report 1990**. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1990/01/700363/world-bank-annual-report-1990>>. Acesso em: 20/12/2011 p. 129-130.

¹¹² Ibidem. P. 131.

¹¹³ WORLD BANK. **Argentina: Reforms for price stability and growth** Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1989/07/08/000009265_3960928060440/Rendered/PDF/multi0page.pdf>. Acesso em: 14/01/2011.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Idem.

e equidade” nos cortes orçamentários. A reforma econômica pretendia a estabilidade macroeconômica, através da austeridade fiscal, diminuição dos gastos públicos e redução das tarifas comerciais.¹¹⁸ Menem ainda promoveu a reforma fiscal, o corte de gastos e a redução do déficit fiscal. Ao suspender a lei do “Compre Argentino”¹¹⁹, que garantia mercado às indústrias nacionais, o presidente indicava o abandono do protecionismo estatal que muitas empresas recebiam. Todas essas reformas tiveram como objetivo a redução do papel do Estado na economia, o crescimento da produção e a promoção dos investimentos do setor privado.¹²⁰ As ações do governo foram apoiadas por instrumentos jurídicos adequados e regulamentares aprovadas pelo Congresso, que autorizou e garantiu a sua sustentabilidade.¹²¹

Seguindo o receituário das instituições financeiras internacionais, o governo Menem liberaliza a economia, visando o aumento de produtividade, diminuição das atribuições do Estado e crescimento econômico sustentável. Para isso, uma das medidas mais costumeiras, e amplamente usada na Argentina, foi a privatização das empresas estatais.¹²² “Privatization and increased access by the private sector to new areas can restore efficiency by the increasing competition, while reducing the fiscal drain caused by loss-making public enterprises.”¹²³

O programa de privatização argentino foi caracterizado pelo seu alcance, velocidade e amplitude, bem como pela intensidade do apoio do Banco Mundial. Entre 1990 e o final de 1992, o governo fechou ou vendeu praticamente todas as suas empresas públicas, tais como as linhas aéreas e companhias de telecomunicação.¹²⁴ Outras empresas estavam na mira do governo, como as empresas responsáveis pela

¹¹⁸ WORLD BANK. **The World Bank annual report 1992**. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1992/01/440177/world-bank-annual-report-1992>>. Acesso em: 20/12/2011 p. 143.

¹¹⁹ A lei “Compre Argentino” é de 1963 e obrigava a administração pública, as empresas concessionárias de serviços públicos e as empresas estatais de comprar exclusivamente materiais, mercadorias e produtos de origem argentina, sempre que seu preço fosse justo. Ver: <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/60000-64999/64611/norma.htm>.

¹²⁰ WORLD BANK. **Argentina’s privatization program**. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1993/09/01/000009265_3970716142348/Rendered/PDF/multi0page.pdf>. Acesso em: 11/01/2011.

¹²¹ KHELIL, Chakib. **Argentina hydrocarbon sector privatization** – Banco Mundial. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2010/01/07/000333037_20100107235241/Rendered/PDF/525730WP0Argen10Box345573B01PUBLIC1.pdf>. Acesso em 11/01/2011.

¹²² WORLD BANK. **Argentina’s privatization program**.

¹²³ WORLD BANK. **The World Bank annual report 1991**. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1991/09/699880/world-bank-annual-report-1991>>. Acesso em: 20/12/2011 P. 146.

¹²⁴ WORLD BANK. **Argentina’s privatization program**.

energia, água e gás, os correios e aquelas sobre o controle do Ministério da Defesa, como a de aço e a petroquímica. A empresa estatal de petróleo perdeu seu monopólio, se tornando uma entidade comercial e o governo se comprometeu com a diminuição da atuação do sistema público bancário.¹²⁵

O Banco Mundial também desenvolveu um papel importantíssimo durante todo o processo.

“Once the government’s commitment to the program was established, the World Bank utilized several ongoing loans, e.g., a Public Enterprise Reform Adjustment Loan (PERAL), a Finance Sector Adjustment Loan (FSAL) to provide support, in addition to a grant and new loans. In particular, the Public Enterprise Reform Execution Loan (PEREL) of US\$23 million was devoted to technical assistance for implementing the transactions of various enterprises.”¹²⁶

Para o Banco, a legislação, o controle do governo sobre o Congresso e a supervisão e coordenação centralizadas foram fatores que contribuíram para manter o processo de privatizações em curso. O valor de mercado total dos ativos vendidos é estimado em mais de 22 bilhões de dólares.¹²⁷ Ademais, o Banco destaca o processo transparente e aberto de privatização, a manutenção de um diálogo constante com grupos de interesse e uma estreita cooperação com o Poder Legislativo; um quadro legal e regulamentar adequado, e, em grande parte livre de interferências de grupos de interesses.¹²⁸ Podemos perceber como o Banco Mundial ignorou o fato da cúpula governista ter sido beneficiária em boa parte dos processos de privatização do país ¹²⁹, haja vista que nas concepções de diversos outros escritores e pesquisadores as privatizações se caracterizaram pela alta corrupção e pela preocupação de fazer caixa, agradando apenas os economistas do FMI e do Banco Mundial e os grandes empresários argentinos.¹³⁰

Contudo, o otimismo dos analistas financeiros era firme, baseado na abertura econômica e na liberalização dos mercados, capazes de garantir o crescimento econômico dos países emergentes. De acordo com o Banco os anos 1980, marcados pela

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ Na parte em que falamos sobre o governo Menem e suas principais ações, citamos Luis Alberto Romero e Aldo Ferrer que em suas obras afirmaram com veemência toda a corrupção que se alastrou pela cúpula governista. Uma das responsáveis pelas privatizações no país, Maria Júlia Alsogaray, representante dos grandes empresários argentinos, foi acusada de corrupção ativa. O processo de privatizações na Argentina não se concluiria sem a corrupção, pois ela era parte necessária para a realização de todo o processo de liberalização econômica engendrada por Carlos Menem.

¹³⁰ ROMERO, Luis Alberto. Op. Cit. p. 264-265.

crise fizeram com que a postura da população frente ao governo e às instituições mudassem, apoiando agora reformas orientadas para a abertura econômica e maior atenção aos assuntos ligados à economia.

“Perhaps the greatest single chance in people’s attitude to economic development philosophy has been a recognition that there should be limits to the extent of governmental intervention, that public monopoly can be distorting as private monopoly and that indefinite protection of private enterprises through the erection of high tariffs and nontariff barriers can perpetuate rents without adding to broadly based national prosperity”.¹³¹

Em 1995 o Banco Mundial parece animado com os índices econômicos argentinos, segundo os quais o PIB e o PIB per capita apresentaram um bom ritmo de crescimento e a pobreza diminuiu.¹³² Com a crise do México, o Banco Mundial oferece ajuda para os países mais ameaçados. O Banco também ofereceu ajuda para uma segunda leva de reformas na Argentina, afetando as finanças fiscais e as relações fiscais entre o governo central e as províncias.¹³³ Entretanto o Banco acreditava que a economia dos países latinos estava suficientemente diversificada, a ponto que a crise econômica de um país não teria grandes repercussões nos demais:

“Events of the past year have shown that the region’s economies are now sufficiently differentiated and world financial markets sufficiently sophisticated – that adverse developments in one country need not pull others down. This realization, if accompanied by continued pursuit of prudent macroeconomic policies should serve to reduce volatility and increase stability in the region.”¹³⁴

Ademais, aconselha o aprofundamento das reformas neoliberais e o livre comércio para que a Argentina tivesse um crescimento sustentável e crescente.¹³⁵

Superada a crise do México, a economia da Argentina volta a crescer, de acordo com o Banco, graças ao comprometimento do governo com as reformas.¹³⁶ Anos depois, com a crise nas economias asiáticas, a Argentina não consegue absorver o impacto e sua economia desmorona. Apesar disso, o Banco deu apoio financeiro para as

¹³¹ WORLD BANK. **The World Bank annual report 1991**. p. 134.

¹³² WORLD BANK. **The World Bank annual report 1995**. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1995/08/697140/world-bank-annual-report-1995>>. Acesso em: 20/12/2011 p. 88.

¹³³ Ibidem. P. 89.

¹³⁴ WORLD BANK. **The World Bank annual report 1996**. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1996/08/442241/world-bank-annual-report-1996>>. Acesso em: 20/12/2011 p. 110.

¹³⁵ Ibidem. P. 111.

¹³⁶ WORLD BANK. **The World Bank annual report 1997**. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1997/01/695043/world-bank-annual-report-1997>>. Acesso em: 20/12/2011 p. 74.

províncias, e o financiamento foi destinado para os setores da saúde e da educação.¹³⁷ A instituição acreditava que o baixo preço das *commodities*, o fraco desempenho do setor agrícola devido ao *El Niño*, a redução dos investimentos e uma queda no comércio mundial eram as responsáveis pela crise econômica de 1997, e logo seria superada.¹³⁸ Segundo o Banco, o combate à pobreza é a sua prioridade. No caso Argentino, parte do financiamento foi destinado à um número chave de programas de apoio aos pobres, incluindo nutrição, emprego, saúde e educação.

“Also as part of this operation, the government will develop a new fully capitalized unemployment insurance system that eliminates the current system of severance payments, thus reducing labor costs and increasing labor mobility while protecting workers”¹³⁹

4 - A perspectiva do Fundo Monetário Internacional sobre a economia argentina entre 1989 e 1999

Em 1993 o FMI mostrava-se otimista com relação ao crescimento dos países em desenvolvimento, apesar do fraco desempenho industrial. Em seu relatório, a instituição faz uma distinção entre dois modelos de países em desenvolvimento. O primeiro grupo era composto por países de crescimento lento (*slow-growing countries*), enquanto o segundo grupo era formado por países com crescimento acelerado (*successful countries*).¹⁴⁰

Os países em desenvolvimento que estavam obtendo sucesso em seu crescimento econômico eram aqueles com altas taxas de investimento, sendo que parte dos investimentos deveriam ter origem nacional. Ademais o Estado tinha a obrigação de ter consideráveis reservas no exterior. Mas a principal diferença entre um grupo e outro era que os “*successful countries*” tinham sua economia voltada para o mercado internacional.¹⁴¹

¹³⁷ WORLD BANK. **The World Bank annual report 1998**. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1998/01/441258/world-bank-annual-report-1998>>. Acesso em: 20/12/2011 p. 47-48.

¹³⁸ WORLD BANK. **The World Bank annual report 1999**. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1999/01/437658/world-bank-annual-report-1999>>. Acesso em: 20/12/2011 p. 75.

¹³⁹ Ibidem. P. 80.

¹⁴⁰ IMF – **World Economic Outlook – 1993**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/weo0593/>>. Acesso em: 15/11/2011. p. 6.

¹⁴¹ Idem.

“In addition to macroeconomic stability, the successful countries have relied on market forces to allocate resources efficiently, through reducing government intervention, through trade liberalization and currency convertibility and through financial market reform.”¹⁴²

No final dos anos 1980 e início dos 1990, o principal problema dos países latino-americanos era a inflação. Somente a estabilidade econômica garantia o controle sobre a inflação,¹⁴³ a liberdade comercial e o crescimento econômico.¹⁴⁴ Esta estabilidade só seria alcançada ao seguir o exemplo dos “sucessful countries”, ou seja, adotando práticas liberais na economia. Para o FMI, a intervenção do Estado apenas contribuía para a criação de barreiras no comércio, subsídios e taxas sobre importação. Desta forma a instituição entende que a intervenção do Estado causava os desequilíbrios fiscais e distorções comerciais.¹⁴⁵

Após a adoção do Plano Cavallo, que seguia alguns postulados do neoliberalismo, a Argentina foi bastante elogiada pelo FMI. O controle efetivo sobre a inflação, as reformas estruturais e as privatizações eram fatores a serem comemorados:

“The combination of fiscal adjustment and economic restructuring gave credibility to the exchange-rate anchor and helped reduce inflationary expectations. In the public sector, almost all federal enterprises were sold off, the federal social security system was revamped, markets deregulated, all price and exchange controls removed, trade liberalized, and distortionary taxes abolished.”¹⁴⁶

Em 1994 ocorreu uma crise no México que repercutiu na economia argentina. Durante o capítulo, procuramos destacar como as instituições financeiras internacionais apoiavam o governo argentino e elogiaram sua rápida resposta à crise. Na época, o diretor do FMI escreveu que as conseqüências da Crise Mexicana estavam nas respostas dadas pelo governo argentino e mexicano. Enquanto o México afastou os investidores e desvalorizou a moeda nacional, o governo argentino deu uma resposta eficaz, transformando a crise em uma oportunidade.

Em 1995, após a crise do México, o governo argentino reafirmou perante o FMI seu comprometimento em aumentar os depósitos nacionais, a estabilidade dos preços e a disciplina fiscal e financeira.¹⁴⁷

¹⁴² Idem.

¹⁴³ Ibidem. p. 47.

¹⁴⁴ Ibidem. p. 49.

¹⁴⁵ Ibidem. p 50.

¹⁴⁶ IMF – **IMF Approves Stand-By Credit for Argentina**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/pr/1996/pr9615.htm>>. Acesso em: 10/10/2011.

¹⁴⁷ IMF – **IMF Management and Argentina agree on program for 1995**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/nb/1995/nb9510.htm>>. Acesso em: 10/10/2011.

“A similar lesson was shown, for instance, by Argentina's very quick reaction to the crisis. By transforming the crisis into an opportunity to address in depth the worrying signs of weakness in its provincial banks, Argentina, with strong support from the IDB, World Bank, and IMF, has paid a great service not only to itself but to the Americas and the world at large. With the situation under control in Mexico and Argentina, the systemic risk was well-contained.”¹⁴⁸

Então, durante boa parte da década de 1990, o Fundo Monetário Internacional creditou à adoção do neoliberalismo a solução dos problemas macroeconômicos argentinos. Em 1998, agora no contexto da crise asiática, na concepção do FMI, os países em desenvolvimento sofreriam com a fuga de capitais e de investidores. Para a instituição havia o risco de contágio, já que a competitividade dos produtos dos países em desenvolvimento era reduzida e a queda nos preços das *commodities* prejudicava a economia.¹⁴⁹

“Argentina also, financial market pressures emerged in October, with a significant stock market correction and widening spreads on sovereign debt. Financial market conditions have subsequently eased and growth in 1998 is expected to moderate to 5 percent from the 8 percent rate recorded in 1997, but the current account deficit is projected to widen further, which is an element of vulnerability.”¹⁵⁰

Como vimos, o FMI e o Banco Mundial tinham basicamente a mesma perspectiva sobre a condução da economia argentina. Os problemas eram causados, em sua maioria pela má ação do Estado e as soluções seriam encontradas à medida que avançassem a abertura econômica e a não intervenção estatal, práticas defendidas pelo neoliberalismo.

5- A trajetória da indústria argentina entre 1989 e 1999

A Argentina possui um dos complexos industriais mais importantes no contexto latino-americano. Obviamente este complexo tem todas as características de um país em desenvolvimento industrial, estando muito distante dos países desenvolvidos. Ao longo de todo o século XX o complexo industrial argentino foi se

¹⁴⁸ IMF – **Drawing Lessons from the mexican crisis: preventing and resolving financial crises** – the role of the IMF. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/mds/1995/mds9508.htm>>. Acesso em: 10/10/2011.

¹⁴⁹ IMF – **World Economic Outlook – 1998**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/weo0598/>>. Acesso em: 15/11/2011. p. 6.

¹⁵⁰ *Ibidem*. p. 16.

cristalizando, com a formação de empresas, qualificação de mão-de-obra e estabelecimento de vínculos com as instituições e com os mercados. Em 1978 foi feito um programa de abertura econômica que objetivava a estabilização macroeconômica e o afastamento do modelo de industrialização via substituição de importações. Esta abertura fracassou no início da década de 1980 perturbando toda a ordem econômica do país, pois gerou um grande endividamento externo, desarticulação fiscal e inflação.¹⁵¹

No governo Menem foi realizada uma nova abertura econômica, caracterizada pela liberalização econômica, desregulamentação e privatizações. Segundo Bernardo Kossacoff, o grande problema para as empresas durante essa abertura foi que a sua dinâmica foi profundamente danificada, atingindo toda a estrutura nacional criada até então. Todas as questões de médio e longo prazo, tais como qualificação de funcionários, fornecimento e investimento, foram afetadas pela abertura econômica de 1991.¹⁵²

O governo de Carlos Menem culminou com uma nova e decisiva transformação estrutural sobre a indústria local argentina. Em grande medida esta mudança ocorreu devido à condução de políticas econômicas que tiveram início no governo militar, muito embora, a partir da década de 1990, em numerosos campos, a política econômica liberal tenha sido aprofundada.

“Así, a principios de los años noventa se recupero gran parte de las líneas centrales de la política económica implementada bajo la dictadura militar, en un contexto en el que se procuró consolidar nuevas condiciones refundacionales del desenvolvimiento económico y social del país y avanzar en muchos de los legados “truncos” de ese período”¹⁵³

Para os que apoiavam o liberalismo, a ineficiência da economia e da indústria argentina foi o resultado da proteção estatal, dos subsídios que diversos setores recebiam do Estado. Para contornar este problema seria necessário, portanto, a abertura econômica nos moldes neoliberais, deixando com que as “forças do mercado” agissem. O que existe em comum entre o governo ditatorial e o de Menem foi a continuação da desindustrialização da malha argentina. Na década de 1990 era predominante a diminuição da produção nacional, o aumento das importações, a diminuição do PIB industrial em relação ao PIB total. Entretanto, cabe assinalar que a redução da

¹⁵¹ KOSSACOFF, Bernardo. **Indústria Argentina**: respostas empresariais às mudanças em curso. 2000. Disponível em: < <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1811/2178>>. Acesso em: 10/04/2011.

¹⁵² Ibidem. p.51.

¹⁵³ AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martín. Op. cit. p. 140.

participação da indústria no PIB foi reduzida em grande parte das economias centrais e periféricas, não sendo, portanto, um fenômeno exclusivamente argentino.¹⁵⁴

Na Argentina o prolongado período de desindustrialização está associado à desarticulação produtiva e à reestruturação regressiva¹⁵⁵ do aparato manufatureiro, assim como à baixa acumulação de capital. Neste sentido, Azpiazu e Schorr afirmam que enquanto em boa parte dos países centrais a desindustrialização se deu a partir da modernização e aprofundamento do avanço tecnológico, na Argentina a desindustrialização se deu pela crise e pela chamada “reestruturação regressiva”.¹⁵⁶ Em 1994, 75% da produção industrial argentina estava dividida entre três setores: alimentos, bebidas e tabaco (29%), metais, maquinaria e equipamentos (23,2%) e produtos químicos (22,8%).¹⁵⁷ A indústria argentina sofreu importantes modificações sob o regime de conversibilidade até fins de 2001. Alguns setores foram se consolidando na Argentina, tais como a indústria automotiva e a de produtos básicos industriais só cresceram durante o período do governo Menem, enquanto os setores de bens de capital, metal mecânico e têxtil sofreram grandes perdas no mesmo período.¹⁵⁸

Como podemos ver na Tabela 4, entre 1984 e 1993 diversas indústrias fecharam na argentina. Em 1984 havia 101474 empresas, contra 90088 em 1993. Além disso, podemos perceber que as empresas com menos de 10 empregados continuaram a ser a maioria dos estabelecimentos existentes. Do pessoal ocupado por essas indústrias, percebemos que em todas as categorias analisadas, em menos de 10 anos, muito do pessoal foi dispensado. Em 1984 eram 1.373.163 empregados, contra 1.007.909 em 1993. Isto significou uma perda de cerca de 350 mil empregados das indústrias.

¹⁵⁴ Ibidem. p. 139.

¹⁵⁵ O termo reestruturação regressiva é amplamente utilizado por Azpiazu e Schorr em sua obra “Hecho en Argentina” e por Schorr no texto “Mitos y realidades del pensamiento neoliberal: la evolución de la industria manufacturera argentina durante la década de los noventa”. Este termo diz respeito à industrialização argentina durante o governo Menem. Ao comparar o processo de desindustrialização entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, ocorrido na década de 1990, os autores concluem que enquanto no primeiro grupo, houve uma desindustrialização devido à modernização dos equipamentos e máquinas, que exigiam menos trabalhadores, no segundo grupo, formado pelos países em desenvolvimento, a desindustrialização ocorreu devido às diversas crises econômicas, que reduziam o consumo, o crédito e o emprego. Ver: AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martín. Op. cit. p. 152.

¹⁵⁶ AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martín. Op. cit. p. 152.

¹⁵⁷ Ibidem. p. 162.

¹⁵⁸ Ibidem. p. 184.

Tabela 4 - Indústria argentina. Comparação dos censos de 1993 e 1984.

	1993		1984	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estabelecimentos/Locais				
Total	90088	100,0	101474	100,0
Mais de 300 empregados	371	0,4	512	0,5
Entre 101 e 300 empregados	1103	1,2	1527	1,5
Entre 51 e 100 empregados	1708	1,9	2164	2,2
Entre 11 e 50 empregados	11613	12,9	16431	16,2
Menos de 10 empregados	75016	83,3	80810	79,6
Pessoal ocupado				
Total	1007909	100,0	1373163	100,0
Mais de 300 empregados	231579	23,0	360419	26,2
Entre 101 e 300 empregados	183264	18,2	255989	18,6
Entre 51 e 100 empregados	120070	11,9	152042	11,1
Entre 11 e 50 empregados	247635	24,6	338705	24,7
Menos de 10 empregados	225361	22,3	266008	19,4

Fonte: Indec – Instituto Nacional de Estadística y Censos de La República Argentina. Disponível em: <http://www.indec.mecon.ar/principal.asp?id_tema=532>. Acesso em: 20 de julho de 2010.

A integração da indústria nacional também foi abalada pela abertura econômica, terminando com diversos processos produtivos verticalizados. Inúmeras pequenas e médias empresas foram desaparecendo, em grande parte devido à abertura, à sobrevalorização da moeda e ao sistema aduaneiro vulnerável. Além disso, as pequenas e médias empresas enfrentavam grandes dificuldades para obter financiamento. Os poucos financiamentos acessíveis para as PMES foram restringidos e exibiram taxas de juros bem mais altas que as do mercado internacional.¹⁵⁹

“En ese sentido, la política arancelaria desplegada desde la primera reforma (ocubre de 1989) reconoció marcadas discontinuidades de corto plazo, aunque siempre inscriptas en un sesgo estratégico crítico para la mayoría de los sectores industriales, con la excepción de unas pocas actividades y ciertos oligopolios que contaron con protecciones naturales o normativas.”¹⁶⁰

Entretanto, enquanto as pequenas e médias empresas sofriam com a abertura econômica, com todos esses fatores descritos acima, as grandes empresas argentinas, tiveram um importante crescimento na sua produtividade. Ou seja, o que se observou durante o governo Menem foi a transferência e a concentração de capital nas grandes

¹⁵⁹ Ibidem. p. 222.

¹⁶⁰ Ibidem. p. 189.

corporações industriais.¹⁶¹ Apesar da retração do consumo doméstico, as grandes empresas argentinas encontraram, no mercado externo, inúmeras oportunidades. Devido às assimetrias no processo de abertura e de regulamentação, que variavam de acordo com o setor econômico, a agroindústria, a indústria automobilística e a farmacêutica são exemplos de setores que se beneficiaram.¹⁶²

Outra característica da indústria argentina neste período foi a entrada de capital estrangeiro. A estatal YPF teve parte de suas ações vendidas para a espanhola REPSOL. A indústria automotiva, controlada pelas empresas Autolatina, Ciadea e Sevel, passaram a contar com investimentos provenientes das transnacionais e dos conglomerados estrangeiros (Peugeot, Citroen, Volkswagen, Fiat, Ford e Renault). Outras firmas, contudo, cederam sua propriedade para grupos estrangeiros, como a Astra, Bagley, Canale e Indupa.¹⁶³

6 – O neoliberalismo sob o governo Menem

Menem buscou alianças internas e externas muito antes da confirmação de sua vitória nas eleições presidenciais de 1989. Ao se tornar presidente da Argentina, Menem angariou apoio dos grandes grupos empresariais, da Igreja, dos militares e dos sindicatos, tradicional base do Partido Justicialista. No campo externo, Menem aliou-se aos Estados Unidos e seguiu parte dos postulados neoliberais, amplamente divulgados e defendidos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. Estes postulados seriam responsáveis, na visão de Menem e das instituições financeiras, pela solução de todos os problemas econômicos argentinos. O FMI e o Banco Mundial, muito além de incentivarem a aplicação dos postulados neoliberais no país, também ofereceram suporte técnico e financeiro para a Argentina durante a execução destas reformas.

No intuito de realizar as reformas necessárias para a resolução dos problemas econômicos, o presidente conseguiu a aprovação no congresso de duas leis, que também ampliavam os poderes do executivo. Então o governo e seus ministros da economia colocaram em prática diversos planos econômicos, que em geral consistiam em cortar gastos públicos e reduzir a oferta monetária para o controle inflacionário. Mas, como

¹⁶¹ Ibidem. p. 202.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Ibidem. p. 211.

vimos, estes planos apenas contribuíram para uma recessão econômica ainda maior e foram responsáveis por alçar Domingo Cavallo ao cargo de Ministro da Economia.

Enquanto ministro, Cavallo pôs em prática diversas medidas neoliberais, entre elas a abertura econômica. As privatizações foram continuadas no período de Cavallo, embora já ocorriam desde o início do mandato de Menem. Ao mesmo tempo em que as tarifas para os produtos importados diminuía, foi adotado o *currency board*. Graças a estas medidas a inflação fica sob controle.

Após orquestrar sua manobra de reeleição, Menem enfrentou novos desafios nos campos econômico, político e social. Na economia, apesar de ter controlado a inflação, o desemprego atingiu níveis alarmantes e a balança comercial desfavorável complicou a situação da dívida externa argentina. Ademais, a abertura econômica foi responsável por uma queda na produção industrial e pela desindustrialização. O desemprego, que chegou a atingir 20% da população economicamente ativa, foi um fator que reduziu a confiança da sociedade sobre a capacidade de governança da gestão de Menem. Assim que ocorreram as eleições legislativas de 1997 e presidencial de 1999, a população votou contra o Partido Justicialista, depositando sua confiança na aliança opositora. Em 1997, quando a oposição toma o controle da câmara dos deputados, a crise política enfrentada por Menem se agrava ainda mais, pois cada nova decisão teria de ser amplamente negociada e discutida entre os diversos atores.

Devido ao grau de abertura econômica e financeira, a Argentina de Menem se tornou vulnerável às oscilações do mercado internacional. A crise do México de 1995 foi o alerta para este problema, enquanto a crise asiática minou o crescimento argentino durante os anos 1990. Os juros aumentaram, o crédito cessou e as exportações argentinas, sobretudo de *commodities*, entraram em colapso. Porém, o agravamento da situação argentina só irá ocorrer no governo sucessor ao de Menem. Segundo Castellani:

“La experiencia argentina permite echar luz sobre algunas de las falacias neoliberales más importantes, a saber: la mayor desregulación económica genera mayor competencia, la formación de mercado competitivo permite un mayor crecimiento económico, y mayor crecimiento económico se traduce en mayor bienestar general”.¹⁶⁴

O Banco Mundial mostrou-se otimista em relação ao desempenho da economia argentina durante a década de 1990. Mesmo com os problemas de inflação e de baixo

¹⁶⁴ CASTELLANI, Ana Gabriela. Op. Cit. p. 126.

crescimento durante a década de 1980, a instituição financeira defendia que a intervenção do Estado na economia apenas impedia seu livre desenvolvimento. Neste sentido, os principais problemas da Argentina, entre eles o excesso de gastos públicos, dívida externa e subsídios para as indústrias, tinham origem na intervenção estatal. Quando o Plano Cavallo, imbuído de orientações neoliberais, foi posto em prática, o Banco elogiou o governo Menem, ajudando no financiamento.

O Fundo Monetário Internacional, por sua vez, teve a mesma postura. O Fundo incentivou os países em desenvolvimento a abrirem sua economia, reduzir o protecionismo e a intervenção do Estado e adotando medidas neoliberais. Em vários momentos, o Banco Mundial e o FMI elogiam as reformas feitas pelo governo Menem, na medida em que este seguia os postulados liberalizantes.

Durante o governo Menem a indústria nacional argentina enfrentou novamente o problema de abertura econômica. Se por um lado os setores voltados para a exportação teriam oportunidades no mercado internacional, por outro, as empresas voltadas ao mercado doméstico teriam de aperfeiçoar sua produção, pois enfrentariam a concorrência dos produtos importados. Os grandes problemas destas medidas liberais na economia foram os fechamentos de diversas indústrias que não conseguiram concorrer com os produtos importados e o aumento do desemprego. Toda a malha industrial argentina foi afetada pela abertura. Da qualificação de funcionários à oferta de empregos, do fornecimento de matérias básicas ao produto final, todas as operações mais básicas da indústria tiveram que se adaptar a este novo contexto, marcado pela concorrência com os bens importados.

As grandes indústrias dos setores automobilístico, farmacêutico e agroindustrial se beneficiaram, em grande parte, da abertura. Enquanto os setores de bens de capital, têxtil e metal mecânico sofreram com a concorrência, com a sobrevalorização do peso e com o sistema aduaneiro.

De fato, a economia argentina resolveu grandes questões da década de 1980. A hiperinflação, responsável pela eleição de Menem à presidência, foi resolvida. A Argentina entrou num período de crescimento econômico de quase 7% ao ano entre 1991 e 1998, só tendo um retrocesso em 1995 devido à crise do México. Mas o desemprego se instalou e a insatisfação da sociedade só aumentava. Além disso, a abertura econômica expunha toda a economia nacional às oscilações do mercado internacional, sendo a crise do México o episódio que mostrou a todos essa vulnerabilidade e a crise asiática, que atingiu a economia argentina ao final do governo

Menem, teria graves conseqüências no governo sucessor. Ademais, enquanto uma pequena parcela das indústrias conseguiu se adaptar ao novo cenário, muitas das pequenas e médias empresas faliram e parte da malha industrial argentina foi desfeita.

CAPÍTULO 2: O GOVERNO DE LA RÚA, A CRISE E OS GOVERNOS DE TRANSIÇÃO

Neste segundo capítulo abordaremos o governo de Fernando De La Rúa, a crise geral que ocorreu no país e os governos que se sucederam até a posse de Néstor Kirchner. O governo De La Rúa foi caracterizado pela manutenção de boa parte das diretrizes do governo anterior, como as práticas neoliberais e a abertura econômica. Entretanto, com o mercado externo desfavorável, a Argentina atravessou uma crise política, econômica e social. Ministros entregaram os cargos, a economia se retraiu e a população começou a realizar os piquetes nas portas da Casa Rosada. Estes são alguns dos episódios que ilustram o período da crise. A crise desestruturou o governo de De La Rúa, que renunciou. Após a entrada e saída de diversos presidentes provisórios, assumiu Eduardo Duhalde, que acabou com a conversibilidade, realizou novas eleições e perdeu o poder executivo até o início do mandato do então presidente eleito Néstor Kirchner.

Também abordaremos as perspectivas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional frente a este novo contexto enfrentado pela Argentina. Por fim, analisaremos como o setor industrial argentino se comportou neste cenário de forte desestruturação política e econômica.

1 – O governo De La Rúa

1.1 - As eleições de 1999

Como foi visto no capítulo anterior, Eduardo Duhalde anunciou que seria o candidato do Partido Justicialista para as eleições de 1999, entrando em choque com as ambições de Menem. Este, por sua vez, estimulava a candidatura de Palito Ortega, rival de Duhalde, ao mesmo tempo em que distribuía informalmente camisetas e cartazes com os dizeres: “Menem 99”.¹⁶⁵

Em 1997, após a derrota do justicialismo nas eleições legislativas, Menem passou a criticar abertamente Duhalde, lançando sua candidatura a reeleição e a proposta de um plebiscito sobre a reforma constitucional visando disputar a presidência uma terceira vez. Entretanto seus aliados não demonstraram muito interesse em sua candidatura.¹⁶⁶

¹⁶⁵ ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p. 277.

¹⁶⁶ Ibidem. P. 278.

“Menem fracassou, mas conseguiu manter viva a ilusão quase até o final de seu governo, atenuando o problema do fim do reinado. Além disso, afetou profundamente Duhalde, que, na campanha eleitoral, teve de acentuar seu perfil opositor, e apresentar propostas alternativas, de pouca credibilidade e que não mobilizaram ninguém. Por outro lado, os governadores peronistas preferiram se afastar do conflito e muitos anteciparam as eleições em suas províncias para não se comprometerem com o destino de Duhalde, que não pode contar com um partido unido e forte em seu apoio.”¹⁶⁷

Enquanto isto, a União Cívica Radical (UCR), partido de oposição ao Partido Justicialista (PJ), superou a crise pela qual passara desde o fim do governo Alfonsín. A partir de 1995 a UCR e a Frente Del País Solidário (Frepasso) começaram a coordenar uma aliança mais sólida. A tarefa não era simples devido a uma diferença ideológica muito profunda entre os dois partidos. Na Frepasso se reuniram os dissidentes do PJ e da UCR e outros pequenos grupos provenientes da esquerda.¹⁶⁸

Em 1997, UCR e a Frepasso formaram a Aliança pela Justiça, o Trabalho e a Educação e disputaram as eleições legislativas e obtiveram uma nítida vitória frente ao peronismo. Para as eleições presidenciais, Fernando De La Rúa foi indicado como o candidato da aliança após um processo interno de eleição, no qual derrotou Graciela Fernández Meijide, da Frepasso. Por sua vez, Eduardo Duhalde obteve o apoio de Palito Ortega, enquanto Domingo Cavallo, antigo Ministro da Economia de Menem, criou uma força política de centro direita.¹⁶⁹ Com a economia em situação caótica, os argentinos inclinaram-se para a aliança entre o radicalismo e a Frepasso. O justicialismo, fragmentado durante o processo eleitoral, foi derrotado pela Aliança em outubro de 1999.¹⁷⁰

Descendente de galegos e italianos, De la Rúa nasceu em 1937 na cidade de Córdoba. Iniciou sua carreira política bastante jovem e foi eleito senador em 1973. Em 1996 venceu a eleição de chefe de governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires. Nas eleições de 1999, tornou-se o principal nome da Aliança e venceu as eleições presidenciais.¹⁷¹

1.2 - O governo e a política durante o mandato de De La Rúa

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Ibidem. P. 280.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ FERRER, Aldo. Op. cit. p. 265.

¹⁷¹ ARGENTINA. **Presidência Argentina.**

Fernando de La Rúa assumiu a presidência da Argentina em 10 de dezembro de 1999, acompanhado por Carlos Alberto "Chacho" Alvarez como vice-presidente e José Luis Machinea como Ministro da Economia. Na “Carta aos Argentinos”, em que a Aliança mostrava suas principais intenções, ficou estabelecido que seriam respeitados os principais programas e as principais diretrizes do governo anterior. Desta forma, a conversibilidade e as privatizações seriam mantidas. A grande diferença entre a proposta da Aliança e o governo Menem seria, portanto, o desenvolvimento economicamente sustentável com distribuição de renda e o fortalecimento dos organismos de defesa ao consumidor.¹⁷²

“El equipo económico liderado por José Luis Machinea, dispone mantener la Ley de Convertibilidad y corregir la mala distribución del ingreso. Se desregulan los mercados de telecomunicaciones, se crea la Oficina Anticorrupción y se pone en marcha el Plan Nacional de Modernización del Estado; son sancionadas las leyes del Arrepentido para investigar actividades terroristas, y la de Lavado de Dinero de origen delictivo.”¹⁷³

Havendo optado pela continuidade da conversibilidade, Fernando de La Rúa tinha uma árdua missão pela frente.¹⁷⁴ Deveria tratar de satisfazer os requerimentos dos mercados, que duvidavam de sua força para reduzir o déficit fiscal, e dos cidadãos, cada vez mais insatisfeitos devido aos problemas sociais.¹⁷⁵ Num contexto em que o desequilíbrio fiscal e a recessão eram os principais problemas do país, “José Luis Machinea tentou resolvê-los com base na ortodoxia econômica.”¹⁷⁶ A estratégia do governo da Aliança consistiu em tentar reativar a economia por meio do melhoramento das contas públicas. Ademais, o governo criou e aumentou alguns impostos, para tratar dos problemas fiscais das províncias, e ainda contou com a participação do FMI durante todo este período. Desde a posse de De La Rúa, o Fundo passou a dar apoio substancial ao governo, que obteve financiamento externo, mesmo com as crises russa e brasileira e com a desconfiança do mercado externo.¹⁷⁷

Como vimos no capítulo anterior, em 1997 a Tailândia passava por uma crise econômica sem precedentes. O setor privado nacional estava altamente endividado e os credores internacionais impacientes com a demora do pagamento das dívidas. Como

¹⁷² Alguns trechos do pronunciamento do presidente estão disponíveis no site do jornal La Nación. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=106657>. Acesso em: 03/12/2011.

¹⁷³ ARGENTINA. **Presidência Argentina.**

¹⁷⁴ FERRER, Aldo. Op. cit. p. 265.

¹⁷⁵ CHUDNOVSKY, Daniel. Op. Cit. p. 660.

¹⁷⁶ ENGE, Leonardo de Almeida Carneiro. Op. cit. p. 91.

¹⁷⁷ CHUDNOVSKY, Daniel. Op. Cit. p. 660.

forma de aliviar a crise, o governo tailandês desatrelou sua moeda ao dólar, deixando-a flutuar livremente. Contudo, o efeito esperado foi o inverso e a crise foi agravada. Houve recuos dos investimentos internacionais e outros países entraram em crise. Em geral, os países mais atingidos pela Crise Asiática eram aqueles altamente dependentes do financiamento externo, endividados e com a economia aberta e amplamente voltada para o mercado exterior, tal como era a situação da Argentina.

Para Chudnovsky, neste novo contexto de crise mundial, o governo argentino enganou-se ao solucionar o que parecia um problema de falta de liquidez de curto prazo, tal como ocorreu na Crise do México. Ou seja, o governo utilizava das mesmas medidas tomadas para contornar a Crise do México, num contexto totalmente diferente. Imaginava-se que logo o mercado externo se acalmaria e as exportações argentinas voltariam a crescer, atenuando ao menos o problema da dívida externa. Intentava-se, pois, evitar a insolvência por via de ajustes fiscais que permitissem o pagamento das dívidas. Mas a margem de manobra do governo era bem estreita. Por um lado, o senado e boa parte das províncias eram controlados pela oposição. Por outro a população não iria receber de bom grado medidas de redução do gasto público.

“Resaltamos que, en este contexto, el sistema político determinaba un equilibrio de fuerzas que dificultaba, no solo la efectiva resolución de los desequilibrios fiscales sino también el diseño e implementación de las reformas estructurales que reclamaban los “mercados” y los organismos internacionales.”¹⁷⁸

Em 1999, Guillermo Perry e Daniel Lederman analisaram o processo de reajuste que foi realizado após as desvalorizações das moedas nacionais da Argentina, Brasil, México, Indonésia, Coréia do Sul e Tailândia. Afirmam que a crise do México de 1995 e a do Brasil, dois anos após, tiveram alcance reduzido perto do que ocorreu com a Ásia em 1997. As taxas de investimento mais altas e a fragilidade econômica, causada pela dívida em moeda estrangeira, foram fatores que contribuíram para uma retração econômica mais profunda na Argentina.¹⁷⁹

Como vimos, as políticas econômicas do governo De La Rúa mantiveram a abertura econômica, a dolarização e o neoliberalismo como suas principais diretrizes. A manutenção da rigidez do plano econômico impedia que a Argentina enfrentasse com

¹⁷⁸ Ibidem. p. 661-662.

¹⁷⁹ WORLD BANK. **Argentina policy based guarantee**. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64193027&piPK=64187937&theSitePK=523679&menuPK=64187510&searchMenuPK=64187283&theSitePK=523679&entityID=000094946_99111305450846&searchMenuPK=64187283&theSitePK=523679>. Acesso em: 20/10/2011.

mais êxito os choques advindos das crises econômicas dos outros países. Esta mesma rigidez esteve presente durante a crise do México de 1995, mas a intensidade da crise foi bem menor que a Crise Asiática. Ademais, internamente a Argentina convivia com outra estrutura, completamente diferente da existente no período em que ocorreu a crise mexicana. O aumento do desemprego, a diminuição da atividade industrial, a falência das pequenas e médias empresas e a queda nas exportações fizeram com que fosse mais difícil para o governo equilibrar as contas fiscais.¹⁸⁰

Em maio de 2000, o governo da Aliança percebeu que as ações de combate à crise não deveriam depender exclusivamente da melhora da situação do mercado internacional, sendo necessários ajustes internos mais profundos.¹⁸¹ Deste modo, De La Rúa ensaia algumas medidas visando o controle da crise. O governo então reduziu os salários dos empregados públicos e impulsionou reformas na legislação trabalhista. Também foram feitas novas tentativas para diminuir o déficit fiscal. Devido à falta de autonomia do governo em conduzir sua política monetária, a solução encontrada foi aumentar a arrecadação. Neste mesmo ano, o governo corta impostos que incidiam sobre o investimento direto, numa clara tentativa de reaquecer a economia.¹⁸²

Estes ajustes, combinados com a não recuperação econômica e as suspeitas de corrupção no Senado,¹⁸³ para que fosse aprovada a Lei de Flexibilização Trabalhista levou à renúncia do vice-presidente em outubro de 2000, causando uma crise política momentânea.

“La forma poco transparente en que esta reforma se aprobó en el Congreso erosionó el crédito que los votantes de la Alianza le habían concedido al gobierno. Estos sucesos repercutieron mucho sobre la propia coalición gubernamental y derivaron en la renuncia del vicepresidente, en octubre de 2000.”¹⁸⁴

Em dezembro de 2000, o governo formaliza um acordo com o FMI, na tentativa de equilibrar suas contas. Para a realização deste acordo, De La Rúa empenhou-se na realização de uma reforma trabalhista e o congresso se comprometeu em fazer cortes orçamentais mais agressivos, entre eles a intensificação das reformas e o corte dos salários dos funcionários públicos. Porém, depois de firmado o acordo, o próprio congresso começou a barrar algumas das medidas, e o governo, por fim, foi

¹⁸⁰ VALLE-FLOR, Maria Amélia. Op. Cit.

¹⁸¹ CHUDNOVSKY, Daniel. Op. Cit. P. 662.

¹⁸² ENGE, Leonardo de Almeida Carneiro. Op. cit. p. 91.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ CHUDNOVSKY, Daniel. Op. Cit. p. 662.

obrigado a conduzir as reformas por meio de decretos. Contudo, algumas destas reformas foram barradas pelo Poder Judiciário.¹⁸⁵

Após a renúncia do vice e a continuidade da estagnação econômica, a Argentina não consegue cumprir as metas fiscais acordadas com o FMI, precipitando a renúncia do Ministro da Economia José Luis Machinea em março de 2001. Em seu lugar assumiu Ricardo López Murphy, que anteriormente ocupava o Ministério da Defesa.

Murphy assumiu com o apoio de empresários, investidores e dos bancos internacionais. Suas principais diretrizes eram a manutenção da paridade entre o dólar e o peso e o aprofundamento do ajuste fiscal. Também buscou reduzir os gastos com as universidades e com os subsídios aos combustíveis da Patagônia, além de cortar gastos públicos. Entretanto, boa parte da opinião pública repudiou as atitudes do ministro, tanto que até mesmo alguns ministros chegaram a deixar o cargo como forma de protesto.¹⁸⁶ Semanas após sua nomeação como ministro, Murphy renuncia ao cargo.¹⁸⁷

Os dois primeiros anos do governo De La Rúa foram marcados pelas inúmeras tentativas mal sucedidas de tentar contornar a crise econômica que se instalou desde o governo Menem. Como vimos anteriormente, os ministros da economia, Machinea e Murphy buscaram reativar a economia através de políticas econômicas que já se mostravam ineficazes no novo contexto internacional enfrentados pela Argentina. Estes ministros buscavam soluções para o pagamento da dívida externa e o aumento da arrecadação. Contudo, para que o Estado tivesse mais divisas e enfrentasse com mais êxito os problemas internos e externos, era necessária uma maior mobilidade. Porém, grande parte das formas de intervenção estatal na economia foram anuladas pela adoção de medidas de auto-contenção estatal, realizadas ainda sob o governo Menem e não revogadas durante o governo De La Rúa.

Ficava cada vez mais perceptível a incapacidade de De La Rúa em governar e a falta de apoio obtido entre seus aliados para a realização das reformas econômicas. Neste contexto, a perda de confiança dos investidores domésticos e estrangeiros se generalizou. Apesar do novo empréstimo das instituições internacionais, a recessão agravou-se, em 2001, assim como as exigências do FMI quanto a redução do déficit

¹⁸⁵ ENGE, Leonardo de Almeida Carneiro. Op. cit. p. 92.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ CHUDNOVSKY, Daniel. Op. Cit. p. 662.

orçamentário. As tensões políticas acentuaram-se e após a renúncia de Murphy, Domingo Cavallo foi reempossado Ministro da Economia.

1.3 - A economia durante o auge da Crise

A recessão econômica no final da década de 1990 foi um fenômeno global. Diversos países registraram uma retração na economia, que se prolongou e se reforçou em 2001, quando ocorreram os atentados de 11 de setembro. Neste contexto Domingo Cavallo assumiu o cargo de Ministro da Economia da Argentina. Entre março e julho de 2001, Cavallo adotou algumas medidas para reverter os problemas de dívida externa e recessão econômica. A primeira delas foi a taxaço de transações financeiras, com o objetivo de aumentar a arrecadação. Setores estratégicos tiveram carga tributária reduzida, de forma a aumentar o giro de capital na economia, enquanto as tarifas de importação sobre os bens duráveis foram aumentadas. Ao mesmo tempo buscou gerar divisas para evitar o não pagamento da dívida externa.¹⁸⁸

Cavallo também dirigiu seus esforços à promoção dos “Planos de Competitividade” destinando incentivos fiscais e instrumentos de política comercial.¹⁸⁹ Estes planos tratavam de favorecer as empresas com uma redução de impostos previamente determinados, entre os quais uma revisão dos encargos dos convênios trabalhistas. Este esquema foi fortemente baseado sobre a idéia de que o investimento seria o motor do crescimento, com um esquema de preços e rentabilidade suficientemente fortes para o desenvolvimento produtivo.¹⁹⁰

Por fim, Cavallo ampliou o sistema de conversibilidade. A paridade fixa entre o peso e o dólar foi substituída pela paridade entre a moeda nacional e um pacote de moedas, que incluía o Euro. O efeito esperado era reforçar o peso no mercado internacional e diminuir a dependência nacional do dólar. Entretanto ocorreu exatamente o oposto. “Esta medida foi avaliada pelo mercado como uma desvalorização disfarçada do peso, que fez com que o risco-país da Argentina disparasse.”¹⁹¹ A partir de então, o governo lançou uma série de pacotes econômicos, sem, contudo, obter êxito. Em agosto, o FMI, o BID e o Banco Mundial emprestaram à Argentina cerca de 9 bilhões de dólares.¹⁹² Entretanto, a economia nacional, que já não andava bem, foi

¹⁸⁸ ENGE, Leonardo de Almeida Carneiro. Op. cit. p. 92.

¹⁸⁹ CHUDNOVSKY, Daniel. Op. Cit. p. 663.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ ENGE, Leonardo de Almeida Carneiro. Op. cit. p. 93

¹⁹² Idem.

afetada pela recessão da economia mundial após os atentados terroristas de 11 de setembro.

Diante da impossibilidade de conseguir financiamento no exterior, os salários dos funcionários públicos foram novamente reduzidos. Evidenciavam-se os desequilíbrios nos mercados financeiros e nas contas do setor público, juntamente com a impossibilidade do governo de conseguir novos financiamentos do FMI ou de outras fontes.¹⁹³ O agravar da crise gerou comentários de que a moeda argentina seria desvalorizada. Para evitar uma corrida aos bancos, o governo argentino limitou os levantamentos dos depósitos bancários (“*el corralito*”) e as transferências de fundos para o estrangeiro, numa clara tentativa de evitar que os pesos fossem trocados por dólares, o que prejudicou ainda mais a situação econômica nacional. Graças ao “*corralito*”, os Planos de Competitividade encontraram seu fim, devido à desvalorização do peso e à queda no poder aquisitivo da população.¹⁹⁴

Desde a posse de De La Rúa, a Aliança não tivera a maioria no Senado e nos governos provinciais. Mas a situação só piorou nas eleições de outubro de 2001, quando a base aliada perde também as eleições legislativas. Soma-se à derrota no campo legislativo aos novos sinais de colapso econômico através da fuga de capitais. Depois da fuga de 20 bilhões de dólares, a conversibilidade foi suspensa e decretou-se a paralisação do sistema bancário.¹⁹⁵ O “*corralito*” e a contínua crise social e econômica causaram muito descontentamento popular, a tal ponto que vários saques ocorreram em diversos locais do país. Soma-se a essa situação de limitação governamental, o forte desemprego e a baixa produtividade da economia. Em dezembro de 2001, ocorreu uma greve geral. O presidente declarou Estado de Sítio, na tentativa de controlar a situação, mas provocou uma espontânea manifestação popular na Praça de Maio.¹⁹⁶

“O governo decreta estado de sítio e o Congresso retira os poderes especiais que concedera anteriormente a Domingo Cavallo, como o de encaminhar medidas econômicas e fiscais sem a aprovação do Legislativo”¹⁹⁷.

No dia 19 de dezembro, a Argentina consegue pagar os vencimentos da dívida, mas diversos levantes sociais são registrados e reprimidos. No dia seguinte, Cavallo e

¹⁹³ CHUDNOVSKY, Daniel. Op. Cit. p. 663.

¹⁹⁴ KULFAS, Matias e SCHORR, Martín. **La industria argentina en el escenario posconvertibilidad.** Disponível em: <<http://economia.flacso.org.ar/pdf/84.pdf>>. Acesso em: 10/12/2011. p. 12.

¹⁹⁵ FERRER, Aldo. Op. cit. p. 265.

¹⁹⁶ ARGENTINA. **Presidência Argentina.**

¹⁹⁷ ENGE, Leonardo de Almeida Carneiro. Op. cit. p. 95.

sua equipe pediram demissão. Sem sustentação política, num clima de forte insatisfação popular, com os famosos painelaços ocorrendo em frente à Casa Rosada, De La Rúa também renunciou ao cargo. Os rígidos mecanismos introduzidos na economia argentina por Domingo Cavallo em 1991, na tentativa de estimular a confiança dos investidores e garantir a credibilidade do peso, se transformaram em fonte de instabilidade e incerteza. Todas as tentativas feitas com o objetivo de flexibilizar o modelo monetário-cambial, despertaram ainda mais desconfiança.¹⁹⁸

Como podemos ver na Tabela 5, o PIB e o PIB per capita caíram drasticamente durante o governo de De La Rúa e atingiu níveis parecidos com 1989, ano da posse de Menem, em 2002. No ano de 1999, o PIB atingiu o valor de 283 bilhões de dólares. Durante a crise, o PIB praticamente atingiu o patamar de finais da década de 1980, com o valor de 102 bilhões. O mesmo se deu com o PIB per capita, em 1999 atingiu o valor de 7.759 dólares. Quatro anos depois voltou para valores próximos dos índices de 1989, com o valor de 2.710 dólares.

A taxa de desemprego indicava também a piora na economia argentina. Como vimos no primeiro capítulo, após 1995, a taxa de desemprego começou a cair. Entretanto, ao início do governo de Fernando De La Rúa, podemos observar um recrudescimento destas taxas, que em 2002 atingiu 20% da população economicamente ativa da Argentina.

Tabela 5 – Dados Econômicos da Argentina entre 1999 e 2002.

	1999	2000	2001	2002
PIB anual em milhões de dólares	283,523	284,203	268,696	102,040
Crescimento anual do PIB em porcentagem	-3	-1	-4	-11
PIB per capita anual em dólares	7,759	7,696	7,203	2,710
Crescimento anual do PIB per capita em porcentagem	-4	-2	-5	-12
Taxa de desemprego em % da população economicamente ativa	14	15	17	20

Fonte: World Databank – World Bank. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do>>. Acesso em: 20 de julho de 2010.

¹⁹⁸ BATISTA JR, Paulo Nogueira. Op. Cit. p. 90.

Na Tabela 6 temos descrito a porcentagem da população que vive com até dois dólares por dia em 1992, 1996, 1998 e 2002. Este índice também atingiu seu pico no período analisado. Em 1992, 3% da população vivia com menos de dois dólares por dia. Dez anos depois este valor chegava a 20% da população.

Tabela 6 – Porcentagem da população que recebe até US\$ 2 por dia em %

	1992	1996	1998	2002
População que recebe até US\$2 por dia (em %)	3	7	9	20

Fonte: World Databank – World Bank. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do>>. Acesso em: 20 de julho de 2010.

É importante ressaltar que o cenário internacional em que ocorreu a crise de 1995 foi muito diferente da que ocorreu em dezembro de 2001. Em primeiro lugar, o choque de 1995 foi de natureza financeira e gerou um problema de falta de liquidez, com repercussões de curto prazo derivadas de uma súbita perda de confiança na solidez do sistema bancário. Esta instabilidade se refletiu no PIB deste ano e motivou um profundo processo de reestruturação e fortalecimento do sistema financeiro. Em segundo lugar o mercado externo estava favorável aos exportadores argentinos e, sem dúvida, contribuiu para a rápida recuperação econômica.¹⁹⁹ A crise de 2001, por outro lado, atingiu todos os setores econômicos, políticos e sociais da Argentina. Da mesma forma como foi feito durante a crise de 1995, tentou-se contornar a crise aplicando os mesmos mecanismos de contenção de gastos e de abertura econômica, atribuindo ao setor exportador a responsabilidade para a reativação da economia. Entretanto, o cenário internacional estava desfavorável às exportações da Argentina. A condução de políticas econômicas insuficientes para a resolução dos problemas argentinos e a ineficiência do governo em enfrentar a crise, somente contribuíram para a manutenção de um modelo econômico fracassado.

As crises de 1995 e 2001 têm em comum a saída de capitais. Ocorre, porém que a crise de 2001 se deu graças a choques econômicos muito variados. Nomeadamente a Crise Asiática, a desvalorização do real brasileiro, a valorização do dólar, a queda nos preços de exportação e fatores de intercâmbio que fizeram com que a

¹⁹⁹ CHUDNOVSKY, Daniel. Op. Cit. p. 655.

rentabilidade do setor exportador diminuiu drasticamente, afetando sua capacidade de gerar divisas.²⁰⁰

“Sin embargo, a pesar de su magnitud, varias de estas perturbaciones externas también fueron sufridas en mayor o menor medida por otros países latinoamericanos y, por lo tanto, no pueden explicar por sí solas una crisis de la profundidad observada en nuestro país. En consecuencia, la evolución de la economía argentina a partir de 1999 debe ser explicada a partir de factores esencialmente internos.”²⁰¹

Em suma, enquanto a repercussão da Crise do México na Argentina em 1995 estava pautada na iliquidez do mercado externo, a Crise da Argentina caracterizou-se por uma série de vulnerabilidades domésticas causadas em grande parte pela adoção de certos pontos do modelo neoliberal. A economia argentina apresentava importantes debilidades que dificultavam a absorção das perturbações externas. “O marco da conversibilidade pressupunha escassos mecanismos de ajuste.”²⁰² Em primeiro lugar, o governo de Menem restringiu as possíveis ações do Estado no período da implantação da conversibilidade e De La Rúa manteve este modelo. Através deste ato, procurou demonstrar confiança ao mercado mundial para que fosse investido capital nacional e internacional no país. Em segundo lugar o setor público não possuía disciplina fiscal. Esta indisciplina tornou-se visível através da deterioração das contas públicas e dos desequilíbrios fiscais, tais como a reforma previdenciária. Em terceiro temos os índices sociais alarmantes: o crescimento do desemprego, o recuo nas políticas sociais e o aumento da pobreza nos anos 90. E, por fim, a falta de políticas de incentivos à competitividade no setor produtivo.²⁰³

2 - Os governos de transição: a volta do justicialismo ao poder

A crise econômica e social que se instalou no país, atingiu, por fim, o campo político. Após a renúncia de De la Rúa, a presidência ficou sem um mandatário, pois o vice-presidente já havia renunciado meses antes. Em 20 de dezembro, o presidente do Senado, Ramón Puerta, assume interinamente a presidência da Argentina.²⁰⁴ Através de um acordo com o justicialismo na Assembléia Legislativa, oposição e governo elegem Adolfo Rodríguez Saá como presidente da nação em 23 de dezembro. Na tentativa de

²⁰⁰ Ibidem. p. 656.

²⁰¹ Idem.

²⁰² ROMERO, Luis Alberto. Op. cit. p. 277.

²⁰³ Ibidem. p. 657.

²⁰⁴ ARGENTINA. **Presidência Argentina.**

acalmar os ânimos da população, eleições diretas são convocadas para o início de marco de 2002.²⁰⁵

Rodríguez Saá declarou uma moratória unilateral da dívida pública argentina, além da futura criação de uma nova moeda, na tentativa de melhorar a situação econômica. Mas os protestos populares não cessaram.²⁰⁶ Também declarou Estado de Sítio, revogou o corte salarial dos funcionários públicos e prometeu manter a conversibilidade.²⁰⁷ Sem o apoio dos políticos justicialistas e dos setores populares, Rodríguez Saá renuncia no dia 30 de dezembro, voltando o cargo ao presidente do Senado, Ramón Puerta. Este, no mesmo dia, renuncia, passando a presidência para o presidente da Câmara, Eduardo Camaño.²⁰⁸

“El Presidente [Rodríguez Saá] convoca a una reunión con los gobernadores peronistas en la residencia de Chapadmalal; ante la poca respuesta de los mismos se retira a su provincia y renuncia. Eduardo Oscar Camaño, Presidente de la Cámara de Diputados, se hace cargo de la presidencia el 30 de diciembre del 2001. La Asamblea Legislativa debe elegir al quinto Presidente en once días; con el voto de la mayoría se postula a Eduardo Alberto Duhalde, quien asume el 1º de enero del 2002 con la decisión de sentar las bases de un nuevo modelo económico basado en la producción”²⁰⁹

Em 2002, no dia primeiro de janeiro, o senador Eduardo Duhalde, derrotado por De La Rúa nas eleições presidenciais de 1999, assume como novo presidente da Argentina após diversas negociações entre os partidos políticos. Eduardo Duhalde nasceu na província de Buenos Aires. Como político destacou-se como o vice-presidente do primeiro mandato de Carlos Menem. Com mandato fixado até dezembro de 2003, Duhalde nomeia Jorge Remes Lenicov como Ministro da Economia.²¹⁰ A primeira medida de Lenicov foi conseguir a aprovação pelo Congresso da Lei de Emergência Pública e de Reforma do Regime Cambial, que encerrava com a paridade entre o Peso e o Dólar.²¹¹

Ao fim da conversibilidade durante o governo Duhalde, as estratégias exportadoras tiveram que se adaptar a um novo contexto, no qual a moeda nacional se

²⁰⁵ ENGE, Leonardo de Almeida Carneiro. Op. cit. p. 95.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ ARGENTINA. **Presidência Argentina.**

²⁰⁸ ENGE, Leonardo de Almeida Carneiro. Op. cit. p. 95.

²⁰⁹ ARGENTINA. **Presidência Argentina.**

²¹⁰ ENGE, Leonardo de Almeida Carneiro. Op. cit. p. 95.

²¹¹ ARGENTINA. Lei 25.561 – Lei de Emergencia Publica y Reforma del regimen cambiario. Disponível em: <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/70000-74999/71477/norma.htm>>. Acesso em: 27/10/2011.

encontrava desvalorizada, os salários reais em queda e os preços relativos reajustados. O setor exportador se beneficiaria então do chamado “modelo do dólar alto”:

“Así, uno de los aspectos más importantes de la salida a la crisis recesiva adoptó la figura del “modelo exportador” como una “opción blanda” para aprovechar las nuevas condiciones macroeconómicas e insertarse en una economía mundial signada por un aumento considerable de la demanda y la vigencia de precios sumamente favorables para los principales productos exportados por la Argentina, en especial, cereales e hidrocarburos y sus derivados.”²¹²

Lenicov também anunciou a pesificação das dívidas bancárias, das tarifas e reestruturou o sistema financeiro, bancário e cambial. Entretanto a insatisfação popular continua com os painéis:

“Cacerolazos, asambleas barriales y piquetes continúan marchando hacia la Plaza de Mayo durante todo el verano del 2002 bajo la consigna "que se vayan todos"; con los escraches a toda la dirigencia política y a los bancos, los ahorristas indignados rompen puertas y vidrieras de entidades financieras.”²¹³

O Ministro da Economia viajou a Washington para explicar o alcance de suas reformas econômicas, objetivando acalmar os financiadores internacionais. Entretanto o FMI exigiu um programa sustentável do governo, que implicava a livre flutuação da moeda argentina sem interferência do Banco Central, aumentos das tarifas nos serviços privatizados, cortes orçamentários, diminuição do gasto público e, para proteger os bancos estrangeiros, uma solução para o “corralito” que não os prejudicasse.²¹⁴

Para enfrentar a crise, Eduardo Duhalde lançou decretos de emergência e criou o programa “Chefes de Família”. Este programa estava baseado nos dados do Instituto Nacional de Estadística y Censo (INDEC), que indicavam que 45% da população argentina estava abaixo da linha de pobreza após a eclosão da crise.²¹⁵ Diante desta situação algumas exportações foram retidas, principalmente as dos setores da agroindústria e de hidrocarbonetos que mais se beneficiavam da desvalorização do peso. Intentava-se com a retenção destinar produtos para financiar os planos sociais. Também

²¹² ORTIZ, Ricardo e SCHORR, Martin. La rearticulación del bloque de poder en la Argentina de la post-convertibilidad. In: **Papeles de trabajo**. Revista electrónica del Instituto de Altos Estudios Sociales de la Universidad Nacional de General San Martín. Año 1, n° 2, Buenos Aires, 2007. P. 15.

²¹³ ARGENTINA. **Presidência Argentina**.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ Idem.

criou o Plano Federal de Saúde, com acesso gratuito aos medicamentos e com a prescrição de remédios com o nome genérico.²¹⁶

A desvalorização do peso e a alta do dólar provocaram um aumento nos preços de produtos e serviços e o Banco Central suspendeu as operações de algumas entidades bancárias. A equipe do Ministro Lenicov propõe reformas para o sistema bancário, entre as quais a criação de um vínculo entre estas instituições e o reescalonamento de depósitos para os bancos provinciais. Sem apoio nestas iniciativas, Lenicov e sua equipe renunciaram ao cargo.²¹⁷

Roberto Lavagna assumiu então o cargo de Ministro da Economia. Como primeiras medidas, mudou o acordo de aumento salarial e permitiu a liberação parcial do “corralito”, permitindo o saque de até 75% dos depósitos privados. Manteve a moeda estável, aumentou a arrecadação e reprogramou os vencimentos da dívida com o FMI e com o Banco Mundial. Entretanto, o FMI estava insatisfeito com estas negociações:

“Frente a hostilidad del FMI, Lavagna expone a sus autoridades los logros económicos pese a los malos augurios del organismo; su tesis es que Argentina puede continuar con los recursos propios sin un acuerdo condicionado como en el pasado. Duhalde decide adelantar las elecciones presidenciales, que se llevan a cabo el 27 de abril del 2003”²¹⁸

O governo De La Rúa herdou uma situação econômica desfavorável do governo de Menem. A adoção do liberalismo, sob as medidas de abertura econômica, privatizações e *currency board*, provocaram vulnerabilidades econômicas e desequilíbrios sociais que foram se agravando ao longo dos anos. A escolha do governo da Aliança em manter o modelo de Carlos Menem precipitou na ruína da presidência de De La Rúa, instaurando uma crise econômica, social e política sem precedentes na história argentina. De acordo com Aldo Ferrer, até o final do primeiro trimestre de 2002, imperava a desordem no sistema financeiro, no orçamento e no regime cambial. A queda de produção, o desemprego e o ressurgimento da inflação, eram capazes de revelar o tamanho do impacto no momento em que o modelo neoliberal desmoronava.

219

Entretanto, no governo Duhalde, a pesificação da economia concedeu ao Banco Central uma maior autonomia, restabelecendo a sua função de autoridade monetária.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ FERRER, Aldo. Op. cit. p. 300.

Ao pesificar o sistema, abandonar a paridade fixa e estabelecer o controle do câmbio, o governo recuperou sua capacidade de conduzir a política econômica. As importações despencaram, fazendo com que o superávit fosse expressivo, muito embora o pagamento da dívida externa tenha sido suspenso.

3 – A perspectiva do Banco Mundial sobre a economia argentina entre 1999 e 2002

A adoção de alguns postulados do neoliberalismo na economia argentina durante o governo Menem foi bem vista pelo Banco Mundial. A abertura econômica e as privatizações foram largamente elogiadas pela instituição internacional. Inclusive, o Banco aconselhava o aprofundamento dos ajustes liberais, para que a Argentina continuasse com o bom desempenho econômico visto durante a década de 1990.

Em 1999, o Banco Mundial continuava otimista com relação à economia argentina. A instituição defendia que o país estava em seus estágios finais para uma transformação econômica de sucesso. Tal transformação já vinha ocorrendo a partir da adoção das medidas de abertura econômica e da realização das privatizações e da reforma cambial.²²⁰

Nos anos seguintes, entre 2000 e 2001, o Banco ainda se mostrava confiante com a recuperação econômica da Argentina, apesar da Crise Asiática. A instituição afirma que deu ajuda de 400 milhões de dólares para garantir as reformas governamentais que focavam o combate à crise econômica, visando reverter o pessimismo do mercado²²¹ e chamando a atenção para o desemprego, para a pobreza e para a desigualdade, problemas sociais recorrentes no país.²²²

Contudo, o Banco Mundial passa a reconhecer alguns desequilíbrios na economia argentina. A lei da conversibilidade e a liberalização econômica na década de 1990 causaram profundas transformações no desempenho econômico argentino. Estas reformas estruturais se mostraram satisfatórias em atrair investimento e em atingir o crescimento através da expansão dos conglomerados domésticos e das multinacionais. Porém, na perspectiva do Banco, até mesmo quando a economia estava em expansão, o

²²⁰ WORLD BANK. **Argentina policy Based Guarantee**.

²²¹ WORLD BANK. **The World Bank annual report 2003**. Disponível em: <
<http://documents.worldbank.org/curated/en/2003/06/2617775/world-bank-annual-report-2003-vol-1-2>>.
Acesso em: 20/12/2011 P. 109.

²²² WORLD BANK. **The World Bank annual report 2001**. Disponível em: <
<http://documents.worldbank.org/curated/en/2001/01/2089130/world-bank-annual-report-2001-year-review>>. Acesso em: 20/12/2011 p. 85.

crescimento não se deu de forma homogênea entre todas as regiões e entre os setores.²²³

O Banco Mundial reconhece também que as empresas tiveram oportunidades diferentes durante a crise. Enquanto as grandes empresas obtiveram boas oportunidades no mercado internacional, as pequenas e médias empresas (PMEs) foram confrontadas com o desafio de desenvolver estratégias de negócio para garantir seus nichos na nova arena. Para o Banco, as PMEs foram obstruídas por diversos constrangimentos no enquadramento jurídico e econômico, tais como as dificuldades de aquisição de informação e tecnologia e ao acesso insuficiente ao financiamento. Dez anos após o início da reformas econômicas, e no meio de uma das piores crises econômica e financeira da história da Argentina, as PME, com pequenas exceções, enfrentavam inúmeras dificuldades.²²⁴

O relatório do Banco Mundial ainda atesta que as pequenas e médias empresas possuem um papel crucial para a economia dos países em desenvolvimento. Em primeiro lugar, devido à porcentagem de mão de obra empregada, e em segundo devido às redes indústrias, já que fornecem produtos a outras firmas. Entretanto, apesar desta importância, o governo argentino não deu muito apoio às PMEs. O relatório destaca, por exemplo, a baixa quantidade de empréstimos e financiamentos que as PMEs conseguem obter e a falta de mão de obra qualificada.²²⁵

“Overall most SMEs had access to very expensive short-term loans in the form of overdrafts from current accounts, which may not be the most effective form to finance working capital or investment needs. At present, given the current conditions of the banking system, access probably became the most pressing SME's problem regarding financing matters.”²²⁶

Quando ocorreu a Crise Asiática, a posterior crise em outras economias e os atentados de 11 de setembro, a Argentina não resistiu e entrou em crise também, enfrentando graves dificuldades com a escassez do financiamento externo. Devido a este contexto de crise, o Banco Mundial focou suas atividades na intensificação das

²²³ WORLD BANK. **Small and Medium-Sized enterprises in Argentina: A Potential Engine for Economic Growth and Employment.** Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2002/10/04/000094946_02092004005797/Rendered/PDF/multi0page.pdf>. Acesso em: 16/09/2011.

²²⁴ Idem.

²²⁵ Idem.

²²⁶ Idem.

reformas institucionais e no controle da crise.²²⁷ Além disso, o declínio do preço das *commodities*, a queda nas exportações e a desvalorização do Real prejudicaram ainda mais o desempenho econômico.²²⁸

Em 2002, por fim, o Banco Mundial reconhece que a Argentina está numa profunda crise econômica, social e política sem precedentes. A instituição destaca que a retração econômica ocorria desde 1998. Entretanto, ressalta que, no caso argentino, esta retração se deu devido à contração no setor automotivo, que estava ligado ao comércio no MERCOSUL. Ainda evidencia a queda dos preços das *commodities* e o clima desfavorável que enfraqueceu a produtividade.²²⁹ Ao longo dos anos, diversas tentativas foram feitas para reativar o crescimento, para que melhorassem as finanças públicas e a dívida externa, mas estas não atingiram o resultado esperado. Depois de três anos de recessão ininterrupta, a crise econômica e financeira se aprofundou em 2001. Ademais, ainda de acordo com o Banco, o “*corralito*” só conseguiu reduzir a atividade econômica e provocar a insatisfação da população.²³⁰

“The government took advantage of the Tequila crisis in 1995 to take stringent measures to strengthen the banking system. At the same time, the government began the process of restoring social services, especially social safety nets, education and health, with attendant impacts on the poor, especially women and children.”²³¹

Como se não bastasse todo o caos causado pela crise econômica, instaura-se uma crise política com a saída de De La Rúa do governo, causando uma abrupta mudança na condução econômica e governamental.

“Argentina experienced a 10,9 percent contraction in 2002 following the abandonment of the convertibility plan, a sharp currency devaluation, default on the public debt, a severe banking and institutional crisis, and lack of consensus on a macroeconomic program.”²³²

Até 2002, o Banco se mostra contido em apontar os problemas econômicos

²²⁷ WORLD BANK. **The World Bank annual report 2000**. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2001/01/1000455/world-bank-annual-report-2000-vol-1-2-annual-review-summary-financial-information>>. Acesso em: 20/12/2011 P. 69.

²²⁸ Ibidem p. 68.

²²⁹ WORLD BANK. **Argentina policy Based Guarantee**.

²³⁰ WORLD BANK. **Adjustments after speculative attacks in Latin America and Asia: a tale of two regions?** Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64193027&piPK=64187937&theSitePK=523679&menuPK=64187510&searchMenuPK=64187283&theSitePK=523679&entityID=000094946_99081905311692&searchMenuPK=64187283&theSitePK=523679>. Acesso em: 16/09/2011.

²³¹ WORLD BANK. **Argentina policy Based Guarantee**.

²³² WORLD BANK. **The World Bank annual report 2003**. P. 109.

enfrentados pela Argentina. Somente quando a crise argentina tomou grandes proporções, ocorre uma inflexão no teor dos relatórios do Banco Mundial. Anteriormente, o Banco sustentava um aparente otimismo e uma forte confiança na futura recuperação econômica argentina, abalada pelas crises na Tailândia, Coréia, Rússia e Brasil. Até então, todas as atitudes tomadas pelo governo eram amplamente elogiadas pela instituição. Somente em 2002 é que o Banco Mundial reconhece a magnitude da crise econômica pelo qual passava a Argentina. Contudo, o Banco atribuiu ao mercado externo e a má condução das reformas pelo governo as causas da crise argentina. Para a instituição não foram as medidas liberalizantes que tornaram a economia argentina vulnerável, mas sim o mercado internacional desfavorável.

4 – A perspectiva do Fundo Monetário Internacional sobre a economia argentina entre 1999 e 2002

Do mesmo modo que o Banco Mundial analisa a situação argentina no início do século XXI, o FMI acredita que a economia argentina estava muito melhor nos anos 2000 que na década de 1980. As reformas dos anos 90, que incluíram a liberalização do comércio e do capital, além de reformas no sistema financeiro e no setor público, abriram as portas do país para o investimento externo direto, reduziram as taxas sobre os produtos e aumentaram o consumo.²³³ A Argentina era um exemplo de crescimento econômico para os demais países em desenvolvimento.

“The reforms of the 1990s were extremely successful in bringing the economy back to a sustained growth path. GDP growth averaged 4.7 percent in 1991-99 notwithstanding two recessions. During 1992-99, the value of exports increased by 8.2 percent a year on average, and the volume by 9.4 percent a year, while employment increased by 12 percent.”²³⁴

A maioria dos países latino-americanos foi afetada pela crise do Brasil em 1998.²³⁵ A recessão brasileira inevitavelmente causou impacto no MERCOSUL, levando a recessão à Argentina, ao Uruguai e ao Paraguai.²³⁶ Desta forma a Argentina, que possuía fortes laços econômicos com o Brasil, teve seu setor externo bastante prejudicado. Mas, para o Fundo, os sinais de recuperação econômica eram

²³³ POU, Pedro. Argentina's Structural Reforms of the 1990's. In: **Finance & Development**: A quarterly magazine of the IMF. 2000, Volume 37, Número 1. Disponível em:

<<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2000/03/pou.htm>>. Acesso em: 10/06/2011.

²³⁴ Idem.

²³⁵ IMF – **World Economic Outlook – 1999**. Disponível em: <

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/1999/01/>>. Acesso em: 15/11/2011. p. 8.

²³⁶ Ibidem. P. 9.

encorajadores. De acordo com o FMI o melhor caminho para a Argentina seria então a manutenção das políticas que salvaram o país da inflação, entre elas o regime de *currency board*,²³⁷ mantido pelo governo De La Rúa, que exigia uma disciplinada política orçamental.²³⁸ Também era preciso a flexibilização do mercado de trabalho e a intensificação das reformas econômicas, fortalecendo a competitividade e reduzindo o desemprego.²³⁹

Apesar de destacar os problemas que o país ainda enfrentaria, tais como o risco país e a dificuldade de acesso das PME's ao financiamento, o tom do FMI ainda era otimista com relação à economia em 2000.²⁴⁰ Em várias ocasiões em que o FMI e a Argentina fizeram acordos com relação aos empréstimos e à dívida do país, o FMI reitera sua profunda confiança nas políticas econômicas adotadas.²⁴¹

“Argentina's convertibility regime, the independence of the central bank, and the high capital and liquidity defenses of the banking system are important pillars of the country's economic strategy and have been vital in helping withstand turbulent international financial conditions in recent years. The IMF therefore welcomes the authorities' reaffirmation of their commitment to these policies.”²⁴²

Quando enfim, a crise econômica se instala no país, o FMI reafirma sua postura de ajuda à Argentina. Durante parte da década de 1990, o Fundo salienta ter ajudado através de conselhos e financiamento as decisões internas de reformas políticas e econômicas no país. Em 2001, várias medidas fiscais foram realizadas e a instituição continuou dando suporte financeiro e qualquer outro apoio adicional ao país. Contudo, a instituição estava mais cautelosa com a nova situação econômica do país.²⁴³

“Argentina's experience shows that — no matter what currency regime is adopted, no matter how much external support is forthcoming, and no matter how strong the personalities are — ultimately it is the confidence of the people and the markets in the underlying strength of national policies that really counts.”²⁴⁴

²³⁷ Ibidem. P. 11.

²³⁸ DAWSON, Thomas C. **IMF did help Argentina**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/vc/2002/022502.htm>>. Acesso em: 08/10/2011.

²³⁹ IMF – **World Economic Outlook – 1999**. P. 12.

²⁴⁰ POU, Pedro. Op. Cit.

²⁴¹ IMF – **IMF Completes third Argentina review**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/nb/2001/nb0144.htm>>. Acesso em: 08/10/2011.

²⁴² IMF – **IMF Completes third Argentina review**.

²⁴³ DAWSON, Thomas C. Op. Cit.

²⁴⁴ Idem.

No momento em que os acadêmicos, estudiosos e especialistas começaram a criticar com mais ênfase a postura dos países latino-americanos de se abrirem para o mercado externo, pedindo para que eles voltassem para as políticas econômicas mais fechadas e voltadas para o mercado doméstico, o FMI é enfático ao dizer que a América Latina não tem o interesse em voltar à década perdida de 1980, mostrando compromisso de manter as economias abertas, os sistemas bancários mais fortes e políticas econômicas sólidas.²⁴⁵

Em finais de 2000, o FMI afirma que a economia teve uma leve melhora, para, em março do ano seguinte se deteriorar novamente:

“Following the crisis in November 2000, economic conditions temporarily improved, but sentiment deteriorated sharply once again in March 2001, due to a further weakening of the fiscal position, political turmoil, and renewed concerns about Argentina’s high external financing requirement, accompanied by a sharp rise in spreads, which also affected neighboring countries. The deteriorating situation in the region, and particularly the depreciation of the Brazilian *real*, in turn adversely affected Argentina.”²⁴⁶

No ano seguinte os atentados de 11 de setembro e a crise argentina abalaram a economia global, principalmente nos países dependentes de financiamento externo.²⁴⁷ No auge da crise, o FMI avaliava a extensão do impacto da crise argentina na América Latina. A desconfiança dos investidores, as pressões dos financiadores e o retorno da inflação agravavam ainda mais a situação argentina.²⁴⁸

“The depth and duration of the downturn in Argentina will hinge primarily on the new government’s economic program and on how effectively it is implemented. While many details of this program have yet to be announced, the broad outline of what is required to restore economic stability and growth is reasonably well defined.”²⁴⁹

Já no governo Duhalde, em 2002, o FMI reforça sua posição de preocupação com a situação econômica do país. Diz que foram ouvidos vários setores da sociedade, tais como o setor privado, o mundo acadêmico, a Igreja, os sindicatos e as ONGs a respeito das origens para os problemas argentinos e o que é preciso ser feito para a reversão do caos econômico.

²⁴⁵ IMF – **World Economic Outlook – 2001**. Disponível em: <
<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2001/01/>>. Acesso em: 15/11/2011 P. 30.

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Ibidem. P. 30.

²⁴⁸ IMF – **World Economic Outlook – 2002**. Disponível em: <
<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2002/01/>>. Acesso em: 15/11/2011 p. 26.

²⁴⁹ Ibidem. P. 27.

Por fim, para o FMI a crise da Argentina poderia ser resolvida através da revisão da política financeira, evitando a inflação e restaurando a confiança dos investidores e do sistema bancário, através do melhoramento das políticas sociais, haja vista o aumento nas estatísticas que indicam a pobreza e a severidade da crise em relação a estes.

Sabemos que o FMI teve um papel decisivo na aplicação do neoliberalismo na Argentina, seja através de acordos para a liberação de empréstimos, conselhos e suporte técnico. Por um lado, o governo argentino, em especial o ministro da economia Roberto Lavagna durante o mandato de Duhalde, defende que a culpa pela situação econômica caótica do país deve ser compartilhada entre o governo e o FMI. Embora o governo tenha uma grande responsabilidade na produção e na execução das políticas neoliberais, os organismos internacionais deveriam acompanhar este processo, ajudando a criar as bases de sustentação do modelo e propor alternativas.

“Contudo, o acompanhamento do processo (nomeadamente por parte do FMI) careceu duma avaliação correcta e é alvo de crítica por vários membros do Governo: “o FMI baseou-se em percepções erradas e “fantasias” sobre a realidade da Argentina (...). Não entenderam a realidade da economia durante os anos 90 e voltaram a enganar-se em 2002 quando fizeram pouco caso da recuperação económica do país na segunda metade do ano 2002”²⁵⁰

Por outro lado, para o FMI a culpa pelas falhas do sistema econômico é do governo, que além de omitir dados importantes, não conduziu as reformas de acordo com os conselhos da instituição. De acordo com Maria Valle-Flor:

“Mussa destaca o facto do caso da Argentina se distinguir de outros países, onde o FMI também providenciou significativo apoio financeiro durante a década de 90. Assim, enquanto que no caso do México em 1995, Indonésia, Coreia e Tailândia em 1997 e Brasil em 1998, os programas de apoio do FMI só foram lançados depois das crises se terem instalado, na Argentina o apoio iniciou-se logo no princípio dos anos 90, tendo as políticas e reformas operadas pela Argentina sido monitorizadas de perto pelo FMI.”²⁵¹ (grifo nosso)

Mussa foi conselheiro econômico e diretor do departamento de pesquisa do FMI entre 1991 e 2001. Ele afirma que os erros do FMI em relação à Argentina foram: a falta de capacidade do FMI em pressionar mais as autoridades argentinas em prol de uma política mais responsável e a concessão de suporte financeiro adicional durante 2001, quando o governo já dava claros sinais de incapacidade de condução da economia

²⁵⁰ VALLE-FLOR, Maria Amélia. Op. Cit. P. 48-49.

²⁵¹ Idem.

e do controle da crise.²⁵² Ou seja, para a instituição financeira, as responsabilidades sobre a crise econômica argentina eram exclusivas do governo. O governo foi incapaz de aprofundar as reformas liberais, tal qual o Fundo aconselhava, e a economia entrou em colapso. Ademais, na visão do FMI, a instituição dera todo apoio ao governo argentino, antes mesmo do início da recessão econômica, se eximindo das acusações de não ter dado suporte à Argentina quando a crise avançava.

Fernando De La Rúa ao manter a conversibilidade e a abertura econômica não conseguiu enfrentar os problemas econômicos. A Argentina entrou em uma grave crise política, econômica e social. Mesmo já conscientes de todos os problemas enfrentados pela Argentina, o FMI não conseguiu ter sucesso em tentar ajudar e aconselhar o país.

De todo modo, o FMI, seja através de conselhos ou financiamento, foi co-responsável pela implementação de um modelo neoliberal na Argentina durante o governo Menem. Inicialmente, as medidas neoliberais foram capazes de extinguir a hiperinflação. Contudo, com a economia altamente dependente do financiamento externo e com o Estado incapaz de intervir mais diretamente na economia, a Argentina tornou-se um alvo fácil para as oscilações do mercado internacional e entrou em recessão. Certamente cabia ao governo inúmeras responsabilidades sobre a crise: não saber lidar com as pressões políticas, a corrupção que ocorreu durante as privatizações, a não conclusão de certas reformas e o adiamento de decisões fundamentais como o abandono da conversibilidade. Mas a falta de aconselhamento e a inadequada vigilância do FMI sobre as políticas e os programas econômicos, são necessariamente falhas graves da instituição financeira.

5 – A trajetória da indústria argentina entre 1999 e 2002

Desde o regime militar da década de 1970, o modelo de substituição de importação foi trocado por um processo de desindustrialização e de desmantelamento da rede industrial. Na década de 1990 se acentuaram certas tendências na indústria argentina, tais como a diminuição do número de indústrias, principalmente as pequenas e médias empresas. Estas empresas faliram por diversos fatores, nomeadamente a falta de políticas públicas, forte concorrência devido à abertura econômica e ao pouco avanço tecnológico.²⁵³

²⁵² Ibidem. p. 42.

²⁵³ KULFAS, Matias e SCHORR, Martín. **La industria argentina en el escenario posconvertibilidad.**

Os governos de Carlos Menem e de Fernando de La Rúa culminaram com uma nova e decisiva transformação estrutural sobre a indústria nacional argentina. Em grande medida esta mudança ocorreu devido à condução de políticas econômicas liberais que tiveram início no governo militar, muito embora, a partir da década de 1990, em numerosos campos esta política tenha sido aprofundada.²⁵⁴

Sob o governo Menem se implantou um modelo de conversibilidade e de abertura comercial e financeira, que teve seqüência durante a gestão de De La Rúa. Kulfas e Schorr apontam como características da indústria argentina na década de 1990 a desindustrialização, a primarização e simplificação da produção e destruição dos postos de trabalho.

“El análisis de la dinámica sectorial reciente no sólo indica que en la actualidad la industria argentina tiene prácticamente el mismo tamaño que hace un cuarto de siglo (aunque con un perfil productivo marcadamente diferente – mucho menos “industrial” – que el vigente durante la fase sustitutiva), sino que también se ha acentuado la pérdida de uno de los atributos centrales que la caracterizaron durante la sustitución de importaciones: su carácter propulsor sobre el resto de las actividades económicas tanto en términos productivos como en lo que respecta a la creación de puestos de trabajo.”²⁵⁵

Além disso, ocorreu uma crescente concentração da produção em torno de um conjunto reduzido de grandes empresas. Isto se explica devido à capacidade das grandes empresas em terem mais autonomia que as pequenas e médias, como também no acesso ao mercado internacional.²⁵⁶ Kulfas e Schorr ainda apontam, como características da indústria nacional neste período, a desnacionalização do capital, tendência que se baseia no crescimento das firmas transnacionais e a reestruturação dos grupos econômicos que, devido ao processo de internacionalização financeira, teve os grandes conglomerados empresariais nacionais retraídos.²⁵⁷

O processo de abertura econômica se mostrou fatal para algumas pequenas e médias empresas. Azpiazu e Schorr afirmam que a malha industrial argentina foi sendo aos poucos desfeita, pois muitos dos produtos consumidos pelas grandes indústrias argentinas eram provenientes das pequenas e médias indústrias nacionais. Após a abertura e a entrada de produtos estrangeiros, muitas firmas se viram sem mercado, devido à alta competição com os produtos do exterior e foram obrigadas a fecharem as

²⁵⁴ AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martín. Op. Cit.

²⁵⁵ KULFAS, Matias e SCHORR, Martín. Op. Cit. P.2.

²⁵⁶ Ibidem. P.4.

²⁵⁷ Ibidem. P.5.

portas.²⁵⁸ Muito além da concorrência, as pequenas e médias empresas enfrentavam até mesmo impostos superiores aos das grandes, o que dificultava ainda mais a situação das PMEs nacionais.²⁵⁹

Entre 1999 e 2002, durante os governos De La Rúa e Duhalde destacam-se três pontos fundamentais sobre a indústria argentina. O primeiro deles é a declinação da atividade fabril, que se inicia em 1998 e permanece até 2002. O segundo elemento se vincula com a sistemática e contínua redução do emprego no setor industrial. E, por fim, o comportamento da produtividade que havia sido diretamente relacionado à expulsão repentina de trabalhadores e uma deterioração significativa nas condições de trabalho dos funcionários.²⁶⁰

Na Tabela 7 podemos observar dois movimentos distintos. O primeiro é a redução do número de indústrias em 2003, o que confirma nosso argumento de que a redução do número de indústrias na Argentina foi algo alarmante. Ao compararmos 1984 com 2003, vemos o processo de desindustrialização que tomou conta do país. Enquanto em 1984 o número de indústrias era de 101.474, em 2003 este número caiu para 79.304 estabelecimentos. O segundo movimento é a diminuição do número de trabalhadores nas empresas com menos de 100 empregados entre 1984 e 2003. Em 1984 eram mais de 750.000 o número de trabalhadores nas empresas com menos de 100 empregados. Entretanto, em 2003, eram 541.931 empregados.

²⁵⁸ AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martín. Op. Cit.

²⁵⁹ KULFAS, Matias e SCHORR, Martín. Op. Cit.

²⁶⁰ Ibidem. P.11.

Tabela 7 - Indústria manufatureira argentina. Comparação entre os censos de 2003, 1993 e 1984.

	2003		1993		1984	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estabelecimentos/Locais						
Total	79304	100,0	90088	100,0	101474	100,0
Mais de 101 empregados	1419	1,8	1474	1,6	2039	2,0
Entre 51 e 100 empregados	1504	1,9	1708	1,9	2164	2,2
Entre 11 e 50 empregados	10717	13,5	11613	12,9	16431	16,2
Menos de 10 empregados	65664	82,8	75016	83,3	80810	79,6
Pessoal ocupado						
Total	982462	100,0	1007909	100,0	1373163	100,0
Mais de 101 empregados	440531	44,8	414843	41,2	616408	44,8
Entre 51 e 100 empregados	105460	10,7	120070	11,9	152042	11,1
Entre 11 e 50 empregados	227423	23,2	247635	24,6	338705	24,7
Menos de 10 empregados	209048	21,3	225361	22,3	266008	19,4

Fonte: Indec – Instituto Nacional de Estadística y Censos de La República Argentina. Disponível em: <http://www.indec.mecon.ar/principal.asp?id_tema=532>. Acesso em: 20 de julho de 2010.

Segundo Kulfas e Schorr, o retrocesso industrial da Argentina se explica devido a vários fatores. Em sua obra, “La industria argentina en el escenario de posconvertibilidad”, eles destacam três fatores para a desindustrialização durante os governos de De La Rúa e Duhalde.

O primeiro deles é a abertura econômica conjugada com as assimetrias cambiais. Esta assimetria possuía um efeito benfeitor para alguns setores, tal como o complexo automotivo, mas arrasador sobre os setores que não gozavam de proteção direta ou indireta, tais como o de bens de capital e de desenvolvimento tecnológico.²⁶¹ Geralmente a proteção se dava sobre um núcleo restringido de empresas oligopólicas. Ademais, em termos gerais, a estrutura de preços relativos era desfavorável aos produtos das indústrias nacionais. Sobretudo, destacam-se as imensas dificuldades enfrentadas pelas pequenas e médias empresas no período analisado. Ao mesmo tempo em que enfrentavam problemas resultantes do processo de concentração de capital, tal como menor apropriação do excedente, as PMEs lidavam com a falta de mercado, descumprimento e a revogação do “Compre Argentino”²⁶², restrições para acesso ao crédito e problemas com a competitividade.²⁶³

²⁶¹ Ibidem. P. 12.

²⁶² Sobre o “Compre Argentino” ver Capítulo 1.

²⁶³ KULFAS, Matias e SCHORR, Martín. Op. Cit. p. 11.

“Así, la conjunción de sucesivos ajustes del gasto público con la implementación de diversos “impuestazos” y la reducción del empleo y de los salarios del sector público, trajeron aparejado un fuerte achicamiento de la demanda doméstica, lo cual impactó directamente sobre la actividad económica en general, y la productiva en particular.”²⁶⁴

O segundo grande fator foram as políticas públicas de cortes fiscais, engendradas pelas administrações de Menem e De La Rúa, tanto no setor público nacional, quanto no provincial. Tais medidas tentaram gerar um superávit fiscal que permitia o pagamento da dívida externa, muito embora minassem a capacidade estatal de investimento, afetassem a demanda e o crescimento econômico fosse prejudicado em consequência

O terceiro fator foi o desemprego. Devido à concorrência com os produtos importados, várias PMEs fecharam ou demitiram seus empregados. Com isso, o país tinha menos assalariados e o consumo diminuiu o que afetava diretamente a produção. Ademais, o crédito para estas empresas era bastante restrito.

Sabemos, contudo que os setores industriais argentinos se comportaram de maneiras diferentes durante a conversibilidade. Enquanto setores automotivo e agroindustrial obtiveram proteção, financiamento e políticas econômicas específicas, outros setores, tais como o de bens de capital e o de tecnologia não obtiveram o mesmo amparo. De acordo com Schorr, outros setores registraram um bom desempenho durante todo o período da conversibilidade:

“la producción de aceites y derivados, la fabricación de aluminio primario, la elaboración de productos químicos básicos, y la manufactura de neumáticos. En los dos primeros casos, los comportamientos productivos verificados se encuentran estrechamente asociados al carácter eminentemente exportador de las pocas empresas de grandes dimensiones que operan en tales mercados”²⁶⁵

No lado oposto estavam os setores, que dependiam da demanda interna. Graças à demanda doméstica retraída e ao baixo consumo do mercado externo, os setores de laticínios, bebidas, sabões e detergentes, produtos farmacêuticos e a pecuária se retraíram fortemente.²⁶⁶

Num estudo de caso, Andrés Wainer e Martín Schorr analisaram a trajetória econômica de duas empresas, a Arcor (grande empresa do ramo agroindustrial) e a

²⁶⁴ Ibidem. p.12.

²⁶⁵ SCHORR, Martín. **Principales tendencias de La industria argentina em 2002**. Disponível em: <<http://economia.flacso.org.ar/pdf/135.pdf>>. Acesso em: 10/12/2011. p. 9.

²⁶⁶ Ibidem. P. 10.

Servotron (média empresa do ramo da eletrônica industrial). Ambas empresas surgiram no contexto de substituição de importações durante as décadas de 1950 (Arcor) e 1960 (Servotron), mas atravessaram processos de crescimento diferentes após a ditadura militar e durante o período de redemocratização.²⁶⁷

O que se evidencia são as assimetrias no desempenho empresarial, que se registrou durante o período de conversibilidade na Argentina. Estas assimetrias estão muito mais associadas às rupturas nas orientações das políticas públicas. A Arcor se desenvolveu fundamentalmente no setor agroindustrial, que, no país foi um setor que se especializou e conformou um mercado internacional amplo e diversificado.

“Las evidencias analizadas en este trabajo llevan a concluir que gran parte de las causas del desarrollo y la expansión de este conglomerado económico [...] no parecen ubicarse en el plano subjetivo ni en la “calidad” de los empresarios argentinos, sino prioritariamente en un contexto signado por el accionar del aparato estatal y por su funcionalidad respecto de la inserción estructural del grupo, que coincide con la ubicación pasiva y subordinada de la Argentina en el mercado mundial en el marco de una economía globalizada.”²⁶⁸

A Servotron, por sua vez, era uma empresa média com produção complexa e de alto valor agregado. Transformou-se em uma empresa comercial e prestadora de serviços.

“[...] La masa crítica que la firma había logrado construir entre mediados de los años sesenta y setenta fue paulatinamente desmantelada por las reformas estructurales derivadas de las políticas aplicadas durante la dictadura militar de 1976-1983, y liquidada definitivamente por el shock neoliberal instrumentado durante el decenio de los noventa.”²⁶⁹

Desta forma, a produção de bens industriais com alto valor agregado que se desenvolveu durante o contexto de substituição de importações, foi castigada direta ou indiretamente pelo modo de condução econômica que perdurou até o governo Duhalde.²⁷⁰

De acordo com Schorr, a crise na indústria argentina perdurou até julho de 2002, quando a queda na atividade foi contida. A partir de novembro, o nível de atividade industrial voltou a crescer.²⁷¹ Após o abandono da conversibilidade, no início de 2003, a expectativa de diversos atores era de que a economia iria melhorar graças a

²⁶⁷ WAINER, Andrés e SCHORR, Martín. **Trayectorias empresarias diferenciales durante la desindustrialización en la Argentina: los casos de Arcor y Servotron**. Disponível em: < <http://economia.flacso.org.ar/pdf/287.pdf>>. Acesso em: 10/12/2011.

²⁶⁸ Ibidem. P. 138.

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ SCHORR, Martín. **Principales tendencias de La industria argentina em 2002**. P. 6.

desvalorização da moeda.²⁷² A desvalorização da moeda iria favorecer o aumento das exportações e a diminuição das importações, causando um melhoramento nas contas da balança comercial. Como consequência do aumento dos preços dos bens importados, causaria uma nova onda de industrialização via substituição de importações.

“En otras palabras, las principales características del nuevo escenario macroeconómico que se abrió a partir del abandono del régimen de la Convertibilidad no permiten avizorar, en el corto plazo, un escenario de reversión de la aguda crisis manufacturera que se ha venido registrando en los últimos años, como la principal manifestación de la misma: su carácter asimétrico (dados sus impactos heterogéneos sobre los distintos actores fabriles). Ello, por cuanto habrá numerosos perdedores (los trabajadores, buena parte del entramado local de Pymes – salvo aquellas que operan en “nichos” muy específicos ligados a la elaboración de bienes sustitutivos de importaciones – e, incluso, algunas grandes firmas – aquellas cuya dinámica de acumulación del capital se estructura, en lo sustantivo, en torno del mercado interno) y unos pocos ganadores (los grupos económicos locales y algunos grandes conglomerados extranjeros ligados a la exportación).”²⁷³

Para Ortiz e Schorr, a reativação industrial e econômica vivida pela Argentina durante o governo Duhalde, esconde o caráter regressivo e heterogêneo da reativação fabril. Existem setores muito desenvolvidos, com proteção e promoção estatal, enquanto outros tantos se encontram esquecidos. Ademais, o grupo dominante de firmas está concentrado em atividades exportadoras e de baixa geração de valor agregado doméstico, tais como a agroindústria, petróleo, indústria automotriz, siderurgia e mineração.²⁷⁴

“En función del contenido de las políticas públicas implementadas a partir del año 2002 y de las omisiones estatales en diversos planos, es evidente la carencia de una estrategia de desarrollo productivo e industrial, ya que el eje de la política económica gira alrededor del mantenimiento del dólar en niveles elevados en términos reales. Paradójicamente, hasta el momento se reproduce, en muchos aspectos, la lógica del “piloto automático” que caracterizó el denostado “modelo de los noventa”.²⁷⁵

Durante o governo De La Rúa não ocorreram grandes mudanças na condução das políticas voltadas para as indústrias. Como vimos acima, alguns setores eram beneficiados, enquanto grande parte das pequenas e médias indústrias falia. A desestruturação da malha industrial argentina se manteve até o final da conversibilidade,

²⁷² Ibidem. P. 3.

²⁷³ SCHORR, Martín. **Mitos y realidades del pensamiento neoliberal:** la evolución de la industria manufacturera argentina durante la década de los noventa. Disponível em: <<http://economia.flacso.org.ar/pdf/51.pdf>>. Acesso em: 10/12/2011. P. 33.

²⁷⁴ ORTIZ, Ricardo e SCHORR, Martín. Op. Cit. P. 38-39.

²⁷⁵ Idem.

quando, apoiada no setor exportador, a indústria argentina volta a crescer. No governo Duhalde, temos a aplicação do chamado “modelo do dólar alto”, que nada mais era o encarecimento dos produtos importados e o incentivo a uma nova onda de industrialização via substituição de importações. Mas os anos de modelo neoliberal afetaram profundamente a indústria nacional argentina, sendo preciso um espaço de tempo maior para a reversão deste quadro grave de desindustrialização.

6 – O governo De la Rúa e a crise do modelo neoliberal

As medidas neoliberais engendradas durante o governo Menem tiveram amplas conseqüências no posterior desenvolvimento econômico argentino. A hiperinflação foi resolvida e a economia crescia vertiginosamente. Entretanto, diversos desequilíbrios se instauraram no país. A reforma cambial aumentou as importações e a concorrência, causando a falência de diversas pequenas e médias empresas na Argentina. Às falências somam-se as diversas privatizações, que aumentaram o número de desempregados no país, gerando a insatisfação de amplos setores da população argentina. Devido à sua ambição de permanecer no cargo por mais um mandato, Carlos Menem não conseguiu fazer seu sucessor. A oposição, por sua vez, organizada através de uma aliança entre a UCR e a Frepaso, venceu as eleições presidenciais de 1999.

Fernando De La Rúa e seu ministro da economia José Luis Machinea deram continuidade ao modelo neoliberal implantado por Menem. A abertura econômica, o *currency board* e as privatizações foram mantidas até o final do governo. Entretanto, as sucessivas crises que ocorreram a partir de 1997 prejudicaram o desempenho econômico argentino ao final da década de 1990. Obviamente, defendemos que não foi a crise no mercado externo que causou a crise argentina, mas sim toda a vulnerabilidade que se instaurou no país devido à abertura econômica e a dependência do crédito e financiamento externo.

A expansão econômica experimentada pela Argentina tinha encontrado seu limite em 1998. A indústria nacional estava desestruturada devido à abertura econômica, a dívida externa era preocupante e a população estava cada vez mais descontente. Devido às crises econômicas ao redor do mundo, o mercado externo se tornou desfavorável aos produtos argentinos e o investimento externo caiu consideravelmente.

O governo esperava que a crise econômica mundial causada pela retração nas economias asiáticas teria uma rápida resolução. Na tentativa de solucionar os problemas econômicos, o governo corta salários dos funcionários públicos e planeja fazer uma reforma trabalhista, aumentando a insatisfação da população. De La Rúa realiza um acordo com o FMI para o pagamento da dívida externa, mas, ao não cumprir o acordo, Machinea deixa o cargo e em seu lugar assume Ricardo Lopez Murphy. Assim como Machinea, Murphy tentou reativar a economia argentina através da contenção de gastos. Mas a recessão foi agravada e ele também renunciou ao cargo, alçando Domingo Cavallo como o novo Ministro da Economia. Ao longo de 2001, Cavallo procurou angariar recursos para o pagamento da dívida externa. Entretanto, suas medidas só contribuíram para aumentar a insatisfação popular. Diversos levantes sociais são registrados, causando sua renúncia. Sem o apoio do próprio partido e incapaz de contornar a crise econômica, De La Rúa também renuncia.

A crise econômica, política e social que se instaurou na Argentina não tinha precedentes. Inicialmente Ramon Puerta, presidente do Senado, assume a presidência até a Assembléia legislativa eleger Adolfo Rodriguez Saá. Este declara a moratória da dívida argentina, mas manteve a conversibilidade. Sem apoio dos aliados e da população Saá renuncia. Novamente Ramon Puerta se torna o presidente, mas também renuncia, deixando o cargo para Eduardo Camaño, presidente da Câmara dos Deputados. Após novas negociações na Assembléia Legislativa, Eduardo Duhalde se torna o presidente da argentina.

Duhalde e seu ministro da economia Jorge Lenicov dão fim ao *currency board*. A desvalorização do peso e a alta do dólar provocaram um aumento nos preços de produtos e serviços e o Banco Central suspendeu as operações de algumas entidades bancárias. Diversos programas sociais são criados e Lenicov, ao fracassar numa tentativa de reforma do sistema bancário renuncia. Em seu lugar assume Roberto Lavagna. Ao final do governo Duhalde a economia argentina volta a crescer. O dólar alto incentiva uma nova onda de industrialização via substituição de importações e o setor exportador reverte o quadro de déficits na balança comercial.

O Banco Mundial mantinha seu otimismo com relação à economia argentina. Durante o governo Menem foram adotadas medidas que afastavam a intervenção do Estado na economia. O Banco, defensor destes ideais liberalizantes, ajudou com suporte técnico e financeiro a execução destas reformas na Argentina. A crise econômica argentina, iniciada ainda durante o governo Menem, não foi capaz de abalar o otimismo

da instituição durante parte do governo De La Rúa. Atribuía-se ao mercado externo desfavorável a eclosão da crise econômica, e não a adoção daquelas medidas que abriram a economia argentina. As medidas econômicas liberalizantes de abertura comercial e financeira, que causaram toda a vulnerabilidade externa argentina, não foram nem consideradas pelo Banco Mundial.

Assim como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional se mostrava otimista com a Argentina, mesmo com a eclosão de crises econômicas em diversos países. No período de retração e crise da economia argentina, o FMI aconselhou que para que a Argentina recuperasse seu crescimento econômico, era necessária a manutenção da abertura financeira e fiscal, além da continuidade do *currency board*. Sobretudo, defendia que era preciso flexibilizar o mercado de trabalho e intensificar as reformas econômicas. Ou seja, no momento da crise, o Fundo aconselhava o aprofundamento das medidas liberais na economia. Contudo, o governo não avança nestas reformas e a instituição financeira começa a criticá-lo, atribuindo-lhe exclusivamente as causas da crise que o país atravessava.

A trajetória da indústria argentina entre 1999 e 2002 se manteve a mesma da década de 1990. Desde o regime militar da década de 1970, o modelo de substituição de importação foi trocado por um processo de desindustrialização e de desmantelamento da rede industrial. Na década de 1990 se acentuaram certas tendências na indústria argentina, tais como a diminuição do número de indústrias, principalmente as pequenas e médias empresas. Durante o governo De La Rúa estas tendências se mantiveram.

Os governos de Menem e de Fernando de la Rúa deram continuidade a um longo processo de desindustrialização na Argentina.

“Sin duda, el proceso analizado encuentra como uno de sus principales factores explicativos al shock institucional neoliberal que se instrumentó en el país bajo la administración Menem y que continuó – con ligeros matices – durante la gestión de la Alianza”²⁷⁶

Contudo, ressaltamos que o desmantelamento da indústria argentina não se deu de forma homogênea. Enquanto alguns setores se beneficiaram da adoção das medidas liberais, tais como o automobilístico e a agroindústria, outros setores foram bastante prejudicados devido a concorrência com os produtos importados. Além disso, enquanto as grandes empresas tiveram apoio substancial do governo, como isenção de impostos e

²⁷⁶ SCHORR, Martín. *Mitos y realidades del pensamiento neoliberal*. P. 49.

políticas industriais específicas, as pequenas e médias empresas foram ignoradas e continuaram com o processo de falência, desestruturando toda a malha industrial construída no país.

Após a crise política, econômica e social que assolou a Argentina em 2001, Duhalde removeu a conversibilidade e buscou dar outro rumo para a economia. Devido ao abandono da conversibilidade, no início de 2002, a expectativa de diversos atores era de que a economia iria melhorar graças a desvalorização da moeda.²⁷⁷ Esta desvalorização iria favorecer o aumento das exportações e a diminuição das importações, causando uma melhora nas contas da balança comercial. Como consequência do aumento dos preços dos bens importados, uma nova onda de industrialização via substituição de importações iria ocorrer.

Azpiazu e Schorr definem bem a situação da indústria argentina durante todo o período da conversibilidade. Graças à abertura econômica, alguns setores foram privilegiados, devido ao sucesso obtido no mercado externo e às proteções estatais, enquanto outros foram altamente prejudicados pela falta de apoio estatal e pela concorrência externa.

“En síntesis, en el ámbito fabril el proceso de apertura exterior, puesto en marcha en los inicios del gobierno Menem y sostenido durante la siguiente gestión, produjo una alteración radical en el contexto operativo de la mayoría de los agrupamientos manufactureros, que se vio agravado por el abaratamiento del tipo de cambio real de las importaciones. No obstante, para unos pocos sectores de actividad, el proceso e apertura generó otro tipo de efectos que, dadas las imperfecciones del mercado doméstico, quedaron circunscritos a algunas de las principales empresas de diversas industrias. En efecto, el aprovechamiento pleno de su poder oligopólico y los canales de distribución les possibilitaron comercializar su propia producción así como la de bienes importados sustituvios o complementarios de aquélla. Ese fenómeno se manifestó en varias actividades (diversos productos alimenticios, bebidas, confecciones textiles, productos químicos y agroquímicos, cerámicos, sanitarios, etc.) e implicó el desplazamiento del núcleo técnico de las empresas involucradas desde el área de la producción a la de la comercialización, así como la morigeración del potencial “efecto precio doméstico” de las importaciones abaratadas por la apertura y el rezago cambiario, y la consolidación de barreras al ingreso a los respectivos mercados, entre otros fenómenos.”²⁷⁸

Somente após o fim da conversibilidade que a indústria argentina vislumbrou a possibilidade de uma retomada ao caminho de crescimento.

²⁷⁷ SCHORR, Martín. **Principales tendencias de La industria argentina em 2002.** p. 3.

²⁷⁸ AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martín. Op. Cit. P. 191.

CAPÍTULO 3: O GOVERNO DE NÉSTOR KIRCHNER

Neste último capítulo analisaremos a trajetória econômica da Argentina sob o governo de Néstor Kirchner. O modelo neoliberal implantado por Menem resultou em graves conseqüências para a economia argentina a partir de 1998. Este modelo, pautado na abertura econômica e na livre concorrência, garantiu crescimento num período em que o mercado externo estava favorável à Argentina. Contudo, não suportou as oscilações financeiras que ocorreram a partir da Crise Asiática. A manutenção do regime aplicado por Menem durante o governo De la Rúa deu continuidade ao caos econômico vivido pela Argentina, afetando ainda mais a sociedade e a indústria nacional. Cabia então ao governo de Kirchner a reversão deste quadro.

Também iremos abordar as principais perspectivas do Banco Mundial e do FMI em relação ao processo de reestruturação econômica da Argentina durante o governo Kirchner. E, por fim, buscaremos apreender a trajetória do setor industrial argentino, cujo desempenho foi bastante heterogêneo durante toda a conversibilidade e a pós-conversibilidade.

1- O governo de Néstor Kirchner

1.1 - As eleições presidenciais de 2002

Após a crise econômica e o colapso político do governo De La Rúa, a configuração partidária bipolar argentina, transformou-se em uma nova estrutura. De um lado, um pólo bem estabelecido no eleitorado – o Partido Justicialista – e de outro, um pólo extremamente desestruturado, composto pelos grupos não peronistas, envolvendo diversos partidos.²⁷⁹

No momento da renúncia de De La Rúa, em 20 de dezembro de 2001, já não havia mais um vice-presidente, que renunciou durante a tentativa de reforma na legislação trabalhista. Coube então à Assembléia Legislativa (Senado e Deputados) o preenchimento da vaga. O presidente do Senado, Ramon Puerta, assumiu interinamente a presidência, porém, no dia seguinte ele renuncia. Dessa forma a Assembléia nomeou Adolfo Rodriguez Saá, governador da província de San Luís, atribuindo-lhe a tarefa de convocar eleições num prazo de três meses. Contudo, o fraco desempenho deste

²⁷⁹ TORRE, Juan Carlos. Op. cit. P. 172.

presidente, somado ao baixo suporte dado pelos outros governadores provinciais fez com que Rodriguez Saá também renunciasse ao cargo logo em seguida.²⁸⁰

Após diversas negociações interpartidárias, Duhalde é levado ao posto de presidente da república pela Assembléia e convoca as eleições para abril de 2003. O Partido Justicialista entra em uma nova fase de disputa interna. Esta disputa foi a mesma que ocorreu em 1999: Menem versus Duhalde. “Menem postulou sua candidatura pelo partido e essa atitude forçou Duhalde a buscar uma figura, entre seus aliados, em condições de bloquear o caminho de seu arqui-rival.”²⁸¹

Inicialmente, Duhalde recorreu ao governador da província de Santa Fé, Carlos Reutemann. Entretanto, este preferiu ficar a parte da disputa presidencial. Para Torre, isto mostrava o poder que Menem ainda detinha dentro do Partido Justicialista.²⁸² Um segundo nome, que não obteve apoio dentro dos aliados de Duhalde, foi o de José Manuel de La Sota, governador de Córdoba. Contudo, enquanto Duhalde buscava um nome capaz de barrar Menem, Rodriguez Saá angariava apoio de alguns setores do partido, se tornando o segundo nome forte do partido, logo atrás de Menem. Por fim, Duhalde apoiou a candidatura de Néstor Kirchner, governador da província patagônica de Santa Cruz. Kirchner era pouco conhecido nacionalmente e foi um dos poucos que se opuseram à gestão de Menem durante os anos noventa.²⁸³

O Partido Justicialista tinha então três candidatos e deveria escolher um deles como o candidato oficial do partido à presidência. A crise interna causada pelos três candidatos trouxe um temor de fragmentação partidária. Dessa forma, Duhalde orquestrou uma saída de emergência para o partido: seriam anuladas as eleições internas, o partido apoiaria os três candidatos e Carlos Menem, Rodriguez Saá e Néstor Kirchner estariam autorizados a serem candidatos por conta própria. “A solução era de legalidade duvidosa e, além disso era arriscada do ponto de vista eleitoral, já que fragmentava em três o voto peronista.”²⁸⁴ Contudo, esta solução tinha como amparo a situação dos demais partidos de oposição, já que estavam tão ou mais fragmentados quanto os peronistas.²⁸⁵

²⁸⁰ Ibidem. P. 174.

²⁸¹ Ibidem. P. 175.

²⁸² Ibidem. P. 176.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ Ibidem. p. 177.

²⁸⁵ Idem.

“Apesar da variedade de candidaturas e propostas, ao aproximar-se a data das eleições, o confronto foi se polarizando em torno de Menem. Para surpresa de muitos, o ex-presidente projetou-se como provável vencedor das eleições graças ao impacto, nos meios de comunicação, de sua campanha generosamente financiada, do apoio velado ou explícito dos dirigentes das províncias ligados ao justicialismo, das expressões de apoio recebidas de setores importantes do partido à sua denúncia sobre o contraste entre a estabilidade e o crescimento nos anos de seu governo e o descalabro econômico do país nas mãos de seus sucessores.”²⁸⁶

No campo não peronista, a aliança entre a União Cívica Radical e a Frepaso se desfez. Ricardo Lopez Murphy, que ocupou o cargo de ministro da economia do governo de De la Rúa, rompeu com a UCR, formou o partido “Recrear para el Crecimiento” e se candidatou à presidência. Murphy pregava a austeridade fiscal e o restabelecimento das relações com a comunidade financeira internacional. Elisa Carrió, outra dissidente do radicalismo, se lançou pelo partido “Argentina para una República de Iguales” (ARI). Por sua vez, Carrió criticava as reformas de mercado e as grandes corporações. E pela UCR, Leopoldo Moreau disputou a presidência.²⁸⁷

Pelo justicialismo, Menem enfatizou as dificuldades da governabilidade, reafirmando uma postura mais dura diante da insegurança pública e sua convicção nas políticas pró-mercado e de alinhamento com os Estados Unidos. Seus adversários colocaram-se na direção oposta. Rodriguez Saá apelou para a bandeira nacionalista, enquanto Kirchner teve discursos mais duros em relação aos bancos, empresas privadas e credores externos.²⁸⁸

O resultado das eleições presidenciais de abril foi, em primeiro lugar Menem, com 24,5% dos votos, Kirchner com 22,2%, López Murphy (ex-ministro de De La Rúa) com 16,4%, e Rodriguez Saá com 14,1%. Este resultado concedia à Menem e Kirchner o direito a disputarem o segundo turno. Contudo, este nem chegou a ocorrer. Pesquisas indicavam que a maioria dos eleitores que escolheu Murphy, Saá e os demais candidatos derrotados, preferia Kirchner a Menem. “O voto anti-Menem, fragmentado durante o primeiro turno, se uniria para derrotá-lo no segundo.”²⁸⁹ Menem, isolado politicamente, retira sua candidatura e Kirchner se torna o novo presidente da república.²⁹⁰

²⁸⁶ Ibidem. P. 178.

²⁸⁷ Ibidem. 176-177.

²⁸⁸ Ibidem. 177.

²⁸⁹ VADELL, Javier Alberto. **A política internacional, a conjuntura econômica e a Argentina de Néstor Kirchner**. IN: Rev. Brás. Polít. Int. n.º. 49. 2006. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/eid/pb/07Vadell-T.pdf>>. Acesso em: 20/09/2011P. 194.

²⁹⁰ Idem.

Segundo Torre, este resultado mostrou três aspectos cruciais da nova conjuntura argentina. O primeiro deles se refere à drástica queda dos votos brancos e nulos, entre as eleições legislativas de 2001 e as presidenciais de 2003. O segundo é o fortalecimento do partido peronista. Somados os votos para os três candidatos, o peronismo saiu com 61% dos votos válidos. E o terceiro aspecto é a vitória das manobras de Duhalde para barrar as ambições de Menem.²⁹¹

Néstor Kirchner e seu vice, Daniel Scioli, assumem o governo em 25 de maio de 2003. Em seu discurso o presidente enfatizou as bases de seu governo, ressaltando as diferenças claras que existiriam entre seu mandato e os presidentes predecessores dos anos 1980 e 1990.

“los ochenta exigen la preservación del estado de derecho por lo tanto se pone el acento en el mantenimiento de las reglas de la democracia, los noventa suma la obtención de avances en materia económica y su éxito se basa en las ganancias de los grupos más concentrados de la economía y la magnitud de las inversiones especulativas. Ahora es el Estado el que debe actuar como el gran reparador de las desigualdades sociales y viabilizar los derechos constitucionales siendo la integración latinoamericana un proyecto regional.”²⁹²

Cabia então a Kirchner a construção de uma liderança sólida para enfrentar as principais conseqüências da experiência liberal na economia argentina. Para isso, Kirchner proclamou que realizaria profundas reformas na política. Substituiu a cúpula das forças armadas, reabriu a causa da violação dos direitos humanos, abriu o processo de julgamento dos membros da Suprema Corte designada por Menem, estabeleceu mecanismos mais transparentes para a nomeação de membros para a Suprema Corte, procurou intervir nas agências estatais com problemas de corrupção e recebeu manifestantes no palácio do governo.²⁹³ Tais atitudes reforçaram sua autoridade presidencial, além de deixar claro seu perfil opositor ao de Menem.

1.2 - A Política do Governo Kirchner

Em seu discurso Kirchner prometeu recuperar o político, o coletivo e o público.²⁹⁴ Ao recuperar estes elementos, Kirchner garantiu a supremacia da política sobre a economia, dizendo que não iria ceder às pressões das corporações econômicas

²⁹¹ TORRE, Juan Carlos. Op. cit. P. 183.

²⁹² ARGENTINA. **Presidência Argentina.**

²⁹³ TORRE, Juan Carlos. Op. cit. P. 183.

²⁹⁴ Discurso perante a Assembléia Legislativa: La Nacion 26 maio 2003. Disponível em: <www.lanacion.com.ar/499034-el-discurso-de-kirchner-rovoco-mas-adhesiones-que-criticas>. Acesso em: 10/04/2011.

que se beneficiaram nos anos 1990, invertendo a relação entre a economia e política vigente na última década.²⁹⁵

“La recuperación de lo político exige una reconstrucción institucional y ésta debe basarse en principios consensuados de justicia. Hay un hilo conductor que va desde el retiro masivo de los generales en actividad, el juicio de las leyes del perdón, hasta la negociación en términos muy diferentes con las empresas de servicios privatizados y el Fondo Monetario Internacional.”²⁹⁶

A fase mais dramática da crise econômica em 2001, juntamente com a renúncia de Menem para enfrentar o segundo turno das eleições, abriram espaço para o discurso de regeneração institucional e moral de Néstor Kirchner, através de duas iniciativas: a remoção das cúpulas militares e a ofensiva contra os juízes da Suprema Corte incorporados durante o governo Menem. A remoção da cúpula das forças armadas se deu através da aposentadoria de um conjunto de oficiais. Encorajados por essas ações do executivo, as organizações defensoras dos direitos humanos e os deputados e senadores de esquerda passaram a lutar para punir os militares que violaram direitos humanos durante o período da ditadura.²⁹⁷

A iniciativa contra os juízes da Suprema Corte se deu ainda no governo Duhalde. Durante seu mandato, alguns juízes se articularam e se opuseram ao confisco das poupanças privadas, o que certamente abalaria o esquema financeiro posto em prática em 2002. Diante esta ameaça, Duhalde ressaltou os laços destes juízes com a corrupção durante o governo Menem e iniciou o julgamento político de alguns membros da Suprema Corte, na tentativa de remover aqueles que supostamente eram antigos aliados de Menem. Néstor Kirchner, por sua vez, transferiu publicamente a tarefa de julgar os membros da corte para o congresso, salientando que esta medida era fundamental para o processo “regenerador” do país.²⁹⁸ O presidente da Suprema Corte, que fora sócio do escritório de advocacia do irmão de Menem, renunciou ao cargo, sendo seguido por outro juiz. Desta forma, Kirchner visava reforçar sua posição e eliminar a “maioria automática menemista”.

²⁹⁵ KEIFMAN, Saul. La crisis de Argentina, el gobierno de Kirchner y las perspectivas de salida. In: BOYER, Robert e NEFFA, Julio C. (org.) **La economía argentina y su crisis (1976-2001):** visiones institucionalistas y regulacionistas. Miño y Dávila editores, 2004. P. 668.

²⁹⁶ Ibidem. P. 669.

²⁹⁷ BONVECCHI, Alejandro. O Governo de Kirchner: uma reversão ao Menemismo? In: SALLUM JR. Brasília. **Brasil e Argentina hoje: política e economia.** São Paulo, Bauru: Edusc, 2004. P. 192.

²⁹⁸ Ibidem. P. 193.

“Outra manobra simbólica adotada por Kirchner foi o combate à corrupção administrativa no serviço de saúde pública para aposentados e nas forças policiais.”²⁹⁹ Kirchner também deu continuidade ao cargo de diversos dirigentes aliados nos cargos ministeriais do governo Duhalde. “Permaneceram em seus postos os ministros da Economia e da Saúde e continuaram na órbita duhaldista os ministros do interior e da defesa.”³⁰⁰

O governo de Kirchner foi marcado por inúmeras rupturas com a gestão de Menem e de De la Rúa. A primeira ruptura se deu ainda nos governos provisórios de Rodriguez Saá e Duhalde, e diz respeito à postura do governo frente ao FMI. Após a renúncia de De la Rúa em 2002, Rodríguez Saá anunciou a moratória da dívida. Em 2003 ocorreu o término do regime de conversibilidade. O FMI previa o retorno da hiperinflação e uma situação caótica na economia do país sem previsão de recuperação. Entretanto, a reativação econômica da Argentina se deu logo ao final do governo Duhalde. Posteriormente, a prioridade tanto do governo Duhalde quanto do governo de Kirchner foi a renegociação da dívida externa por meio de um acordo com o Fundo Monetário Internacional. Este seria, portanto, o primeiro desafio do governo Kirchner.

“Dentro de las principales medidas que definen su gobierno, figura la solución al problema de la deuda externa; se negocia el canje con los tenedores de bonos privados alcanzando una considerable quita. Habiendo recibido el Presidente un fuerte apoyo a su gestión en las elecciones de legisladores nacionales de octubre de 2005, se aboca al tema de la deuda con el FMI; ya reducida en pagos puntuales, y debido a la acumulación de reservas alcanzada, decide cancelar en forma anticipada los pasivos eliminando con esta medida condicionamientos para poder llevar adelante una política de gobierno autónoma sin comprometer el desarrollo sostenible y la mejora de la calidad de vida de los argentinos.”³⁰¹

Kirchner ganhou margem de manobra para tentar outros tipos de negociação com os organismos financeiros internacionais.³⁰²

“Com essas medidas, que um FMI, arranhado em seu prestígio exatamente por seu papel na crise argentina, não pôde senão aceitar, a discussão sobre o nível e o uso do superávit fiscal ganhou um destaque inédito que não havia tido em negociações anteriores. Kirchner traçou, explicitamente, limites estritos ao poder negociador do ministro da Economia, Roberto Lavagna, ao assegurar, através de numerosas declarações à imprensa, que o país só faria um acordo que fosse “capaz de cumprir”.³⁰³

²⁹⁹ Ibidem. P. 194.

³⁰⁰ Ibidem. P. 190.

³⁰¹ ARGENTINA. **Presidência Argentina.**

³⁰² BONVECCHI, Alejandro. Op. Cit. P. 198.

³⁰³ Idem.

O presidente teve que engendrar a resolução para a saída da moratória por meio de uma árdua negociação com o FMI e com os credores privados. A recuperação econômica da Argentina que vinha desde 2002 fortaleceu Kirchner e o ministro da economia frente às negociações com o FMI e com os credores. A Argentina por fim, conseguiu sair da condição de moratória, alcançando acordos mais benéficos que aqueles obtidos por outros países que também renegociavam sua dívida.³⁰⁴ A reestruturação da dívida externa e a saída da situação de moratória em 2005 foram comemoradas pelo governo argentino e fortaleceram a reinserção do país na economia internacional.

Outro ponto de ruptura no governo Kirchner foram as relações internacionais. Durante o governo Menem, os Estados Unidos foram escolhidos como o principal parceiro político e econômico do país. Mas, o governo de Néstor Kirchner teria como prioridade uma aliança com o Brasil:

“Na região do Cone Sul, os vínculos com o Brasil foram elevados ao status de relações estratégicas, como ferramenta destinada a maximizar a margem de manobra da Argentina em relação aos Estados Unidos e frente à União Européia, especificamente nas negociações comerciais internacionais e dentro da Organização Mundial de Comércio (OMC).”³⁰⁵

Se por um lado, a Argentina se afastava dos Estados Unidos, por outro, via o Brasil e o MERCOSUL como as novas prioridades da política externa do governo. O MERCOSUL é o projeto de integração economia mais bem sucedido da América Latina. Alfonsín e Sarney deram passos substanciais para a formalização de um acordo multilateral envolvendo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

“Argentina e Brasil inscreviam então sua dinâmica de relacionamento externo na etapa particular das relações internacionais da América Latina dos anos oitenta, caracterizadas pela emergência de novas formas de diplomacia multilateral ou de concertação direta entre os governos para o manejo coletivo de problemas internacionais. Esta "diplomacia multilateral a alto nível" estava marcada pelo forte presidencialismo nas relações bilaterais e multilaterais regionais. Mais tarde, esse presidencialismo também deixaria sua marca no tipo de institucionalidade que adotariam os quatro governos para o desenho do MERCOSUL.”³⁰⁶

³⁰⁴ VADELL, Javier Alberto. Op. Cit. P. 203.

³⁰⁵ Ibidem. P. 204.

³⁰⁶ BERNAL-MEZA, Raúl. Op. Cit.

Menem e Collor incentivaram a formulação e a criação do bloco econômico. De acordo com Bernal-Meza, existia uma confluência muito grande entre as políticas econômicas dos dois países. Contudo, logo após o impeachment de Collor, surgem divergências na política exterior a ser adotada pelos países. A Argentina de Menem, como vimos no capítulo 1, priorizou as relações com os Estados Unidos, deixando de agir em acordo com os demais países latinos. O Brasil, por sua vez, queria afirmar seu papel de potência emergente, utilizando o MERCOSUL como forma de mostrar sua liderança regional.

“Para a Argentina, o MERCOSUL – dada a predominância do enfoque comercial e o desinteresse pelo aprofundamento de outras agendas bilaterais – passou a ser um instrumento conjuntural, tático, de expansão comercial e uma instância rumo à formação da ALCA. No entanto, aqui surgia uma grande contradição – tanto com relação às preferências pelos sócios externos, como em relação ao caráter conjuntural do intercâmbio – na medida em que o Brasil passava a ser o destino de mais de 30% de suas exportações. Por sua vez, para o Brasil – em teoria –, o MERCOSUL havia sido (ao menos até a crise de 1999) um instrumento estratégico de sua política global.”³⁰⁷

Com as crises asiáticas, as economias do Brasil e da Argentina, membros mais expoentes do MERCOSUL, entram em crise.

“Na seqüência, a Argentina entra em crise, decorrente, em parte, da desvalorização cambial do Brasil – seu maior parceiro comercial –, mas que teve como causa principal a manutenção de uma taxa de câmbio fixa, quando as economias dos principais países do mundo estavam se ajustando aos novos tempos”³⁰⁸

O governo De la Rúa manteve a mesma conduta do governo anterior, visando respeitar as negociações com o MERCOSUL e dando início à incorporação à ALCA.³⁰⁹

“As divergências com o Brasil se superariam nos primeiros anos do mandato De la Rúa através dos acordos de coordenação macroeconômica, referenciados nas estatísticas harmonizadas, assinados no encontro do MERCOSUL realizado na cidade de Florianópolis em dezembro de 2000. Entretanto, em fevereiro de 2001, com o retorno do Ministro Domingo Cavallo ao Ministério da Economia, as relações entre Brasil e Argentina deteriorar-se-iam de maneira profunda.”³¹⁰

Desde o governo Duhalde, já havia uma intenção clara em aprofundar os vínculos com a região do Cone Sul, aumentando a margem de manobra argentina entre os EUA e a União Européia. Kirchner, então, aprofundou as relações com o Brasil, que

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ CARON, Antoninho. Op. Cit.

³⁰⁹ VADELL, Javier Alberto. Op. Cit.

³¹⁰ Idem.

foram colocadas como prioridade da política externa no governo Duhalde.³¹¹ Entretanto, o caminho para a integração econômica entre o Brasil e a Argentina enfrentaria diversos desafios devido às diferenças de interesses entre os dois países, a profunda desigualdade na competitividade industrial dos países líderes do bloco e o comércio intra-bloco, que era deficitário para a Argentina.³¹² Devido ao longo processo de desindustrialização sofrido pela Argentina, seus produtos sofriam com a concorrência da indústria brasileira.

“Tanto o Presidente Kirchner quanto os ex-Ministros Lavagna e Bielsa tinham consciência dessa assimetria estrutural e, com o novo viés nacionalista/desenvolvimentista desse governo, o resultado não poderia ser outro que as ríspidas negociações em torno de interesses conflitantes dos diversos setores afetados no processo de integração com o Brasil.”³¹³

Contudo, a Argentina refez suas alianças internacionais, abandonando as “relações carnavais”³¹⁴ com os Estados Unidos e priorizando a integração econômica regional, especialmente o Brasil e o MERCOSUL, se tornando um “sócio estratégico”³¹⁵ do Brasil.

Um terceiro ponto de ruptura do governo Kirchner com relação ao governo de Menem foi a política econômica. A política econômica e exterior orquestrada por Carlos Menem na década de 1990 foi continuada pelo governo de De la Rúa, que manteve as principais diretrizes da política econômica, tais como a convertibilidade e os programas de ajuste econômico. Coube, portanto, a Néstor Kirchner modificar o cenário da política econômica e exterior da Argentina. Para isso manteve no cargo de ministro da economia, Roberto Lavagna, que já vinha exercendo este papel desde o final do governo de transição de Duhalde.³¹⁶

A recessão econômica argentina iniciada em 1998 foi o ponto de partida para a crise no regime de convertibilidade. Durante a convertibilidade, a Argentina transformou-se em um espaço para a obtenção de enormes lucros financeiros, tanto para agentes econômicos externos, quanto para os internos. Mas logo o modelo de convertibilidade começou a dar sinais de que a economia estava vulnerável aos choques econômicos externos. As representações políticas e corporativas, além dos institutos de

³¹¹ Ibidem. P. 14.

³¹² Idem.

³¹³ Ibidem. p. 15.

³¹⁴ BERNAL-MEZA, Raúl. Op. Cit.

³¹⁵ VADELL, Javier Alberto. Op. Cit. p. 23.

³¹⁶ Ibidem. P. 14.

investigação, privados e públicos, começaram a produzir propostas de saída para as recorrentes crises econômicas. Segundo Ortiz e Schorr, estas propostas eram extremamente heterogêneas. Algumas propunham a exportação de recursos naturais ou o fortalecimento da indústria nacional, enquanto outros defendiam a prevalência do desenvolvimento de certos setores sobre outros.³¹⁷

Javier Vadell aponta outros dois aspectos de mudança durante o governo Kirchner. O primeiro deles é a forma como Kirchner obteve apoio para sustentar o mínimo de governabilidade. Num contexto de total descrédito com a condução política e de incertezas econômicas no âmbito nacional, Kirchner se viu obrigado a dar claros sinais de assertividade e de determinação na condução das reformas. Isto se torna claro na forma em que conduziu a renegociação da dívida externa com o FMI e com os credores internacionais. O segundo elemento apontado por Vadell é a formação política do presidente, pautada num peronismo altamente anti-imperialista, típico da década de 1970.³¹⁸

Segundo Vadell, em 2005, as pesquisas de opinião apontavam que Kirchner possuía mais de 60% de aprovação ao conjunto da sua gestão. Isto se deu principalmente devido a forma como foi negociada a dívida externa do país, além de importantes modificações nas políticas econômicas e na política externa do país. Após as eleições legislativas de outubro de 2005, Kirchner detinha uma ampla maioria no congresso, e, sobretudo, conservou o partido justicialista ao seu lado, mantendo seus principais rivais dentro do partido sob controle.³¹⁹

No campo social surgem os piquetes, grupos de atores sociais, em geral desempregados e trabalhadores, insatisfeitos com o rumo econômico e social que a Argentina tomou. Os piquetes foram criados principalmente na província de Buenos Aires em 1997, à medida que o desemprego e a pobreza aumentaram e não receberam as devidas soluções do Estado. Para combater este problema, Menem lançou o “Plano Trabalhar”, financiado pelo Banco Mundial, que oferecia subsídios para os desempregados em troca de prestação de serviços em obra pública.³²⁰ Durante o governo De La Rúa, o programa foi sendo progressivamente reduzido até o colapso do governo da Aliança.

³¹⁷ ORTIZ, Ricardo e SCHORR, Martin. Op. Cit. P. 15.

³¹⁸ VADELL, Javier Alberto. Op. Cit. P. 13.

³¹⁹ Ibidem. P. 15.

³²⁰ BONVECCHI, Alejandro. Op. Cit. P. 205.

No governo Duhalde foi criado o programa “Chefes do Lar”, com o mesmo princípio do “Plano Trabalhar”. Kirchner por sua vez, ciente do poder mobilizatório dos piquetes, “resolveu iniciar sua gestão tentando seduzir essas organizações e estabelecer uma convivência pacífica com seus dirigentes.”³²¹ O peronismo, tradicionalmente apoiado nas bases sindicais, buscava, através de subsídios e da legislação o apoio popular necessário para as reformas e para a contenção do protesto social.³²²

A ausência de uma oposição organizada foi outro fator que deu margem de manobra para Kirchner. Durante as eleições, Ricardo López Murphy e Elisa Carrió, dois dissidentes da Unión Cívica Radical (UCR), conseguiram obter 16,37% e 14,05% dos votos respectivamente. No entanto, o candidato oficial da UCR, Leopoldo Moreau, só obteve 2,34% dos votos. Isto indica que a fragmentação do espaço não peronista isolou as lideranças políticas capazes de fazer frente ao avanço do peronismo.³²³

Para Bonvecchi é difícil precisar até que ponto o governo de Kirchner se distancia dos seus antecessores. Neste sentido, afirma que o crescimento econômico solucionava as maiores preocupações da população. Enquanto o cenário externo permitir, a economia argentina certamente conseguirá manter as taxas de crescimento. Contudo, é preciso a realização de um planejamento em longo prazo e tomar certos cuidados preventivos para quando a conjuntura internacional tornar-se desfavorável e a economia nacional não sofrer tanto.³²⁴

Kirchner terminou seu mandato em 10 de dezembro de 2007. Sua mulher, Cristina Kirchner, que ocupava o cargo de senadora, havia vencido as eleições presidenciais de outubro e assume o governo no dia seguinte.³²⁵

1.3 - Economia

Em 2003, o cenário econômico enfrentado por Kirchner era desastroso. O país vinha enfrentando anos de recessão, com uma parte significativa da população abaixo da linha de pobreza e 18% da população desempregada em 2002.³²⁶ A reativação econômica ocorreu aos poucos. A indústria se apoiou na substituição de importações e no aumento das exportações.

³²¹ Idem.

³²² Ibidem. P. 211.

³²³ Ibidem. P. 213.

³²⁴ Ibidem. P. 210.

³²⁵ ARGENTINA. **Presidência Argentina.**

³²⁶ KEIFMAN, Saul. Op. cit. P. 670.

Boa parte da recuperação econômica argentina se deu graças ao contexto externo. Com o ataque terrorista de 2001 e os EUA envolvidos na “guerra contra o terror”, os países em desenvolvimento que não estivessem envolvidos nem com o terrorismo e nem com a produção de armas de destruição em massa, alcançaram uma maior margem de manobra política. Ademais, a partir de 2002, o preço das *commodities* estava em alta e havia maior liquidez internacional, juntamente com a política de juros baixos dos EUA, beneficiaram em muito os países exportadores daqueles produtos.³²⁷

O PIB argentino começou a crescer a partir do segundo e terceiro trimestre de 2002. Estimulado pela desvalorização cambial, o setor exportador foi o carro-chefe deste início de recuperação econômica, mudando os preços relativos a favor da produção doméstica e impulsionando o setor produtivo de bens de consumo. Desta forma, iniciou-se um novo processo de substituição de importações.³²⁸ Produtos que antes eram importados, tais como os pisos cerâmicos, passaram a ser produzidos internamente.³²⁹ Um dos principais problemas do governo Kirchner era restaurar o mercado interno, abalado pelos baixos níveis de investimento, de gasto público e de consumo, devido à queda do salário real e a falta de políticas inclusivas.³³⁰

O governo lançou um programa de subsídio aos desempregados e os salários reais aumentaram, incrementando o consumo. A inflação foi controlada e o desempenho do setor de exportações continuou a ter grande importância.³³¹ O processo de substituição de importações conectou-se positivamente à recuperação da renda interna e, em 2003, o consumo interno tornou-se o carro-chefe do crescimento econômico.

“Na medida em que a produção vem crescendo, aumenta também a demanda por trabalhadores e, conseqüentemente o salário real, que tem mostrado um certo ritmo de expansão, ainda que modesto e insuficiente para recuperar o nível de renda da população em relação ao início da década passada”³³²

³²⁷ VADELL, Javier Alberto. op. cit. P. 16.

³²⁸ LAUAR, Vinícius Gontijo e CUNHA, Patrícia Helena. **A Recuperação da Economia Argentina: origens, dinâmica e desafios.** In: XII Encontro Nacional de Economia Política, 2007, São Paulo. XII Encontro Nacional de Economia Política - Brasil e América Latina no Capitalismo Contemporâneo-Caderno de Resumos, 2007. P. 12.

³²⁹ FERREIRA, Lucas dos Santos e NAPOLEÃO, Fábio. **Um balanço da economia argentina nos anos 1990/2000: do retrocesso ao crescimento.** Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area01/1076_Lucas_dos_Santos_Ferreira.pdf>. Acesso em: 06/06/2010. p. 7.

³³⁰ KEIFMAN, Saul. Op. cit. P. 670.

³³¹ LAUAR, Vinícius Gontijo e CUNHA, Patrícia Helena. Op. cit. P. 13.

³³² Ibidem. P. 14.

Para Laugar e Cunha, o governo Kirchner adotou duas estratégias para a recuperação econômica. A primeira delas foi o chamado “modelo do dólar alto”, isto é, manter o valor da moeda nacional inferior ao valor do dólar para estimular as exportações, a produção de bens transacionáveis e, por fim, a redução da dependência de capital financeiro internacional. A segunda estratégia foi a adoção de uma âncora monetária, que fazia o controle da inflação indiretamente.³³³ Este controle também se dava através de subsídios e insumos industriais constantemente engendrados pelo governo.

“o governo adotou uma estratégia de acumulação de reservas internacionais, reduzindo o nível de exposição do país aos riscos dos mercados financeiros internacionais e evitando a valorização do peso ao reduzir a quantidade de dólares em circulação.”³³⁴

Durante o governo Menem, o capital que entrava na Argentina não gerava um aumento na produção e não incentivava a substituição de importações. Ao romper com o modelo econômico neoliberal, a Argentina foi capaz de revitalizar a atividade produtiva. A moratória da dívida externa durante o governo Saá deu fôlego ao orçamento público, possibilitando o investimento e o aumento dos gastos estatais. Num cenário em que as *commodities* tiveram um aumento dos preços no mercado externo e o peso estava desvalorizado, a Argentina se beneficiou das exportações e foi capaz de iniciar sua recuperação econômica. Após a normalização das finanças, o setor privado foi capaz de iniciar uma nova onda de industrialização via substituição de importações, que, juntamente com a recuperação das exportações foram essenciais para a reativação econômica da Argentina.³³⁵

A interrupção dos pagamentos da dívida, a saída da convertibilidade e a melhora na situação do cenário externo, possibilitaram a reversão das principais orientações econômicas de Menem e da Aliança desde o governo Duhalde. A interrupção dos pagamentos permitiu gerar poupança fiscal e um maior investimento do governo no país. A saída da convertibilidade também contribuiu para isso, além de aumentar a competitividade das exportações, encareceu as importações e repôs as indústrias substitutivas que haviam desaparecido no período anterior. Por fim, a queda

³³³ Idem.

³³⁴ Ibidem. P. 15.

³³⁵ Ibidem. P. 20.

das taxas de juros internacionais aumentou o fluxo de investimento nos países em desenvolvimento.³³⁶

O comportamento de Kirchner com relação aos empresários foi bastante variável. Os representantes dos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, reunidos na AEA (Asociación Empresaria Argentina) e os representantes do setor financeiro, por exemplo, mal conseguiram se reunir com Kirchner, enquanto os pequenos e médios empresários foram procurados pelo presidente por diversas vezes. A única exceção foi o setor petrolífero, com o qual Kirchner possuía boas relações desde seu mandato de governador. A Unión Industrial Argentina (UIA) se reorganizou, orientando suas ações para o mercado externo. Os bancos privados nacionais também firmaram alianças entre si, de forma a excluir bancos estrangeiros.³³⁷

Kirchner também criticou os dirigentes das empresas privatizadas das áreas de telefonia, energia elétrica, água e gás por pretenderem aumentar as tarifas. O presidente afirmou que seria feita uma revisão nos contratos e nos investimentos realizados pelas empresas e só então novos contratos de concessão seriam realizados.³³⁸ Também aumentou as obras públicas em infra-estrutura, estradas e transportes. E voltou suas atenções para a promoção das Pequenas e Médias Empresas, aumento dos investimentos na indústria e das exportações, recuperação do consumo interno e superávit fiscal.³³⁹

Tabela 8 – Dados Econômicos da Argentina entre 2000 e 2007

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
PIB em U\$ bilhões	284,203	268,696	102,040	129,597	153,129	183,193	214,066	260,768
Crescimento do PIB (em %)	-1	-4	-11	9	9	9	8	9
PIB per capita em U\$	7.696	7.203	2.710	3.410	3.994	4.736	5.486	6.624
Crescimento do PIB per Capita (em %)	-2	-5	-12	8	8	8	8	8
Taxa de desemprego da população economicamente ativa (em %)	15	18	18	16	13	11	10	9
População que vive com 2U\$ por dia (em %)	5	7	10	8	5	4	3	2

Fonte: World Databank – World Bank. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do>>. Acesso em: 20 de julho de 2010.

³³⁶ BONVECCHI, Alejandro. Op. cit. P. 197.

³³⁷ Ibidem. P. 201.

³³⁸ Ibidem. P. 200.

³³⁹ ARGENTINA. **Presidência Argentina.**

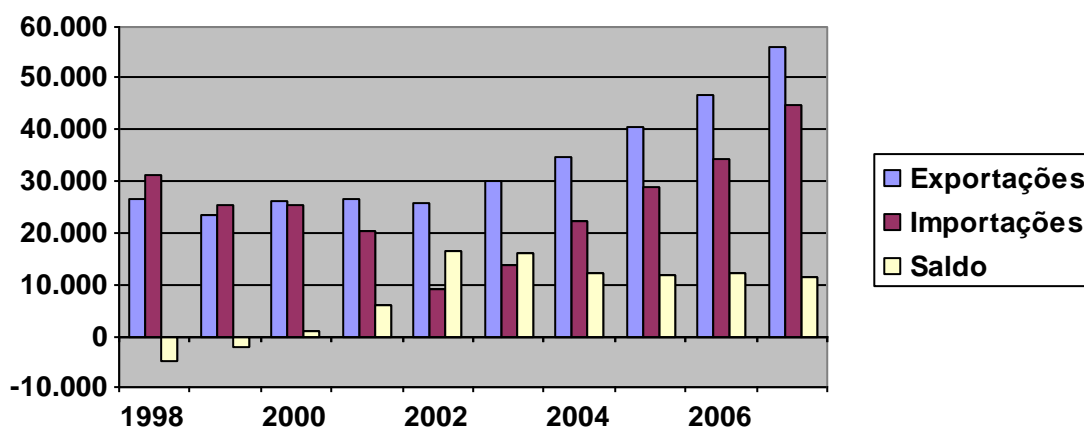
Como podemos ver na Tabela 8, o PIB argentino atingiu o valor de 102 bilhões de dólares em 2002. Este valor é bem próximo do obtido pelo país em 1989 e 1990, início do governo Menem. Ao final do governo Kirchner observamos que o PIB atingiu o valor de 260 bilhões de dólares, bem próximo ao obtido no auge da conversibilidade em 1998. Os dados ainda nos mostram o ritmo de crescimento do PIB e do PIB per capita, que atingiram uma taxa de crescimento de 9% e 8%, respectivamente, entre 2003 e 2007. Da mesma forma, a tabela nos mostra a queda da porcentagem da população que vivia com menos de 2 dólares por dia.

Segundo Lauar e Cunha, o crescimento do PIB argentino, ocorreu desde a ruptura da convertibilidade, aumentando a oferta de emprego e, conseqüentemente todos os demais indicadores sociais.³⁴⁰ Como podemos ver na tabela 8, a taxa de desemprego no país começa a despencar a partir do governo Duhalde. Em 2002 o desemprego atingiu 18% da população economicamente ativa. Anos depois, esta taxa vai se reduzindo até atingir os 9% da população em 2007. A taxa da população que vivia com menos de 2 dólares por dia também caiu. Em 2002 esta taxa atingiu seu ápice, afetando 10% da população argentina. Em 2007, a taxa registrada foi de 2%.

Por sua vez, o Gráfico 2 nos mostra o desempenho do setor exportador argentino em dois momentos distintos. No primeiro, entre 1998 e 2002, durante os governos Menem e de De la Rúa, as importações argentinas eram superiores às exportações, resultando num déficit na balança comercial. A partir da crise econômica, que reduziu as importações, e graças às reformas engendradas por Duhalde e Kirchner, as exportações superaram as importações e o saldo da balança se torna positivo. Ao longo da gestão de Néstor Kirchner as exportações e as importações aumentam, mas a balança comercial se tornou favorável à Argentina.

Gráfico 2 - Exportações e importações argentinas em milhões de dólares entre 1998 e 2007.

³⁴⁰ LAUAR, Vinícius Gontijo e CUNHA, Patrícia Helena. Op. cit. P. 2.



Fonte: Indec – Instituto Nacional de Estadística y Censos de La República Argentina. Disponível em: <http://www.indec.mecon.ar/principal.asp?id_tema=532>. Acesso em: 20 de julho de 2010.

Apesar destes índices Grugel e Riggiozzi são mais cautelosos em relação ao modelo econômico de Kirchner. Segundo eles o ano de 2002 marcou o fim do neoliberalismo e o início de um modelo econômico pautado no nacionalismo: “the crisis of 2001 proved to be a turning point from which an alternative Project of political and economic governance has developed.”³⁴¹

Alguns estudiosos chamam este período de neo-desenvolvimentismo. Este período seria marcado por características do desenvolvimentismo da década de 1970, baseado na inclusão social, na gestão de conflitos sociais, na economia comandada pelo Estado e na revitalização do mercado interno. O Neo-desenvolvimentismo é uma estratégia de crescimento baseada na prudência macroeconômica, numa intervenção estatal moderada e na re-industrialização. A recuperação econômica da Argentina se baseou na queda do preço dos produtos exportados e no estímulo à indústria. A paz social foi restabelecida graças às políticas sociais, à inclusão política e às premissas positivas com relação ao emprego.³⁴²

Mas a longo prazo, Grugel e Riggiozzi afirmam que existem muitas dificuldades a serem enfrentadas por este modelo.³⁴³ O crescimento econômico nacional não pode se desprender do contexto mundial. Desta forma, além do governo ter de manter investidores internacionais, teria de conter as oscilações na economia mundial. Outra limitação diz respeito ao combate à desigualdade. Longe de ser uma meta do

³⁴¹ GRUGEL, Jean e RIGGIOZZI, Maria Pia. **The return of the State in Argentina**. Disponível em: <http://www.worldeconomyandfinance.org/working_papers_publications/working_paper_PDFs/WEF0018.pdf>. Acesso em: 12/12/2011. P. 29.

³⁴² Idem.

³⁴³ Idem.

governo, segundo Grugel e Riggiozzi, a redistribuição parece ser mais um mecanismo de contenção de conflitos entre a classe trabalhadora e a empregadora.³⁴⁴ E, por fim, o governo deve incentivar ainda mais as exportações e controlar a inflação, assegurando que o mercado doméstico consiga ser capaz de absorver satisfatoriamente a produção, evitando inflação, deflação e desempregos.³⁴⁵

Contudo, podemos perceber que Kirchner reverteu boa parte das medidas econômicas liberais de Menem. Inicialmente, fortaleceu seu poder substituindo a cúpula das forças armadas e da Suprema Corte. Incentivado pela recuperação da economia argentina, Kirchner iniciou a renegociação da dívida externa com o FMI, ao mesmo tempo em que reformulava a política externa, aproximando-se do Brasil e se afastando dos Estados Unidos. A economia, beneficiada pelo contexto internacional, voltou a crescer graças ao setor exportador. Ademais, à queda nas importações, resultado direto do fim da conversibilidade, incentivou um novo ciclo de industrialização via substituição de importações, alimentado pela crescente demanda interna.

2 - A perspectiva do Banco Mundial sobre a economia argentina entre 2003 e 2007

Ao longo do governo Menem, o Banco Mundial incentivou as medidas neoliberais recém-implantadas no país. O otimismo do banco era devido a não interferência do Estado na economia e aos altos índices de crescimento da economia. Durante o governo De la Rúa, o Banco Mundial manteve seu otimismo com a situação argentina, mesmo quando o país enfrentava sua pior crise econômica.

No período da crise, iniciada ao final do governo Menem, famílias de classe média se viam pela primeira vez incluídas na linha da pobreza. Para o Banco, estes “novos pobres” diferem dos demais devido a seu nível educacional e ao aumento das reivindicações. Desta forma, cabia ao governo a reestruturação econômica, gerando mais empregos e serviços básicos a toda população. O governo Kirchner, portanto, deveria aumentar os gastos sociais, contrastando com a gestão anterior.³⁴⁶

O sistema bancário argentino, peça fundamental para a sustentação do regime de conversibilidade, sobreviveu às crises da década de 1990. Entretanto, este sistema

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ HICKS, Norman. **Argentina Crisis and Poverty 2003**. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2003/10/08/000012009_20031008104201/Rendered/PDF/261270AR.pdf>. Acesso em: 10/09/2010.

estava atolado em papéis da dívida pública e sofreu com uma crise fiscal sem precedentes no país, devido aos diversos adiamentos do governo em conduzir as reformas financeiras.³⁴⁷ O Banco afirma que esta crise desestruturou todo o sistema bancário, sendo responsabilidade do governo Kirchner a realização de uma série de novas políticas econômicas visando à reestruturação do sistema bancário, para que este possa contribuir para a reconstrução do país, financiando o crescimento econômico e a redução da pobreza.³⁴⁸

Com a crise econômica e política argentina em 2001 e 2002, o Banco reafirmou sua preocupação constante com a população que vivia abaixo da linha da pobreza. Em 2002 os indicadores alertavam que 20% da população argentina estava vivendo com menos de 2 dólares por dia.³⁴⁹ A instituição respondeu a essa urgente demanda com medidas para a assistência social através de empréstimos de milhões de dólares, voltados para investimentos em saneamento, saúde e educação.³⁵⁰

A combinação dos fatores econômicos, tais como performance fiscal inadequada, sobrevalorização do peso, choques externos com uma política fraca, abriu caminho para o colapso econômico.³⁵¹ Durante o governo Kirchner o Banco afirma ter adotado uma nova estratégia de assistência, buscando construir uma parceria de incentivos para a promoção do crescimento economicamente sustentável, almejando a igualdade e a inclusão social. As medidas de Néstor Kirchner transformaram a situação econômica argentina. A economia voltou a crescer graças ao crescimento das exportações, à queda das importações devido à desvalorização do peso e ao aumento do consumo interno.

Apesar de seu descontentamento em relação ao crescimento da pobreza ao longo das gestões anteriores à Kirchner, em 2004, o Banco demonstra otimismo na recuperação econômica do país e empresta milhões de dólares para a saúde infantil, reformas setoriais, aumento da competitividade e melhoria na transparência

³⁴⁷ GUTIERREZ, Joaquin e MONTES-NEGRET, Fernando. **Argentina Banking System: restoring financial viability**. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2004/03/08/000012009_20040308134358/Rendered/PDF/28081.pdf>. Acesso em: 10/09/2010 p. 1.

³⁴⁸ Ibidem. P. 44.

³⁴⁹ WORLD BANK. **The World Bank annual report 2003**.

³⁵⁰ Idem.

³⁵¹ CLINE, William R. **Restoring Economic Growth in Argentina**. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2003/11/10/000160016_20031110133658/Rendered/PDF/wps3158.pdf>. Acesso em: 10/09/2010.

governamental.³⁵² No último ano de governo Kirchner, o Banco voltou sua atenção para a manutenção do crescimento econômico e para a geração de empregos.³⁵³

A eleição de Néstor Kirchner deu à Argentina a oportunidade de entrada numa nova era. O período de relativa estabilidade favoreceu a recuperação econômica. O fechamento do acordo com o FMI é outro sinal da força do presidente em criar e conduzir um ambiente favorável aos investimentos.³⁵⁴ O governo argentino adotou uma estratégia que enfatizou o crescimento econômico com inclusão social.

“an appropriate goal in view of the high degree of poverty and inequality in the country. It is important to recognize that growth is not only essential, but that it is needed over sufficiently long periods and with sufficiently pro-poor impact so that all segments of the population can expect a notable improvement in their lives and their livelihoods.”³⁵⁵

O que se via sobre o Banco Mundial é que, no período anterior à posse de Kirchner, suas preocupações estavam voltadas para a questão social argentina, onde o cenário era marcado pelo desemprego e por parte da população se dirigindo para abaixo da linha da pobreza. Ao longo do mandato de Néstor Kirchner a posição cautelosa do Banco ganha contornos mais otimistas com relação ao futuro da Argentina. Contudo, para o Banco, não foram as medidas neoliberais que resultaram na situação econômica e social calamitosa em que se encontrava a Argentina em 2001. Mas sim a sobrevalorização do peso, os choques externos e a política fraca do governo De la Rúa. A sobrevalorização do peso prejudicou as exportações argentinas, em um cenário em que as demais moedas dos países em desenvolvimento já estavam desvalorizadas. Em segundo lugar, as crises econômicas dos países asiáticos, e depois da Rússia e do Brasil, secaram o financiamento externo, do qual a Argentina era dependente. E, por fim a política de De la Rúa em manter a conversibilidade afetou negativamente a economia do país. Certamente estes elementos contribuíram para a crise, mas a principal causa para a crise econômica foi a adoção das medidas neoliberais.

³⁵² WORLD BANK. **The World Bank annual report 2004**. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2004/10/5303653/world-bank-annual-report-2004-vol-1-2-year-review>>. Acesso em: 15/11/2011 p. 46.

³⁵³ WORLD BANK. **The World Bank annual report 2007**. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2007/06/8514626/world-bank-annual-report-2007-vol-1-2-year-review>>. Acesso em: 15/11/2011.

³⁵⁴ GUTIERREZ, Joaquin e MONTES-NEGRET, Fernando. Op. cit. p. 107.

³⁵⁵ VALDOVINOS, Carlos Fernández. **Growth, inequality, and social equity in Argentina**. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/12/16/000160016_20051216133202/Rendered/PDF/346450ENGLISH082NOV05ARGrowth.pdf>. Acesso em: 10/09/2010.

3 - A perspectiva do Fundo Monetário Internacional sobre a economia argentina entre 2003 e 2007

O Fundo Monetário Internacional, entre 1989 e 1999, incentivou os países em desenvolvimento a adotarem posturas voltadas a uma economia de mercado, reduzindo o protecionismo e a intervenção estatal. O governo Menem, ao adotar estas medidas liberalizantes, fez com que a Argentina se tornasse a referência do FMI para os países em desenvolvimento. Durante o governo De la Rúa e a intensificação da crise econômica, o Fundo afirma que prestou suporte técnico e financeiro para a Argentina desde o início da crise e recomendava que era necessário abrir a economia argentina ainda mais para contornar a crise pela qual o país atravessava.

Durante a crise, o Fundo Monetário Internacional diz que se empenhou na busca de um acordo com as autoridades argentinas para a realização de um programa que estabelecesse a cooperação entre o governo e a entidade no combate à crise econômica,³⁵⁶ assinalando que, para haver o retorno do crescimento à Argentina era necessária a cooperação entre os agentes internos e externos:

“The success of Argentina’s program will depend on good understanding and cooperation between Argentina, the Fund and Argentina’s creditors in a spirit of mutual trust and improved communications”³⁵⁷

De acordo com o FMI, apesar da terrível crise que assolou a América Latina entre 2001 e 2002, no segundo semestre de 2002 a economia voltou a crescer graças às exportações de *commodities* e ao seu alto valor. Ou seja, para o Fundo, a recuperação econômica da América Latina se deu graças à demanda externa. Entretanto, após um período de rearranjos internos, a própria demanda interna destes países passou a fomentar o desenvolvimento econômico.³⁵⁸ Na Argentina, assim como na América Latina, a recuperação econômica se deu principalmente pela atuação do setor exportador, beneficiado pelo alto valor do dólar. Posteriormente, o crescimento do PIB se deu graças ao consumo interno. O sistema bancário e a iniciativa privada foram

³⁵⁶ IMF. **Argentina Staff report fr the 2002 Article IV Consultation**. Disponível em:

<<http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2003/cr03226.pdf>>. Acesso em: 15/07/2011.

³⁵⁷ IMF. **IMF completes first review of Argentina’s stand-by and grants waivers**. Disponível em:

<<http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2004/pr0416.htm>>. Acesso em: 15/07/2011.

³⁵⁸ IMF – **World Economic Outlook – 2004**. Disponível em:

<<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2004/01/>>. Acesso em: 15/11/2011 p. 29.

fortificados.³⁵⁹ O FMI também atribuiu à queda nas importações uma notável causa para o recrudescimento da atividade industrial nesta região.³⁶⁰

“there are signs in Argentina that the economy may be over the worst. Since mid-2002, there has been a modest recovery in real GDP and strong growth in industrial production and construction; consumer confidence is rising; and unemployment has fallen, which partly reflects the growth of beneficiaries under employment support programs.”³⁶¹

De acordo com o FMI, em contraste com a hiperinflação da década de 1980 e com a recuperação da década seguinte, o governo argentino tem aproveitado das condições econômicas favoráveis para fortalecer suas posições fiscais, financiar suas obrigações com a dívida e melhorar sua estrutura de pagamento. O crescimento contínuo da Argentina é notável e o desemprego reduz em 2005.³⁶² Contudo, o Fundo chama atenção para as taxas de pobreza que continuaram altas e, mesmo com o rígido controle sobre os preços dos produtos e a estabilização alcançada, havia risco do retorno da inflação.³⁶³

O programa de Kirchner tinha como metas a reforma institucional, o fortalecimento do sistema bancário, o crescimento econômico sustentável, a geração de empregos, a equidade social³⁶⁴, e foi bastante elogiado pela diretoria do FMI, na medida em que tinha como metas a busca pela disciplina fiscal e o aumento dos investimentos.³⁶⁵ Ademais, a direção do FMI diz que o governo precisava reduzir todas as possíveis vulnerabilidades, apesar de estacar que as reformas não seriam fáceis de serem executadas devido à presença da oposição e por aqueles que tiverem interesses setoriais prejudicados.³⁶⁶

³⁵⁹ Ibidem. P. 32.

³⁶⁰ IMF – **World Economic Outlook – 2003**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2003/01/>>. Acesso em: 15/11/2011 p. 30.

³⁶¹ Ibidem. p. 32.

³⁶² Idem. p. 37.

³⁶³ Ibidem.. p. 32.

³⁶⁴ IMF. **Transcript of a press briefing by Thomas C. Dawson**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/tr/2003/tr030910.htm>>. Acesso em: 15/07/2011.

³⁶⁵ IMF. **IMF Managing Director Issues Statement of Support for Argentina's New Medium-term Program**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2003/pr03154.htm>>. Acesso em: 15/07/2011.

³⁶⁶ IMF. **Argentina** – letter of intent, memorandum of economic and financial policies, and technical memorandum of understanding. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/loi/2003/arg/03/index.htm>>. Acesso em: 15/07/2011.

Quando, em 2005, a Argentina paga boa parte dos empréstimos antes dos vencimentos, o FMI se surpreende com a rápida recuperação do país.³⁶⁷ De acordo com o Fundo, o crescimento da Argentina se encontra sustentado sobre três pilares: manutenção de uma taxa de câmbio competitiva, prudência fiscal e política de atração de investimentos.³⁶⁸ Tal crescimento repercutiu nas condições socioeconômicas, no aumento do consumo, na queda do desemprego e na diminuição da pobreza e da indulgência.³⁶⁹

Por fim, em 2007, convencidos da recuperação econômica Argentina, Strauss-Kahn, diretor geral do FMI entre 2007 e 2011, elogia a gestão de Néstor Kirchner e deseja sorte a sua sucessora, Cristina Kirchner:

“Following the strong economic recovery of recent years, the challenge now is to continue to improve, in a lasting way, the living standards of all Argentine people. [...] I take the opportunity to wish President Fernández Kirchner well, and offer our support in helping her government implement its economic development and social policies.”³⁷⁰

4 - A trajetória da indústria argentina entre 2003 e 2007

Entre a década de 1960 e início da década de 1970, a fase final do processo de substituição de importações se caracterizou pela diversificação da malha industrial, ainda que com inúmeras restrições e limitações de diversas origens. Para Azpiazu e Schorr o perfil da malha industrial argentina não é alterado na década de 1990 com a conversibilidade. Ao fim deste processo, o que se vê é um aprofundamento das características setoriais da estrutura industrial argentina, amplamente baseada na especialização de setores de pouco dinamismo a nível mundial, tais como a agroindústria e as fábricas de insumos básicos.

“Se trata, en su mayoría, de manufacturas que se caracterizan por poseer estructuras de oferta oligopólica y en las que los salarios desempeñan un

³⁶⁷ IMF. **IMF completes first review of Argentina’s stand-by and grants waivers.**

³⁶⁸ IMF. **Argentina announces its intention to complete early repayment of its entire outstanding obligations to the IMF.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2005/pr05278.htm>>. Acesso em: 15/07/2011.

³⁶⁹ IMF. **IMF Statement.** Disponível em: <<http://www.imf.org/External/AM/2007/imfc/statement/eng/arg.pdf>>. Acesso em: 15/07/2011 p.6.

³⁷⁰ IMF. **Statement by IMF Managing Director Dominique Strauss-Kahn.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2007/pr07285.htm>>. Acesso em: 15/07/2011.

papel mucho más asociado a su condición de costo empresario que de factor dinamizador de la demanda interna.”³⁷¹

No dia sete de janeiro de 2002, pouco tempo depois da declaração unilateral de moratória da dívida, através da Lei de Emergência Pública e Reforma do Regime Cambial³⁷², foi formalizada a saída do regime de conversibilidade, que se discutia desde 2001. Os setores que defendiam a dolarização da economia se apoiavam nos setores transnacionais ligados à prestação de serviços públicos e no sistema financeiro. Já aqueles que defendiam a desvalorização do peso, acenavam com as inúmeras possibilidades econômicas no mercado mundial, principalmente devido às exportações de recursos naturais. Eram os grandes grupos econômicos de capital nacional e estrangeiro com importante presença dos setores manufatureiros e dos setores ligados à produção primária quem apoiava a desvalorização.³⁷³

“Cabe destacar que esta propuesta contó con el respaldo de amplias capas de la sociedad a partir de la conformación de una alianza heterogénea entre diversos sectores empresarios, políticos, académicos y sindicales que se estructuró, en lo ideológico-discursivo, alrededor de la defensa de categorías muy caras a la tradición del movimiento popular en la Argentina (“industria”, “producción y trabajo”, “burguesía nacional”, “nación”, etc.).”³⁷⁴

Uma das principais características da pós-conversibilidade é que a principal “política” voltada para a indústria era a própria desvalorização da moeda, já que desde 2002 não havia nenhuma estratégia de desenvolvimento industrial.³⁷⁵ Além da baixa diversificação e a grande especialização da malha industrial argentina:

“En síntesis, en la posconvertibilidad se experimentó un proceso de reindustrialización, si bien acotado tanto cuantitativa como cualitativamente. [...] De todos modos, no es menos cierto que la mano del “dólar alto” no se produjo un cambio estructural en la industria doméstica, es decir, que no se avanzó en la redefinición del perfil de especialización productiva resultante de las políticas del neoliberalismo.”³⁷⁶

Para Azpiazu e Schorr, a indústria não se comportou de maneira homogênea neste período. Aquelas atividades, em que prevaleciam as pequenas e médias empresas, revelaram baixas taxas de incremento de preços relativos entre 2001 e 2007. Este é o

³⁷¹ AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martin. Op. Cit. P. 236.

³⁷² ARGENTINA. Lei 25.561 – Lei de Emergencia Publica y Reforma del regimen cambiario.

³⁷³ AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martin. Op. Cit. P. 228.

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ Ibidem. P. 230.

³⁷⁶ Ibidem. P. 241-242.

caso dos setores têxtil, de calçados, máquinas e ferramentas, que são setores voltados ao mercado interno e com baixo acesso ao mercado internacional.³⁷⁷ Em contrapartida, como consequência do aumento dos preços dos produtos importados, algumas indústrias tiveram uma melhoria nos preços relativos. São os casos da indústria de cervejas, maquinaria agrícola, cimento e cal, siderurgia, alumínio, azeites e óleos.³⁷⁸

Entre 2002 e 2007 a economia e a indústria experimentaram um crescimento acelerado e sustentável que permitiu reverter o prolongado processo de desindustrialização que vinha das últimas duas décadas.³⁷⁹ Em 2002, após todas as mudanças cambiais e dos preços relativos, foram assentadas as bases para uma nova dinâmica na economia doméstica e dos distintos setores de atividade. Em termos de ritmo de expansão se destacam as indústrias alimentícias, as metal-mecânicas, as dos setores automotivo e as de substâncias químicas básicas.³⁸⁰

No pós-conversibilidade a industrialização dos recursos naturais (produtos agropecuários e petrolíferos), os produtos químicos, a siderurgia, a produção de alumínio e a indústria automotriz se consolidaram como as principais atividades do setor industrial, concentradas nas exportações, remunerando mal seus empregados e com condições externas bastante favoráveis.³⁸¹

De fato, favorecidas pelo fim da conversibilidade, pelo dólar valorizado e pelo contexto externo, as indústrias argentinas voltadas para a exportação se consolidaram como fatores dinamizadores da economia.³⁸² Para Azpiazu e Schorr, em acordo com o proposto por Bonvecchi, a especialização da indústria nacional em alguns setores, tais como os de produtos alimentícios, estava associada com o aproveitamento das vantagens comparativas derivadas da quantidade de recursos naturais.³⁸³ Este setor foi um dos que mais cresceu com o fim da conversibilidade. Azpiazu e Schorr afirmam que ainda se inclui neste grupo as carnes, pescados, frutas, legumes, hortaliças, azeites e óleos.³⁸⁴

Ocorre, porém que, ao se basear no mercado externo, a produção industrial se torna refém da volatilidade internacional e gera uma forte incerteza no mercado interno.

³⁷⁷ Ibidem. P. 232.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ Ibidem. P. 233.

³⁸⁰ Ibidem. P. 235.

³⁸¹ Ibidem. P. 237.

³⁸² Ibidem. P. 243.

³⁸³ BONVECCHI, Alejandro. Op. Cit.

³⁸⁴ AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martin. Op. Cit. P. 244.

A situação ainda se agrava quando boa parte da produção industrial é de matéria-prima transformada, com baixo valor agregado – sendo a única exceção o setor automotivo.³⁸⁵

Durante a conversibilidade a balança comercial argentina operava em déficits. Somente a partir de 2002 é que ocorre uma mudança significativa, na qual a indústria manufatureira voltou a registrar superávits.³⁸⁶ Os poucos setores geradores de divisas assumem uma centralidade decisiva na dinâmica setorial, e, por isso, no conjunto da economia nacional. Como conseqüência detém um importante poder de veto sobre as políticas públicas e sobre o funcionamento do aparato estatal. Na pós-conversibilidade, entre 2001 e 2007, os setores que se beneficiaram do cenário descrito registraram superávits comerciais, enquanto que o resto da indústria operou com déficits.

“Indudablemente, el principal factor que permite explicar semejante cuadro de heterogeneidad estructural es el hecho de que las firmas que conforman la elite sectorial suelen integrarse a grandes unidades económicas, que cuentan con favorables posibilidades y perspectivas en materia financiera y un ciclo de acumulación y reproducción ampliada de sus capitales fuertemente transnacionalizado y, en el plano interno, de escaso “grado de industrialización”. Este último se debe a que se insertan principalmente en rama ligadas al procesamiento de recursos básicos (agroindustria, hidrocarburos, acero y aluminio y sus derivaciones, y algunos productos químicos) y al ámbito automotor.”³⁸⁷

Os demais segmentos industriais, que em sua maioria sofreram com a crise de desindustrialização desde a década de 1970, enfrentavam problemas de competitividade com os produtos importados, mesmo com o “dólar alto” e com diversos fatores internos, tanto institucionais quanto normativos.³⁸⁸ Ou seja, mesmo que a política do “dólar alto” e o fim da conversibilidade tenham contribuído para uma melhora na situação da indústria como um todo, os maiores beneficiários ainda foram os grandes grupos.³⁸⁹

Sem dúvida, a manutenção do equilíbrio macroeconômico (dólar alto, aproveitamento das vantagens comparativas pela indústria etc.)³⁹⁰ e a recuperação da demanda interna, associados a uma maior geração de empregos e a melhora nos salários a partir de 2005, assumiram um papel decisivo para impulsionar e sustentar o crescimento fabril, mesmo que heterogeneamente distribuído. Mas havia uma falta de políticas industriais atrás para que este ciclo fosse sustentável a longo prazo.

³⁸⁵ Ibidem. P. 246.

³⁸⁶ Ibidem. P. 249.

³⁸⁷ Ibidem. P.257.

³⁸⁸ Ibidem. P.258.

³⁸⁹ Idem.

³⁹⁰ BONVECCHI, Alejandro. Op. Cit.

“En otros términos, el “dólar alto” con bajos saláridos a escala mundial, los equilibrios macroeconómicos, el tan pregonado “superavit gemelo” (fiscal y comercial) y la recuperación del mercado interno habrían configurado, en cierto sentido, condiciones necesarias pero no suficientes para garantizar un desarrollo industrial que, cuando menos, conllevara una paulatina transformación del propio perfil productivo sectorial inscripta en una redefinición de las modalidades de inserción en la división internacional del trabajo.”³⁹¹

Mesmo para as PMEs, que tiveram bastante relevância devido à discussão acadêmica e política que se instaurou após a enorme crise no setor, obtiveram escassas políticas orientadas a elas.³⁹²

“la principal “política industrial” implementada en la posconvertibilidad fue la vinculada com el fomento a determinadas inversiones sectoriales, que se vio plasmada em la Ley 25.924 de Promoción de Inversiones em Bienes de Capital y Obras de Infraestructura, sancionada a mediados de agosto de 2004.”³⁹³

O objetivo desta lei era a convocação de empresas interessadas na apresentação de projetos de investimentos em Bens de Capital, excluindo os projetos voltados para os setores automotivo e de construção civil.³⁹⁴ Contudo, esta política industrial somente propiciou a consolidação de oligopólios locais e aprofundou o processo de concentração e centralização do capital.

Entre o fim da conversibilidade e o ano de 2007, a indústria argentina foi caracterizada pela sua expansão, acompanhada de uma intensa concentração econômica. Apesar disto, esta etapa foi expansiva e viabilizou certo grau de re-industrialização no país.

“De esta forma quedó de manifiesto que los principales estamentos de clase ganadores en la posconvertibilidad fueron aquellos grandes capitales insertos en los sectores fabriles privilegiados por las acciones y las omisiones estatales en diversas frentes [...] y estrechamente vinculados con el mercado mundial, fundamentalmente debido a su posicionamiento oligopólico en los rubros productivos “bendecidos” por la dotación de factores.”³⁹⁵

³⁹¹ AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martin. Op. Cit. P. 273

³⁹² Idem.

³⁹³ Ibidem. P. 274.

³⁹⁴ DELGADO, I. CONDÉ, E. MOTTA, H. & BRIGATO, A. **PRODUTO 5 – A Política Industrial Brasileira Para Setores Selecionados e a Experiência Internacional**: análise comparativa dos ambientes institucionais de negócios nos EUA, Alemanha, Coréia do Sul, Espanha, Argentina, México e Brasil. Relatório Parcial do Projeto Estudo comparativo de política industrial: as trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coréia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha apresentado à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, nos termos do CONTRATO No 009/2008 - ABDI-FUNDEP/UFMG.

³⁹⁵ AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martin. Op. Cit. P. 283.

A indústria argentina sofreu por um processo longo de desestruturação. Durante a gestão de Carlos Menem, o modelo neoliberal, por ele implantado, apesar de beneficiar as grandes indústrias voltadas para a exportação e os grupos financeiros do país, desfez a malha industrial nacional construída ao longo dos anos 1960 e 1970. As pequenas e médias indústrias foram abaladas por este modelo e muitas faliram. A manutenção deste regime durante o governo De la Rúa, não alterou esta realidade. Apenas quando Duhalde decretou o fim da conversibilidade é que podemos vislumbrar alguma melhora na indústria argentina. Durante o governo Kirchner, o fim da conversibilidade possibilitou uma melhora nas exportações e um novo processo de industrialização via substituição de importações, devido ao alto preço dos produtos importados.

O que foi ressaltado acima é que esta re-industrialização da Argentina não se deu de forma homogênea pelo país nem pelos setores. Os setores especializados em exportação, tais como os produtos químicos, a siderurgia, a produção de alumínio e a indústria automotriz, foram largamente beneficiados durante o governo Kirchner. A grande questão que surge é como tornar este processo de industrialização sustentável a longo prazo, para que não haja mais episódios de grandes crises e desestruturações econômicas no país.

5- O legado do governo de Néstor Kirchner

Ao longo deste capítulo observamos as diferenças entre o governo de Menem, pautado no neoliberalismo, e o governo de Kirchner, com bases neo-desenvolvimentistas. Ao ser eleito, Kirchner aproveitou-se da ausência de uma oposição melhor organizada e aprofundou suas reformas estruturais. De início substituiu a cúpula das forças armadas e da Suprema Corte, afastando os antigos aliados de Carlos Menem. Ademais, defendeu uma maior intervenção do Estado e continuou com os projetos sociais iniciados no governo Duhalde. Destacamos que, durante o governo Kirchner, em três aspectos básicos ocorreram rupturas importantes com relação ao governo Menem: a relação com o FMI, as relações internacionais e a desindustrialização da economia.

Após organizar o espaço interno, Kirchner voltou a negociar com o FMI. A declaração da moratória da dívida externa, ainda no governo de Rodriguez Saá, foi negociada durante o governo Kirchner, num processo de desendividamento da Argentina. Contudo, este estava fortalecido politicamente, devido à recuperação econômica argentina. O rápido crescimento econômico e as perspectivas de melhorias

no campo social possibilitaram uma rápida recuperação institucional e a legitimação do governo após a crise.³⁹⁶

“Duhalde and Kirchner successfully engineered recovery after crisis, re-established governance and reasserted the legitimacy of the state; but, equally, Argentina remains a long way from having institutionalized a coherent – and even further from an equitable – program for long term development.”³⁹⁷

Desta forma, a Argentina consegue acordos mais vantajosos que outros países, muito em parte devido a atuação presidencial de pressionar a instituição financeira e de dividir a responsabilidade do colapso econômico entre as gestões presidenciais anteriores e o FMI.

O presidente também alterou a política externa do país. Anteriormente, o governo Menem aliou-se aos Estados Unidos. Contudo, Duhalde e Kirchner preferiam manter uma maior margem de manobra frente aos Estados Unidos, aprofundando as relações com o Brasil e dando mais importância ao MERCOSUL.

A política econômica também foi alterada. A abertura econômica e o *currency board* afetaram negativamente toda a produção argentina. Desta forma o governo Kirchner buscou a recuperação econômica através da maior intervenção do Estado. A indústria voltou a crescer, principalmente devido ao setor exportador. As exportações argentinas cresceram vertiginosamente devido a dois fatores, a saber, o “modelo do dólar alto” - que beneficiou as exportações - e os ataques terroristas de 11 de setembro - resultaram num aumento dos preços das *commodities*.

Devido ao crescimento do setor exportador a economia voltou a crescer. O fim da conversibilidade encareceu os produtos importados, incentivando uma nova onda de industrialização via substituição de importações. Ademais, com a melhoria econômica, a própria demanda interna passou a alimentar este processo.

Inicialmente, o Banco Mundial via o governo Kirchner com cautela, e afirmava que agora sua preocupação era com a população pobre do país. À medida que o governo vai se mostrando eficaz no combate à crise, a postura do Banco se mostra cada vez mais otimista com relação ao governo Kirchner. Contudo, o Banco atribuiu a crise econômica ocorrida na Argentina a elementos que eram resultados do modelo neoliberal de Menem, e não ao modelo em si.

³⁹⁶ GRUGEL, Jean e RIGGIOZZI, Maria Pia. Op. cit. P. 29.

³⁹⁷ Ibidem. P. 30.

Ao mesmo tempo, o FMI estava mais preocupado com a economia. O Fundo se mostrou lúcido sobre a recuperação econômica argentina. De acordo com a instituição, a crise mundial aumenta o valor das *commodities*, e o fim da conversibilidade aumenta os preços dos produtos importados. O setor exportador se beneficiou deste contexto e uma nova onda de industrialização via substituição de importações ocorreu. Após este momento, a própria demanda nacional sustentaria a industrialização do país. Entretanto, a única preocupação do Fundo era a possibilidade da volta da inflação, que minaria todos os avanços do governo Kirchner. Embora, ao fim do governo, o Fundo se mostra otimista.

Por fim, quanto a indústria argentina, podemos afirmar que seu desempenho não foi homogêneo. As indústrias voltadas para o mercado interno tiveram um bom crescimento graças à demanda interna que foi se restabelecendo com o crescimento da oferta de empregos e o aumento dos salários reais. Este foi o caso dos setores têxtil, de calçados, máquinas e ferramentas, que são setores voltados ao mercado interno e com baixo acesso ao mercado internacional.³⁹⁸ As indústrias voltadas para o mercado externo também obtiveram um excelente desempenho durante o governo Kirchner.

De fato, apesar das inúmeras críticas sobre o governo Kirchner em não apresentar uma política econômica nacional e sustentável, não podemos tirar o mérito de Duhalde e Kirchner, ambos do mesmo partido de Menem, de terem conseguido inverter o modelo econômico neoliberal. O modelo econômico de Kirchner, caracterizado pelo nacionalismo industrial e pautado nas exportações e no modelo de dólar alto, foi capaz de reativar a economia argentina num período de extremo descrédito nacional e internacional com relação ao futuro econômico argentino. Ao fim de seu mandato, Kirchner elevou a economia do país ao mesmo nível que estava antes da crise. Ademais, sustentou o processo de re-industrialização do país e, ao apoiar a candidatura de sua mulher à presidência, foi vitorioso.

³⁹⁸ AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martin. Op. Cit. P. 232.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto abordamos a trajetória política e econômica da Argentina entre 1989 e 2007. Observamos que a economia Argentina sofreu um importante processo de desestruturação da malha industrial, que aprofunda uma tendência verificada desde a ditadura militar. Na década de 1990, essa desestruturação ocorreu devido à adoção de medidas neoliberais na economia durante o governo Menem, apoiado pelas instituições financeiras internacionais, a saber FMI e Banco Mundial. Somente durante o governo de Kirchner é que a indústria argentina voltou a crescer. Além de afetar a indústria, o neoliberalismo na Argentina atingiu fortemente sua população, com o aumento do desemprego e da pobreza.

Como vimos no primeiro capítulo, nos anos 1980, os países latino americanos passaram por uma profunda crise, resultante do elevado endividamento externo. Para a solução deste problema, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, propunham a redução da intervenção do Estado na economia, difundindo as ideias de liberalização financeira dos mercados, a abertura econômica e a privatização das empresas estatais. O governo Menem, que assumiu em 1989, seguiu parte desses postulados. O presidente aliou-se aos Estados Unidos e, internamente, procurou sustentação junto aos grandes grupos empresariais e financeiros, obtendo também o apoio da Igreja, dos militares e dos sindicatos. Contudo, as primeiras reformas de Menem não foram eficazes. Quando Domingo Cavallo se tornou Ministro da Economia argentina, as reformas neoliberais são aprofundadas. Ao mesmo tempo em que as tarifas para os produtos importados diminuía e o ritmo das privatizações das estatais crescia, foi adotado o *currency board*, que estabeleceu a paridade entre o dólar e o peso e a livre troca de uma moeda pela outra nas casas de câmbio, extinguindo o problema da hiperinflação no país. Graças a estas medidas a inflação ficou sob controle.

“La creciente liberalización comercial y, especialmente, financiera acompañada y promovida por los organismos multilaterales como la OMC, el G7 y el G8, el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional, como articuladores de una racionalidad basada en la expansión del capital, consolidaron un escenario en que los países deben actuar en permanente competencia con los estados centrales en una posición de fragilidad.”³⁹⁹

³⁹⁹ GAITÁN, Flavio. **Estado, Instituciones y Dinámicas de Desarrollo: Argentina y las lecciones de un proceso frustrado.** In: Seminário Internacional INCT-PPED – Promovendo Respostas Estratégicas à Globalização. 2009.

A adoção das medidas de abertura econômica, privatizações e o *currency board*, pressupunha escassos mecanismos de ajuste, pois Menem, com o objetivo de demonstrar aos investidores que o mercado financeiro argentino era estável, restringiu as possíveis ações do Estado, criando vulnerabilidades econômicas e desequilíbrios sociais que foram se agravando ao longo dos anos. Devido ao grau de abertura econômica e financeira, a Argentina se tornou vulnerável às oscilações do mercado internacional. A crise do México de 1995 e a crise asiática de 1997 demonstraram toda esta vulnerabilidade. Os juros aumentaram, o crédito cessou e as exportações argentinas, basicamente de *commodities*, entraram em colapso. Ademais, a abertura econômica foi responsável por uma queda na produção industrial, o desemprego atingiu níveis alarmantes e a balança comercial desfavorável complicou a situação da dívida externa argentina.

“Se as oscilações do nível de pobreza até 1994 eram atribuíveis principalmente ao desempenho inflacionário, no cenário recessivo do final da década (não ainda de depressão econômica, que veio depois), a pobreza devia-se ao problema do emprego (desemprego, subemprego involuntário) e à interrupção de políticas e programas sociais.”⁴⁰⁰

Neste contexto de forte crise econômica, a oposição venceu as eleições. Como vimos no segundo capítulo, o presidente Fernando De la Rúa, da UCR, optou pela manutenção de parte das diretrizes econômicas do governo anterior, apenas ressaltando que uma atenção especial seria dada ao setor social, especialmente em relação aos problemas do desemprego e da pobreza. Entretanto, o governo não obteve êxito no combate à recessão econômica e a crise apenas piorou. Devido ao mercado externo desfavorável e à economia doméstica em estado caótico, a Argentina atravessou uma crise política, econômica e social, que foi se agravando ao longo do mandato de De la Rúa.

“A partir de 1999, as decisões tomadas pelo governo menemista criaram, por ação ou omissão, um quadro de extremas vulnerabilidades. Em circunstâncias crescentemente desfavoráveis, seguiram-se uma nova retração econômica e a troca de governo, num processo que resultou no colapso de dezembro de 2001.”⁴⁰¹

⁴⁰⁰ PALERMO, Vicente. Op. cit. p. 82.

⁴⁰¹ Ibidem. p. 80.

Sem apoio político e social, De La Rúa renunciou. A crise econômica, política e social que se instaurou na Argentina não tinha precedentes. Inicialmente Ramon Puerta, presidente do Senado, assumiu a presidência até a Assembléia Legislativa eleger Adolfo Rodriguez Saá. Este declarou a moratória da dívida argentina, mas manteve a conversibilidade. Sem apoio dos aliados e da população, Saá renunciou. Após novas negociações na Assembléia Legislativa, Eduardo Duhalde tornou-se o presidente da Argentina. Duhalde e seu ministro da economia, Jorge Lenicov, dão fim ao *currency board*. Diversos programas sociais são criados e ao final do governo Duhalde a economia argentina voltou a crescer. O dólar alto incentivara uma nova onda de industrialização via substituição de importações e o setor exportador revertera o quadro de déficits na balança comercial.

No terceiro capítulo, analisamos a trajetória política e econômica da Argentina durante o governo de Néstor Kirchner. Kirchner manteve a condução das políticas de Duhalde. A literatura classifica estas políticas como neo-desenvolvimentistas. O neo-desenvolvimentismo foi uma estratégia de crescimento baseada na prudência macroeconômica, numa intervenção estatal moderada e na re-industrialização. A recuperação econômica da Argentina se baseou na queda do preço dos produtos exportados e no estímulo à indústria. A paz social foi restabelecida graças às políticas sociais, à inclusão política e às premissas positivas com relação ao emprego e ao futuro econômico.

Durante o governo Kirchner ocorreram rupturas importantes com relação ao governo Menem, como, por exemplo, as relações internacionais e as políticas econômicas. O presidente adotou uma política de desendividamento⁴⁰² e a indústria voltou a crescer, inicialmente devido ao setor exportador. As exportações argentinas cresceram vertiginosamente devido a dois fatores. O “modelo do dólar alto” beneficiou as exportações e os ataques terroristas de 11 de setembro, resultaram num aumento dos preços das *commodities*. O fim da conversibilidade encareceu os produtos importados, incentivando uma nova onda de industrialização via substituição de importações. Ademais, com a melhoria econômica, a própria demanda interna passou a fomentar este processo.

⁴⁰² GAITÁN, Flavio. **Estado, Instituciones y Dinámicas de Desarrollo: Argentina y las lecciones de un proceso frustrado**. In: Seminário Internacional INCT-PPED – Promovendo Respostas Estratégicas à Globalização. 2009.

Durante o governo Menem e De la Rúa, o FMI e o Banco Mundial condenavam a intervenção estatal na economia, vista como o cerne dos principais problemas latino-americanos durante as décadas de 1970-1980. De acordo com estas instituições, a ininterrupta intervenção estatal causou a gigantesca dívida externa e o crescimento da inflação nestes países. Como presidente da Argentina, Menem adotou diversas medidas neoliberais, que foram continuadas pelo governo De la Rúa, atraindo o apoio e o financiamento das instituições financeiras internacionais. O *currency board*, as privatizações e a liberalização comercial e financeira, foram as principais medidas neoliberais engendradas por Menem. Contudo, esta abertura econômica fragilizou a estrutura interna argentina, que não suportou as consequências das crises advindas de outros países e entrou na sua mais profunda crise econômica, política e social. As instituições financeiras internacionais creditaram a diversos outros fatores a origem da crise, desde o mercado externo desfavorável à má condução de reformas pelo governo De la Rúa, sem nunca atribuir à adoção das medidas neoliberais durante o governo Menem. No momento em que De la Rúa renuncia ao cargo de presidente, assume o presidente do Senado, Ramon Puerta, que é sucedido por Rodriguez Saá. Este declara a moratória da dívida externa argentina, desagradando o FMI e o Banco Mundial. Após a moratória da dívida, Duhalde e Kirchner adotam posturas estatais mais intervencionistas. A princípio, tanto o Banco Mundial, quanto o FMI, se mostraram receosos em fazer qualquer tipo de diagnóstico com relação à recuperação econômica argentina. Contudo, na medida em que o governo vai se mostrando eficaz no combate à crise, a indústria nacional retoma seu crescimento e os índices sociais melhoram, fazendo com que as posturas do Banco e do Fundo se tornassem cada vez mais otimistas.

Como vimos, durante o governo Menem-De la Rúa, devido à liberalização da economia, ocorreu a desindustrialização e a desestruturação da malha industrial argentina. Contudo, estes processos não se deram de forma homogênea pelo país nem pelos setores. Durante a desindustrialização, enquanto alguns setores se beneficiaram da adoção das medidas liberais, tais como o automobilístico e a agroindústria, outros setores foram bastante prejudicados devido à concorrência com os produtos importados. Além disso, enquanto as grandes empresas tiveram apoio substancial do governo, com isenção de impostos e políticas industriais específicas, as pequenas e médias empresas foram ignoradas.

Já no governo Duhalde-Kirchner, ocorreu o abandono das orientações neoliberais, causando um novo processo de re-industrialização da economia. O fim da conversibilidade possibilitou uma melhora nas exportações e a ocorrência de um novo processo de industrialização via substituição de importações, devido ao alto preço dos produtos importados. Os setores especializados em exportação, tais como os produtos químicos, a siderurgia, a produção de alumínio e a indústria automotriz, foram largamente beneficiados. As indústrias voltadas para o mercado doméstico tiveram um bom crescimento graças à demanda interna que foi se restabelecendo com o crescimento da oferta de empregos e o aumento dos salários reais.

O grande embate em termos econômicos e políticos não se deu entre as ideologias do Partido Justicialista e da Unión Cívica Radical, haja vista a continuidade das principais políticas econômicas de Carlos Menem durante o governo de Fernando De la Rúa. Mas o conflito ocorreu dentro do próprio Partido Justicialista, entre dois modelos diferentes, o de Carlos Menem, baseado no neoliberalismo, e o de Néstor Kirchner, baseado no neodesenvolvimentismo.

De fato, apesar das inúmeras críticas em relação ao governo Kirchner, por não apresentar uma política econômica nacional e sustentável, Duhalde e Kirchner, ambos do mesmo partido de Menem, em certa medida inverteram o modelo econômico neoliberal. As medidas econômicas de Kirchner foram capazes de reativar a economia argentina num período de extremo descrédito. Ao fim de seu mandato, Kirchner elevou a economia do país ao mesmo nível que estava antes da crise. Ademais, sustentou o processo de re-industrialização do país e, ao apoiar a candidatura de sua mulher à presidência, foi vitorioso.

Observamos a oposição de dois modelos de condução econômica, um tipicamente neoliberal da década de 1990 e outro neodesenvolvimentista, típico do início do século XXI. No primeiro modelo, pautado pela abertura econômica e financeira, percebemos o fracasso destas políticas no sentido de melhoria de vida da população, haja vista a completa degradação da vida social argentina, assim como a desindustrialização e a vulnerabilidade da economia do país. Ademais, a política econômica do país se encontrou à mercê do apoio financeiro internacional. O segundo modelo, baseado numa maior intervenção estatal, garantiu certa restauração na indústria, o recuo do desemprego e da pobreza e uma melhora na qualidade de vida da

população. Segundo Boschi e Gaitán, não existe qualquer possibilidade de crescimento econômico sem um Estado forte.⁴⁰³ Como afirmou Peter Evans:

“Goste-se ou não, o Estado permanece central ao processo de mudança estrutural, mesmo quando a mudança é definida como ajuste estrutural. O reconhecimento da centralidade do Estado inevitavelmente remete de novo a questões sobre a capacidade de ação do Estado. [...] até antigos expoentes da ortodoxia, como o banco mundial, estão agora dispostos a considerar a possibilidade de que os problemas de seus clientes possam surgir não apenas de más políticas, mas de deficiências institucionais corrigíveis apenas no longo prazo. A resposta não está no desmantelamento do Estado, mas sim na sua reconstrução.”⁴⁰⁴

O fenômeno que ocorreu na Argentina durante o governo Kirchner, em que o neoliberalismo foi abandonado, e a intervenção estatal na economia se tornou mais presente, não é, contudo, exclusividade da Argentina. Para Boschi e Gaitán, nos países latino-americanos, na primeira década do século XXI, ocorreu “o enfraquecimento da hegemonia neoclássica e uma retomada de trajetórias de intervenção estatal na economia, observando-se uma diversidade de caminhos neodesenvolvimentistas,”⁴⁰⁵ um modelo de coordenação econômica efetuada também a partir do mercado.⁴⁰⁶

“Un presupuesto básico para el neodesarrollismo consistiría en la capacidad de combinar el aprendizaje derivado de la larga trayectoria desarrollista con los fundamentos de estabilidad e integración de los países a los circuitos financieros y comerciales globalizados, en creciente interconexión.”⁴⁰⁷

Nosso estudo insere-se na discussão sobre o retorno do Estado na economia. Ele revela que o Estado possui importância central, seja na condução de políticas ou nos investimentos em setores estratégicos da economia. No período em que o Estado argentino se afastou da condução econômica e implementou medidas neoliberais, percebemos a deterioração dos indicadores sociais e a desindustrialização da economia. A partir do momento que o governo argentino retomou a condução da política econômica, financeira e cambial, a indústria nacional recuperou seu crescimento, aumentando a oferta de empregos, diminuindo a pobreza e reaquecendo a economia.

⁴⁰³ BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flavio. Op. cit. p. 305.

⁴⁰⁴ EVANS, Peter. Op. cit. p. 109.

⁴⁰⁵ BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flavio. Op. cit. p. 305.

⁴⁰⁶ Ibidem. P. 319.

⁴⁰⁷ GAITÁN, Flavio. **Estado, Instituciones y Dinámicas de Desarrollo: Argentina y las lecciones de un proces frustrado**. In: Seminário Internacional INCT-PPED – Promovendo Respostas Estratégicas à Globalização. 2009.

Este estudo sobre a trajetória econômica da Argentina se faz relevante por tentar compreender um episódio do processo de desenvolvimento econômico-social de um dos maiores parceiros econômicos do Brasil. Podemos encontrar inúmeros aspectos particulares em que as políticas econômicas destes dois países foram distintas, contudo, a partir dos anos 90, ambos os países adotaram certas recomendações neoliberais do Consenso de Washington como eixo de sua estratégia de desenvolvimento econômico e de inserção internacional.⁴⁰⁸ Outro ponto importante é a conexão econômica entre os dois países na década de 1990, pois, a desvalorização cambial do Brasil causou uma forte turbulência na economia argentina, embora a causa principal de sua crise fosse os problemas internos do país. Ademais, tentamos estabelecer laços entre a historiografia brasileira e a historiografia latino-americana, buscando contribuir para que estas duas historiografias possam fazer um diálogo ainda maior.

A trajetória econômica da Argentina entre 1989 e 2007 é, em parte, resultado das sucessivas crises que ocorreram no país neste período. O papel das crises como reagente está presente nas configurações econômicas, na relação com o mercado externo, nas disposições regulatórias internas e na mudança do peso dos setores.

Na transição entre a década de 1980 para a década de 1990, o cenário de crise da regulação keynesiana do pós-guerra, de colapso do socialismo real e de crise econômica devido ao endividamento externo e a hiperinflação, pareciam indicar o colapso do processo de industrialização via substituição de importações. A proposta neoliberal, difundida pelos Estados Unidos, pelo FMI e pelo Banco Mundial, foi a escolha de Carlos Menem. A crise econômica do final dos anos 1980, num cenário mundial de esgotamento dos arranjos desenvolvimentistas do pós-guerra, condicionou as escolhas realizadas por Menem. A princípio, esta alternativa anti-Estado atraiu o interesse do setor financeiro e das grandes indústrias, que de fato, foram os maiores beneficiários da abertura econômica. Os trabalhadores também receberam benefícios no consumo devido a paridade entre o peso e do dólar. Menem fez mudanças institucionais diversas, que garantiram sua reeleição e conferiram maior poder à presidência, dando substância institucional à democracia delegativa. Contudo, o próprio modelo neoliberal encontrou seus limites. A Argentina, devido à sua abertura econômica, se tornou vulnerável às oscilações que ocorreram em vários países em desenvolvimento ao final da década de 1990. Estas crises intermitentes evidenciaram os novos problemas

⁴⁰⁸ SAMPAIO, Fernando. O Brasil e a crise da Argentina: Uma forte analogia entre as diretrizes de política econômica. *In: D+C Desarrollo y Cooperación*. N. 3, 2002.

econômicos e sociais argentinos, tais como a desindustrialização, o endividamento, o desemprego e o aumento da pobreza.

A crise do modelo neoliberal na Argentina redireciona as posturas do FMI e do Banco Mundial. Como vimos, durante a década de 1990, ambas as instituições apoiavam a implantação das medidas neoliberais na Argentina. Após a crise política e econômica, as instituições passam apenas a fazer diagnósticos sobre a situação econômica, sem direcionar a condução das políticas econômicas para um ou outro caminho, apesar de manterem certos acordos de financiamento.

Durante o governo Kirchner foi engendrada uma nova coalizão, apoiada principalmente nos setores industriais e voltados para o mercado externo. Kirchner aproveitou-se da expansão dos poderes da presidência realizadas durante o governo Menem, substituindo os antigos aliados de seu rival, e foi além. A dimensão da crise econômica e social, possibilitou uma série de ações no sentido de aglutinar mais poderes para o enfrentamento da crise. As negociações com o FMI são um exemplo de uma postura mais agressiva do poder executivo, demonstrando vontade para solucionar os problemas argentinos e legitimando o governo. A recuperação econômica vivida pela Argentina durante o governo Kirchner não foi resultado somente da melhoria no mercado internacional. As medidas do governo, tais como a renegociação da dívida com o FMI e a continuidade do modelo de dólar alto e da suspensão do *currency board*, foram fundamentais para a reativação da economia e, conseqüentemente, para a melhora dos indicadores sociais.

A partir deste trabalho, diversas perspectivas de estudos futuros são abertas. Como exemplo, um maior aprofundamento nas questões relativas às relações entre o Banco Mundial e/ou o Fundo Monetário Internacional com a América Latina, através da análise dos diversos documentos existentes nos sites destas duas instituições, em especial o World Bank Annual Report (Banco Mundial) e o World Economic Outlook (FMI). Neste mesmo sentido, também podemos questionar o recuo das orientações neoliberais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional após as crises que assolaram diversos países em desenvolvimento ao final da década de 1990. Em seu segundo mandato, Cristina Kirchner, sucessora de Néstor Kirchner, estatizou a empresa de petróleo, tirando a propriedade da YPF sobre a produção de petróleo na Argentina. Esta medida, amplamente aprovada pela população, foi feita quase vinte anos após a privatização do setor produtor de petróleo na Argentina, sendo um objeto de estudo a ser considerado. Também são vislumbrados estudos sobre a trajetória do setor

automotivo na Argentina, que é apontado como um dos beneficiados tanto pelo modelo neoliberal de Menem, quanto durante o governo de Néstor Kirchner, e sobre as diferentes concepções existentes dentro do Partido Justicialista, do qual temos Menem e Kirchner como os representantes mais ilustrativos dessas diferenças.

De todo modo, a trajetória econômica da Argentina entre 1989 e 2007 ilustra muito mais que a importância da intervenção estatal na economia. Ao longo do texto, trabalhamos as consequências diversas entre as práticas econômicas neoliberais e neodesenvolvimentistas, que, no sentido de garantir o bem estar social em conjunto com o crescimento econômico, nos revelou que o neodesenvolvimentismo é mais eficaz que a abertura econômica indiscriminada. Nosso texto também reforça as concepções neoinstitucionalistas de dependência da trajetória, no âmbito da adoção das políticas neoliberais durante o governo Menem. Resta, por fim, que a Argentina encontre um caminho estável para seu crescimento econômico e para a solução de seus principais conflitos sociais.

BIBLIOGRAFIA

ARGENTINA. **Infoleg**. Disponível em: <<http://infoleg.mecon.gov.ar>>. Acesso em: 20/05/2011.

_____. **Lei nº 23.696**, 17 de agosto de 1989. Infoleg. Disponível em: <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/98/norma.htm>>. Acesso em: 20/06/2011.

_____. **Lei nº 23.928**, 27 de março de 1991. Infoleg. Disponível em: <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/328/norma.htm>>. Acesso em: 20/06/2011.

_____. **Lei 25.561**, 06 de janeiro de 2002. Infoleg. Disponível em: <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/70000-74999/71477/norma.htm>>. Acesso em: 27/10/2011.

_____. **Partido Justicialista**. Disponível em: <<http://www.pj.org.ar/>>. Acesso em: 01/02/2012.

_____. **Presidência Argentina**. Disponível em: <http://www.casarosada.gov.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=1248&Itemid=37>. Acesso em: 30/05/2010.

_____. **Unión Cívica Radical**. Disponível em: <<http://ucr.org.ar/notas/historia-del-radicalismo/1-introduccion>>. Acesso em: 01/02/2012.

AZPIAZU, Daniel e SCHORR, Martín. **Hecho em Argentina: industria y economia, 1976-2007**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2010.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. **Argentina: uma crise paradigmática**. In: Estudos Avançados 16. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/v16n44a06.pdf>>. Último acesso em: 04 de Setembro de 2009.

BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo Senil: a grande crise da economia global**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BERNAL-MEZA, Raúl. **Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul**. Rev. bras. polít. int. vol.42, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000200003&script=sci_arttext>. Último acesso em: 04 de Setembro de 2009.

BONVECCHI, Alejandro. O Governo de Kirchner: uma reversão ao Menemismo? In: SALLUM JR. Brasília. **Brasil e Argentina hoje: política e economia**. São Paulo, Bauru: Edusc, 2004.

BOSCHI, Renato; GAITÁN, Flavio. Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina. In: **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 305-322, Maio/Ago. 2008.

CASTELLANI, Ana Gabriela. **Implementación del modelo neoliberal y restricciones al desarrollo en la Argentina contemporánea**. Disponível em: <http://www.iheal.univ-paris3.fr/IMG/pdf/castellani.pdf>. Acesso em: 20/11/2011.

CARON, Antoninho. **Rumos do MERCOSUL e a crise da Argentina**: Maior articulação entre os países membros é o caminho para o fortalecimento do Bloco. In: Revista FAE BUSINESS, n. 2, 2002.

CERVO, Amado Luiz. **Sob o signo neoliberal**: as relações internacionais da América Latina. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 43, n. 2, p. 5-27, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n2/v43n2a01.pdf>>. Acesso em: 20/06/2010.

CHANG. H. **Chutando a Escada**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

CHUDNOVSKY, Daniel. La larga gestación de La reciente crisis argentina. In: In: BOYER, Robert e NEFFA, Julio C. (org.) **La economía argentina y su crisis (1976-2001)**: visiones institucionalistas y regulacionistas. Miño y Dávila editores, 2004.

CLINE, William R. **Restoring Economic Growth in Argentina**. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2003/11/10/000160016_20031110133658/Rendered/PDF/wps3158.pdf>. Acesso em: 10/09/2010

DAWSON, Thomas C. **IMF did help Argentina**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/vc/2002/022502.htm>>. Acesso em: 08/10/2011.

DELGADO, Ignacio. **Estratégias e Trajetórias: anotações sobre política industrial em perspectiva comparada**. Caxambu: 31º Encontro Anual da ANPOCS, 2007.

DELGADO, I. CONDÉ, E. MOTTA, H. & BRIGATO, A. **PRODUTO 2 – Modelos Econômicos de Capitalismo**: análise comparativa dos ambientes institucionais de negócios nos EUA, Alemanha, Coréia do Sul, Espanha, Argentina, México e Brasil. Relatório Parcial do Projeto Estudo comparativo de política industrial: as trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coréia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha apresentado à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, nos termos do CONTRATO No 009/2008 - ABDI-FUNDEP/UFMG.

_____. **PRODUTO 5 – A Política Industrial Brasileira Para Setores Selecionados e a Experiência Internacional**: análise comparativa dos ambientes institucionais de negócios nos EUA, Alemanha, Coréia do Sul, Espanha, Argentina, México e Brasil. Relatório Parcial do Projeto Estudo comparativo de política industrial: as trajetórias do Brasil, Argentina, México, Coréia do Sul, EUA, Espanha e Alemanha apresentado à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, nos termos do CONTRATO No 009/2008 - ABDI-FUNDEP/UFMG.

ENGE, Leonardo de Almeida Carneiro. **A convergência Macroeconômica Brasil-Argentina**. Brasília: Funag, 2004.

EVANS, Peter. **O estado como problema e solução**. In: Lua Nova n° 28-29. São Paulo, 1993.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. **Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)**. São Paulo: Editora 34, 2004.

FERREIRA, Lucas dos Santos e NAPOLEÃO, Fábio. **Um balanço da economia argentina nos anos 1990/2000: do retrocesso ao crescimento**. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area01/1076_Lucas_dos_Santos_Ferreira.pdf>.

Acesso em: 06/06/2010.

FERRER, Aldo. **A economia argentina: De suas origens ao início do século XXI**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FRAQUELLI, Antonio Carlos. A Argentina nos anos 90. In: **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 27, n. 3, 2000.

FREEMAN, C. e PEREZ, C. Structural crises of adjustment: business cycles and investment behavior. In: DOSI, G., FREEMAN, C., NELSON, R., SILVERBERG, G., e SOETE, L. (edit) **Technical Change and Economic Theory**, London and New York, Pinter Publishers, 1988.

GAITÁN, Flavio. **Estado, Instituciones y Dinámicas de Desarrollo: Argentina y las lecciones de un proces frustrado**. In: Seminário Internacional INCT-PPED – Promovendo Respostas Estratégicas à Globalização. 2009.

GOUREVITCH, P. **Politics in Hard Times: Comparative Responses to International Economic Crises**. Cornell University Press, 1986.

GRUGEL, Jean e RIGGIOZZI, Maria Pia. **The return of the State in Argentina**. Disponível em: <http://www.worldeconomyandfinance.org/working_papers_publications/working_paper_PDFs/WEF0018.pdf>. Acesso em: 12/12/2011.

GUTIERREZ, Joaquin e MONTES-NEGRET, Fernando. **Argentina Banking System: restoring financial viability**. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2004/03/08/000012009_20040308134358/Rendered/PDF/28081.pdf>. Acesso em: 10/09/2010.

HALL, P. & SOSKICE, D. **Varieties of Capitalism**. Oxford University Press, 2001.

HICKS, Norman. **Argentina Crisis and Poverty 2003**. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2003/10/08/000012009_20031008104201/Rendered/PDF/261270AR.pdf>. Acesso em: 10/09/2010.

IMF. **Argentina** – letter of intent, memorandum fo economic and financial policies, and technical memorandum of understanding. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/loi/2003/arg/03/index.htm>>. Acesso em: 15/07/2011.

____. **Argentina announces its intention to complete early repayment of its entire outstanding obligations to the IMF.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2005/pr05278.htm>>. Acesso em: 15/07/2011.

____. **Argentina Staff report fr the 2002 Article IV Consultation.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2003/cr03226.pdf>>. Acesso em: 15/07/2011.

____. **Drawing Lessons from the mexican crisis: preventing and resolving financial crises – the role of the IMF.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/mds/1995/mds9508.htm>>. Acesso em: 10/10/2011.

____. **IMF Approves Stand-By Credit for Argentina.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/pr/1996/pr9615.htm>>. Acesso em: 10/10/2011.

____. **IMF completes first review of Argentina’s stand-by and grants waivers.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2004/pr0416.htm>>. Acesso em: 15/07/2011.

____. **IMF Completes third Argentina review.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/nb/2001/nb0144.htm>>. Acesso em: 08/10/2011.

____. **IMF Management and Argentina agree on program for 1995.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/nb/1995/nb9510.htm>>. Acesso em: 10/10/2011.

____. **IMF Managing Director Issues Statement of Support for Argentina's New Medium-term Program.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2003/pr03154.htm>>. Acesso em: 15/07/2011.

____. **IMF Statement.** Disponível em: <<http://www.imf.org/External/AM/2007/imfc/statement/eng/arg.pdf>>. Acesso em: 15/07/2011.

____. **Statement by IMF Managing Director Dominique Strauss-Kahn.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2007/pr07285.htm>>. Acesso em: 15/07/2011.

____. **Transcript of a press briefing by Thomas C. Dawson.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/np/tr/2003/tr030910.htm>>. Acesso em: 15/07/2011.

____. **World Economic Outlook – 1993.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/weo0593/>>. Acesso em: 15/11/2011.

____. **World Economic Outlook – 1998.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/weo0598/>>. Acesso em: 15/11/2011.

_____. **World Economic Outlook – 1999.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/1999/01/>>. Acesso em: 15/11/2011.

_____. **World Economic Outlook – 2001.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2001/01/>>. Acesso em: 15/11/2011.

_____. **World Economic Outlook – 2002.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2002/01/>>. Acesso em: 15/11/2011.

_____. **World Economic Outlook – 2003.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2003/01/>>. Acesso em: 15/11/2011.

_____. **World Economic Outlook – 2004.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2004/01/>>. Acesso em: 15/11/2011.

INDEC – Instituto Nacional de Estadística y Censos de La República Argentina. Disponível em: <http://www.indec.mecon.ar/principal.asp?id_tema=532>. Acesso em: 20 de julho de 2010.

KEIFMAN, Saul. La crisis de Argentina, el gobierno de Kirchner y las perspectivas de salida. In: BOYER, Robert e NEFFA, Julio C. (org.) **La economía argentina y su crisis (1976-2001):** visiones institucionalistas y regulacionistas. Miño y Dávila editores, 2004.

KITSCHOLT, H., LANGE, P. MARKS, G. & STEPHENS, J. **Continuity and Change in Contemporary Capitalism.** Cambridge University Press, 1999.

KRAEMER, Moritz. **Intergovernmental transfers and political representation:** empirical evidence from Argentina, Brasil and Mexico. Disponível em: <<http://www.iadb.org/res/publications/pubfiles/pubWP-345.pdf>>. Acesso em: 10/04/2009.

KULFAS, Matias e SCHORR, Martín. **La industria argentina en el escenario posconvertibilidad.** Disponível em: <<http://economia.flacso.org.ar/pdf/84.pdf>>. Acesso em: 10/12/2011.

LAUAR, Vinícius Gontijo e CUNHA, Patrícia Helena. **A Recuperação da Economia Argentina: origens, dinâmica e desafios.** In: XII Encontro Nacional de Economia Política, 2007, São Paulo. XII Encontro Nacional de Economia Política - Brasil e América Latina no Capitalismo Contemporâneo- Caderno de Resumos, 2007.

LE GOFF, J. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAVEAU, A. & TÉTARD, Ph. (org.) **Questões para História do presente.** BAURU, SP: EDUSC, 1999.

MOORE, Jr. Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia:** senhores e camponeses na construção do mundo moderno. Edições 70, 2010.

O'DONNELL, Guilherme. **Democracia Delegativa**. Disponível em: <<http://www.journalofdemocracyenespanol.cl/pdf/odonnell.pdf>>. Acesso em: 20/07/2011. P. 98-99.

ORTIZ, Ricardo e SCHORR, Martin. La rearticulación del bloque de poder en la Argentina de la post-convertibilidad. In: **Papeles de trabajo**. Revista electrónica del Instituto de Altos Estudios Sociales de la Universidad Nacional de General San Martín. Año 1, n° 2, Buenos Aires, 2007.

PALERMO, Vicente. Melhorar para piorar? A dinâmica política das reformas estruturais e as raízes do colapso da convertibilidade. In: SALLUM JR. Brasílio. (org.) **Brasil e Argentina hoje: política e economia**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004.

PORTELLA FILHO, Petrônio. **Ajustamento da América Latina: crítica ao modelo de Washington**. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewPDFInterstitial/1697/2064>>. Acesso em: 20/06/2010.

POU, Pedro. Argentina's Structural Reforms of the 1990's. In: **Finance & Development: A quarterly magazine of the IMF**. 2000, Volume 37, Número 1. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2000/03/pou.htm>>. Acesso em: 10/06/2011

QUINTAR, Aída e ARGUMEDO, Alcira. **Argentina: os dilemas da democracia restringida**. In: Lua Nova n° 49 – 2000.

REMOND, R. Por que a História Política. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 7, N° 13, 1994.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SAMPAIO, Fernando. O Brasil e a crise da Argentina: Uma forte analogia entre as diretrizes de política econômica. In: **D+C Desarrollo y Cooperación**. N. 3, 2002.

SARAIVA, Miriam Gomes e TEDESCO, Laura. Argentina y Brasil. Políticas Exteriores Comparadas tras la Guerra Fría. In: Vicente Palermo. (Org.). **Política Brasileña Contemporánea**. De Collor a Lula en años de transformación. 1 ed. Buenos Aires: Siglo XXI de Argentina Editores, 2003, v. , p. 475-512. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n2/a07v44n2.pdf>>. Acesso em: 15/06/2010.

SCHORR, Martín. **Mitos y realidades del pensamiento neoliberal: la evolución de la industria manufacturera argentina durante la década de los noventa**. Disponível em: <<http://economia.flacso.org.ar/pdf/51.pdf>>. Acesso em: 10/12/2011

_____. **Principales tendencias de La industria argentina em 2002**. Disponível em: <<http://economia.flacso.org.ar/pdf/135.pdf>>. Acesso em: 10/12/2011.

SILVA, Joaquim Ramos. A Argentina Bloqueada, 1998-2001: Que vias para a superação do impasse? In: **Informação Internacional**: Lisboa, Ministério do

planejamento, Departamento de prospectiva e planejamento, 2001. Disponível em: <http://www.dpp.pt/pages/files/infor_inter_2001_I_II.pdf>. Último acesso em: 04 de Setembro de 2009.

TOPIK, Steven, MARICHAL, Carlos e FRANK, Zephyr. *Commodity Chain in Theory and in Latin American History*. In: TOPIK, Steven, MARICHAL, Carlos e FRANK, Zephyr. **From Silver to Cocaine**. Durham and London: Duke University Press, 2006.

TORRE, Juan Carlos. A crise da representação partidária na Argentina. In: SALLUM JR. Brasília. **Brasil e Argentina hoje: política e economia**. São Paulo, Bauru: Edusc, 2004.

VADELL, Javier Alberto. **A política internacional, a conjuntura econômica e a Argentina de Néstor Kirchner**. IN: Rev. Brás. Polít. Int. n.º. 49. 2006. Disponível em: < <http://www.ucm.es/info/eid/pb/07Vadell-T.pdf> >. Acesso em: 20/09/2011.

VALDOVINOS, Carlos Fernández. **Growth, inequality, and social equity in Argentina**. Disponível em: < http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/12/16/000160016_20051216133202/Rendered/PDF/346450ENGLISH082NOV05ARGrowth.pdf>. Acesso em: 10/09/2010.

VALLE-FLOR, Maria Amélia. **A Crise Argentina: cooperação e conflito nas reformas econômicas: o governo perante o FMI**. Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa: Lisboa, 2004.

WADE, Robert e VENEROSO, Frank. **The Asian Crisis: The High Debt Model Versus the Wall Street-Treasury-IMF Complex**. Disponível em: < <http://www.econ.utah.edu/~mli/Economies%205430-6430/Wade-The%20Asian%20Crisis.pdf> >. Acesso em: 15/07/2011.

WAINER, Andrés e SCHORR, Martín. **Trayectorias empresarias diferenciales durante la desindustrialización en la Argentina: los casos de Arcor y Servotron**. Disponível em: < <http://economia.flacso.org.ar/pdf/287.pdf>>. Acesso em: 10/12/2011.

WILLIAMSON, John. **The progress of policy reform in Latin America**. Washington: Institute for International Economics, 1990.

WORLD BANK. **Adjustments after speculative attacks in Latin America and Asia: a tale of two regions?** Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64193027&piPK=64187937&theSitePK=523679&menuPK=64187510&searchMenuPK=64187283&theSitePK=523679&entityID=000094946_99081905311692&searchMenuPK=64187283&theSitePK=523679>. Acesso em: 16/09/2011.

_____. **Argentina: Reforms for price stability and growth** Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1989/07/08/000009265_3960928060440/Rendered/PDF/multi0page.pdf>. Acesso em: 14/01/2011.

_____. **Argentina policy based guarantee.** Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64193027&piPK=64187937&theSitePK=523679&menuPK=64187510&searchMenuPK=64187283&theSitePK=523679&entityID=000094946_99111305450846&searchMenuPK=64187283&theSitePK=523679>. Acesso em: 20/10/2011.

_____. **Argentina's privatization program** Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/1993/09/01/000009265_3970716142348/Rendered/PDF/multi0page.pdf>. Acesso em: 11/01/2011.

_____. **Small and Medium-Sized enterprises in Argentina: A Potential Engine for Economic Growth and Employment.** Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2002/10/04/000094946_02092004005797/Rendered/PDF/multi0page.pdf>. Acesso em: 16/09/2011.

_____. **The World Bank annual report 1989.** Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1989/01/700587/world-bank-annual-report-1989>>. Acesso em: 20/12/2011.

_____. **The World Bank annual report 1990.** Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1990/01/700363/world-bank-annual-report-1990>>. Acesso em: 20/12/2011.

_____. **The World Bank annual report 1991.** Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1991/09/699880/world-bank-annual-report-1991>>. Acesso em: 20/12/2011.

_____. **The World Bank annual report 1992.** Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1992/01/440177/world-bank-annual-report-1992>>. Acesso em: 20/12/2011.

_____. **The World Bank annual report 1995.** Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1995/08/697140/world-bank-annual-report-1995>>. Acesso em: 20/12/2011.

_____. **The World Bank annual report 1996.** Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1996/08/442241/world-bank-annual-report-1996>>. Acesso em: 20/12/2011.

_____. **The World Bank annual report 1997.** Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1997/01/695043/world-bank-annual-report-1997>>. Acesso em: 20/12/2011.

_____. **The World Bank annual report 1998.** Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1998/01/441258/world-bank-annual-report-1998>>. Acesso em: 20/12/2011.

_____. **The World Bank annual report 1999.** Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1999/01/437658/world-bank-annual-report-1999>>. Acesso em: 20/12/2011.

_____. **The World Bank annual report 2000.** Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2001/01/1000455/world-bank-annual-report-2000-vol-1-2-annual-review-summary-financial-information>>. Acesso em: 20/12/2011.

_____. **The World Bank annual report 2001.** Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2001/01/2089130/world-bank-annual-report-2001-year-review>>. Acesso em: 20/12/2011.

_____. **The World Bank annual report 2003.** Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2003/06/2617775/world-bank-annual-report-2003-vol-1-2>>. Acesso em: 20/12/2011.

_____. **The World Bank annual report 2004.** Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2004/10/5303653/world-bank-annual-report-2004-vol-1-2-year-review>>. Acesso em: 15/11/2011.

_____. **The World Bank annual report 2007.** Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2007/06/8514626/world-bank-annual-report-2007-vol-1-2-year-review>>. Acesso em: 15/11/2011.

_____. **World DataBank.** Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/ddp/home.do>>. Acesso em: 20 de julho de 2010.